Eis uma obra que vem fazer luz sobre uma instituição sobre a qual recai um véu de mistério, de esoterismo, quase de magia. O leitor, ao longo do livro, verá as razões que contribuíram para esse halo enigmático. A Ordem religioso-militar do Templo, fundada em 1119, tinha a função de proteger os cruzados e peregrinos que se dirigiam à Terra Santa. No nosso País, inclusive, desempenhou um importante papel na defesa e povoamento do território.

Concluída aquela função, e fruto de uma acumulação de privilégios, a Ordem entregou-se a actividades de ordem financeira. De tal maneira se tornou poderosa que sobre ela se concitaram as atenções ávidas de alguns monarcas. Foi o caso de Filipe, *o Belo*, de França, que em 1307 ordenou o desencadeamento de uma vasta perseguição aos Templários, com o objectivo de proceder ao controlo das riquezas da Ordem.

Sobre todos estes factos se debruça, com rigor histórico, Régine Pernoud, que não precisa de apresentações ao leitor português. Especialista de temas medievais, é a autora de outros livros publicados por nós, como *Luz sobre a Idade Média, As Origens da Burguesia* ou *O Mito da Idade Média.*

colecção
SABER
164

116482 http://alexandriacatolica.blogspot.com

colecção
SABER

OS TEMPLÁRIOS

Régine Pernoud

http://alexandriacatolica.blogspot.com

PUBLICAÇÕES
EUROPA-AMÉRICA

Título original: Les Templiers

Tradução de Maria do Pilar Delvaulx

Capa: estúdios P. E. A.

© *1974, Presses Universitaires de France*
(n.º 1557, da Col. «Que sais-jet»)

Direitos reservados por
Publicações Europa-América, Lda.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma ou por qualquer processo, electrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópia, xerocópia ou gravação, sem autorização prévia e escrita do editor. Exceptua-se naturalmente a transcrição de pequenos textos ou passagens para apresentação ou crítica do livro. Esta excepção não deve de modo nenhum ser interpretada como sendo extensiva à transcrição de textos em recolhas antológicas ou similares donde resulte prejuízo para o interesse pela obra. Os transgressores são passíveis de procedimento judicial

Editor: Francisco Lyon de Castro

Edição n.º 1164/3139

Execução técnica:
Sociedade Astória, Lda.,
Lisboa

RÉGINE PERNOUD

OS TEMPLÁRIOS

colecção
SABER

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

http://alexandriacatolica.blogspot.com

Na mesma colecção poderá encontrar o leitor outras obras que completarão o quadro histórico dos períodos a que se refere a presente obra:

N.º 5 — *As Origens da Burguesia,* Régine Pernoud
N.º 51 — *As Cidades da Idade Média,* Henri Pirenne
N.º 76 — *Que É o Feudalismo?,* F. L. Granshof
N.º 99 — *A Revolução Industrial na Idade Média,* Jean Gimpel
N.º 125 — *O Mito da Iidade Média,* Régine Pernoud
N.º 145 — *O Trabalho na Idade Média,* Jacques Heers
N.º 148 — *O Islão,* Dominoque Sourdel
N.º 156 — *A Alta Idade Média Ocidental,* Michael Banniard

ÍNDICE

		Pág.
Capítulo I	— *As origens do Templo*	13
Capítulo II	— *Estruturas e vida quotidiana*	21
Capítulo III	— *A arquitectura dos Templários*	51
Capítulo IV	— *A epopeia do Templo*	65
Capítulo V	— *Administradores e banqueiros* ...	99
Capítulo VI	— *Detenção e processo dos Templários*	125
Capítulo VII	— *Os Templários perante a posteridade*	151
Bibliografia sumária		167

http://alexandriacatolica.blogspot.com

CAPÍTULO 1

AS ORIGENS DO TEMPLO

No ano de 1099 os cruzados retomaram Jerusalém e os lugares santos da Palestina que haviam caído nas mãos dos Muçulmanos quatrocentos anos antes e que, numa data muito mais recente, tinham sido submetidos ao poder dos turcos Seljúcidas, cuja invasão na Ásia Menor foi quase como um maremoto e cuja vitória sobre as forças do Império Bizantino (batalha de Mantzikert, 1071) constituiu para estas um verdadeiro desastre.

As peregrinações não haviam sido, nunca, completamente interrompidas, a não ser durante os períodos de perseguições especialmente cruéis contra os cristãos, como acontecera, por exemplo, durante o reino do califa Hakim, nos princípios do século XI. E iam ser consideravelmente estimuladas por essa reconquista dos lugares santos; mas continuavam a ser feitas em condições precárias, pois a maior parte dos barões cruzados regressavam à Europa após haverem cumprido os seus votos. As forças que permaneciam na Terra Santa eram irrisórias e apenas foram reforçadas nalgumas cidades fortificadas ou em alguns castelos edificados à pressa ou reconstruídos nos pontos nevrálgicos do reino; «facínoras e ladrões infestavam os caminhos,

http://alexandriacatolica.blogspot.com

apanhavam os peregrinos de surpresa, despojavam um grande número destes e massacravam muitos» (Jacques de Vitry).

Conscientes desta situação, alguns cavaleiros decidem prolongar o voto que haviam feito, consagrando a sua vida à defesa dos peregrinos. Agrupam-se à volta de um deles: Hugues, oriundo de Payns, na Champanha, e do seu companheiro Geoffroy, de Saint-Omer. A esta iniciativa, que ocorreu em 1118, ou, melhor, em 1119, em breve aderem altos barões: entre os primeiros nove membros encontra-se André de Montbard, tio de Bernardo, o abade de Clairvaux; Foulques d'Angers reunir-se-á a eles em 1120 e, pouco tempo depois — certamente antes de 1125 —, também Hugues, conde da Champanha, se irá agrupar a eles.

Os cavaleiros comprometem-se a defender os peregrinos, a proteger os caminhos que levam a Jerusalém. Dedicam as suas vidas a esse ideal e decidem transformar este num voto, que pronunciam em presença do patriarca de Jerusalém. O rei Balduíno II acolhe-os numa das salas do seu palácio da esplanada do Templo, enquanto os cónegos da Cidade Santa lhes cedem um terreno contíguo ao deles; isto passa-se durante o primeiro ano em que o grupo se forma, 1119-1120. Alguns anos depois, o rei de Jerusalém, por se ter ido instalar na Torre de David, cederá aos «Pobres Cavaleiros de Cristo» (é o nome que eles escolheram para designar o grupo a que pertencem) essa primeira residência real, a que chamam o Templo de Salomão, e que os Muçulmanos haviam transformado na mesquita Al-Aksa. A partir desse momento, a ordem

que tinha sido criada passa a ser a Ordem do Templo e os seus membros os Templários.

No início, a criação desta Ordem não é mais do que uma manifestação desse sentido da adaptação, dessa preocupação de corresponder às necessidades do momento, que parecem caracterizar as fundações religiosas durante todo o período feudal. Antes da criação da Ordem dos Templários já existia — graças a uma iniciativa semelhante e da mesma forma espontânea — o Hospital de São João, onde, em Jerusalém, eram albergados os peregrinos doentes ou pobres. Os «Hospitalários», da mesma maneira que os «Pobres Cavaleiros», entravam nessa Ordem por voto, e para manterem a sua fidelidade ao abrigo das fraquezas humanas adoptavam uma regra de vida inspirada na de Santo Agostinho.

A Ordem do Templo — que nunca deixará de considerar como sua casa principal a *casa dirigente*, esse *Templum Salomonis* que sempre figurará no seu sinete — constitui uma criação absolutamente original, pois fez apelo aos cavaleiros seculares para que dediquem a sua actividade, as suas forças e as suas armas ao serviço daqueles que precisam de ser defendidos. Por conseguinte, concilia duas actividades que pareciam incompatíveis: a vida militar e a vida religiosa. E, efectivamente, muito cedo compreendem a necessidade de uma norma precisa que, ao mesmo tempo que reprima os seus membros evitando irregularidades sempre possíveis, lhes permita serem reconhecidos pela Igreja na função que exercem.

E assim, no Outono do ano 1127, Hugues de Payns atravessa o mar com cinco dos seus companheiros. Vai a Roma, solicitou ao papa Honório II um reconhecimento oficial e consegue que

São Bernardo se interesse pela causa da Ordem a que pertencem; este reúne em Troyes um concílio para estabelecer os pormenores daquela organização (13 de Janeiro de 1128). O concílio foi presidido pelo legado do papa, Mathieu d'Albano. Reúne os arcebispos de Sens e de Reims, os bispos de Troyes e de Auxerre, muitos abades, entre os quais se encontrava o abade de Cîteaux, Etienne Harding, e muito provavelmente — embora o facto tenha sido posto em dúvida — Bernard de Clairvaux. Hugues de Payns faz o relato da fundação da sua Ordem, dos costumes que ele e os seus companheiros seguem e pede àquele que mais tarde virá a ser chamado São Bernardo para lhes redigir uma norma. Esta, depois de discutida e um pouco modificada, é adoptada pelo concílio. Esta primeira redacção será seguida por outra, que se deve a Etienne de Chartres, patriarca de Jerusalém (1128-1130): é a Norma latina, cujo texto se conserva; uma versão francesa, posterior (feita por volta de 1140), virá a ser feita desse texto [1]. Como a maior parte das ordens religiosas dessa época, prevê diversas espécies de membros: os cavaleiros, que pertencem à nobreza (sabemos que, nessa época, apenas os nobres podem assumir a função militar) e que são os combatentes propriamente ditos; os beleguins e os escudeiros, que são os seus ajudantes e podem ser recrutados no povo ou na burguesia; os padres e os clérigos, que se encarregam do serviço religioso da Ordem; finalmente, os criados, artífices, os servos e outros ajudantes diversos.

1 O conjunto dos regulamentos elaborados pelos Templários foi publicado por Curzon. Compreendem: a *Norma* latina primitiva (1128); a versão francesa (por volta de 1140); os *Hábitos* ou *Costumes* (escritos por volta de 1165); os *Estatutos* conventuais determinando, por exemplo, as cerimónias (redigidos entre 1230-1240); e os *Privilégios*, um compilado de jurisprudência, enumerando as faltas e os castigos diversos (entre 1257-1267). A *Norma* também foi redigida em catalão, depois de 1267.

Como também se passa em muitas outras ordens, ao fundador, Hugues de Payns, falecido em 1136, sucede-se um organizador, Robert de Craon. Este, tendo-se compenetrado de que é indispensável estabelecer as doações, que já são muito numerosas, sobre uma aprovação pontifical, solicita ao papa Inocêncio II a bula *Omne datum optimum* (29 de Março de 1139), na qual ficarão estabelecidos os privilégios da Ordem. O principal desses privilégios é a isenção da jurisdição episcopal; a Ordem poderá ter os seus próprios padres, os seus capelães, garantindo a assistência religiosa e o culto litúrgico, e que não dependerão dos bispos da região. Um privilégio desses será contestado e dará origem a muitos problemas com o clero secular. A Ordem também fica isenta de pagar dízimas; além dos Templários há apenas uma ordem que está isenta desse pagamento: a dos Cistercienses. E é compreensível que esse privilégio fiscal tenha suscitado numerosas invejas, pois favorecia os domínios pertencentes a essas ordens. Além disso, os Templários têm o direito de construir oratórios e de serem enterrados dentro deles. Por conseguinte, a Ordem dispõe de uma grande autonomia e de grandes recursos, pois as doações afluíram. E as acusações de orgulho e de avareza encontrarão nelas uma base sólida à medida que a Ordem se for desenvolvendo.

Com efeito, a sua expansão ultrapassa tudo quanto teriam podido prever e esperar os nove primeiros cavaleiros, esses «Pobres Cavaleiros de Cristo» que, reunidos em torno de Hugues de Payns, se responsabilizavam pelo ingrato encargo de vigiar o caminho — por exemplo, o que vai de Caifa a Cesareia, na Palestina, verdadeiro desfiladeiro entre montanhas, onde começaram obscuramente os seus esforços, e onde, desde o ano de 1110, Hugues e o seu companheiro Geoffroy haviam construído uma torre, a Torre de Destroit, ponto de descanso para os peregrinos. Nenhum deles poderia ter imaginado o esplendor que iria envolver essas ordens militares que viriam a surgir ao lado da Ordem do Templo: em primeiro lugar, o carácter militar que também adoptou a Ordem dos Hospitalários, a que se seguiu a fundação da Ordem dos Cavaleiros Teutónicos; mas, sobretudo, as suas prolongações pela Espanha, onde, desde os primeiros momentos, os Templários vêm para uma luta semelhante à que travam na Terra Santa; houve também a Ordem de Alcântara, a de Calatrava, a de Avis, a de Cristo — e é nesta última que os Templários sobreviverão depois de a sua Ordem ter sido suprimida —, a de Sant'Iago da Espada, etc. É verdade que a grande voz de São Bernardo se elevara para os defender e para clamar os méritos que tinham. A apologia que ele fazia da cavalaria do Templo, *De laude novae militiae* (escrita entre 1130 e 1136), era um apelo lançado aos cavaleiros do século, cujo «gosto pelo fausto, cuja sede de glória vã ou a cobiça dos bens temporais» ele ridicularizava, exortando-os a vir procurar uma verdadeira elevação espiritual na nova milícia, que se comportava como uma pura cavalaria de

Deus. Com a sua fogosa eloquência, havia exaltado as profundas virtudes do novo combatente, apoiadas pelas exigências da Norma:

> Em primeiro lugar a disciplina é constante e a obediência é sempre respeitada; vai-se e vem-se, consoante a ordem daquele que tem autoridade; anda-se vestido com o que ele deu; nem sequer passa pela ideia ir buscar comida e vestuário a qualquer outro lugar [...] Vivem lealmente em comunidade, uma vida sóbria e alegre, sem mulher nem filhos; nunca estão sem fazer nada, ociosos, curiosos [...]; entre eles não há nenhuma preferência por ninguém: honra-se o mais valoroso, não o mais nobre [...]; detestam jogar os dados e o xadrez, detestam caçar [...]; têm o cabelo cortado à escovinha [...], nunca penteados, raramente lavados, o pêlo descurado e hirsuto; sujos de pó, a pele curtida pelo calor e a cota de malhas [...]

E esboçado um inolvidável retrato desse tipo de cavaleiro:

> Este cavaleiro de Cristo é um cruzado permanente empenhado num duplo combate: contra a carne e o sangue, contra as potências espirituais malignas nos céus. Avança sem medo, este cavaleiro, vigilante à direita e à esquerda. Revestiu o seu peito com a cota de malha e a sua alma com a armadura da fé. Munido destas duas defesas, não receia nem homem nem demónio. Avancem, pois, com

> firmeza, cavaleiros, e afastai da vossa frente, com um coração intrépido, os inimigos da Cruz de Cristo: da caridade dele, tendes a certeza, nem a morte nem a vida vos poderão separar [...] Quão glorioso é o vosso regresso de vencedor no combate! Como ela é bem-aventurada, a vossa morte como mártir, no combate!

Ainda menos possibilidades haviam tido para prever a torrente de teses, hipóteses e lucubrações inumeráveis que foram emitidas a propósito da Ordem do Templo, das suas origens, do seu funcionamento, dos seus costumes. Para o historiador, a diferença entre as fantasias às quais se dedicaram sem reserva nenhuma os escritores de história de todas as categorias e, por outro lado, os documentos autênticos, as matérias indubitáveis que abundam nos nossos arquivos e nas nossas bibliotecas é tal que até parecia inacreditável, não fosse esta oposição manifestar-se da maneira mais visível, mais evidente. Acontece com os Templários o mesmo que aconteceu, por exemplo, com Joana d'Arc, em que, a par de uma abundante literatura hagiográfica e de hipóteses em abundância, totalmente gratuitas e uniformemente disparatadas — nascimento bastardo, etc. —, os documentos, esses, impõem-se com o rigor mais absoluto. No que se refere aos Templários, é inimaginável comparar em espírito a literatura (já não a literatura hagiográfica, mas decididamente demencial, nalguns casos) que suscitaram e, por outro lado, esses documentos tão simples, tão convincentes, tão serenamente irrefutáveis, que constituem a verdadeira história deles.

CAPÍTULO II

ESTRUTURAS E VIDA QUOTIDIANA

Tal como se apresenta, através das diversas partes da Norma, a Ordem do Templo é muito típica da sociedade feudal que a viu nascer. As suas estruturas estão nitidamente hierarquizadas, mas os poderes exercidos não são «totalitários». O papel que a eleição desempenha para designar os que exercem o poder, e o desempenhado pelas assembleias para o assistir e, em caso de necessidade, o controlar eram muito importantes.

À cabeça da hierarquia, o mestre do Templo — a que, nos tempos modernos, insistem em chamar o grão-mestre, gostaria de saber por quê, pois essa expressão nunca foi utilizada na Norma nem nos diversos capítulos dos Estatutos que a completam, nem sequer na própria época em que a Ordem do Templo existiu (só encontramos esse termo no século XIV e, mesmo assim, muito raramente). O poder desse mestre é exactamente o mesmo que o do padre-abade nas ordens religiosas, isto é, e segundo a linguagem sempre recheada de metáforas e figuras que se usava nesse tempo, que «deve ter na mão o pau e a vergasta: o pau com o qual ele deve amparar as fraquezas e as forças dos outros; a vergasta com a qual deve castigar os vícios daqueles

http://alexandriacatolica.blogspot.com

que faltarão» (ao seu dever); este duplo poder de aplicação e de disciplina deve exercê-lo «por amor daquilo que é recto», evitando tanto a indulgência como a severidade imoderada[1]. É assistido por um conselho de freires, que ele saberá serem sensatos e capazes de darem um conselho judicioso. Mas quando se trata de tomar uma decisão importante que envolve o conjunto da casa: como dar uma terra, receber um freire, etc., «é coisa conveniente convocar toda a congregação e reunir o conselho de todo o capítulo; e o que parecerá ao mestre como mais proveitoso e melhor, que o faça». Os freires devem-lhe «obediência firme». Devem executar «sem hesitar» (imediatamente) o que o mestre tiver mandado; não podem ir «a vila ou a cidade» sem a «licença» do mestre (sem sua autorização). É também o mestre que decide o ofício que os freires têm na casa ou na Ordem. Por fim, é também a ele que compete fazer aplicar a Norma. O poder mais importante que lhe é atribuído é o que a redacção francesa atribui ao mestre e que não se encontra na Norma latina primitiva: «Todos os mandamentos que estão citados e escritos nesta Norma estão sujeitos à mercê e à consideração do mestre.» De qualquer maneira, os termos empregados não significam, de maneira nenhuma, a arbitrariedade ou o bel-prazer.

Não há mais nenhuma função que esteja mencionada na Norma primitiva. Em contrapartida, menciona-se o pessoal indispensável ao serviço da casa e dos freires: cada um destes pode ter um escudeiro e está especificado que

[1] Todas as citações deste capítulo foram extraídas da Norma, nas suas várias redacções.

não lhe é permitido bater-lhe, seja qual for a falta de que se tenha tornado culpado. Também se mencionam os cavaleiros e beleguins que se vêm reunir aos freires, para servir «a prazo», sem ficarem ligados por voto. Para bem se diferenciarem uns dos outros, está determinado que só os cavaleiros do Templo podem usar «branco manto». Desde a primeira redacção da Norma esta precaução foi tomada para evitar, o que então já havia acontecido, que «falsos freires, casados e outros», se apresentassem como freires do Templo para extorquir dons ou favores diversos, «e por isto, fizeram nascer muitos escândalos». O manto branco será a a maneira de diferenciar os cavaleiros do Templo propriamente ditos. Os escudeiros e beleguins destes só terão direito a usar mantos pretos ou castanhos.

Por último, há alguns que desejam participar dos benefícios espirituais, conservando-se na vida secular, casados ou não; tal como a maior parte das ordens religiosas, os Templários terão, por conseguinte, confrades associados, que, mais tarde, serão os membros das Ordens Terceiras Franciscana e Dominicana; mas está expressamente mencionado que esses confrades não devem nem usar o manto branco, nem sequer viver nas casas dos freires. Essas casas também não devem receber freiras, pois, tal como o bom senso indica, «coisa perigosa é companhia de mulheres» para homens que fizeram voto de castidade. E a Norma especifica este ponto:

> Acreditamos ser coisa perigosa em qualquer religião [ordens religiosas] olhar com frequência para caras de mulheres e, por isso, que nenhum se

atreva a beijar mulher, nem viúva nem virgem, nem mãe nem irmã, nem tia, nem nenhuma outra mulher.

É verdade que, nessa época, o beijo é uma marca de simples cortesia, absolutamente arreigada nos hábitos, quer entre homens e mulheres, mas o preceito que aqui foi dado dá o alerta contra o perigo deste costume, o que é o mesmo que aconselhar a «fugir das tentações».

Os Costumes vêm determinar e completar o conhecimento que temos da instituição e fornecer abundantes pormenores sobre as prerrogativas e as obrigações do mestre, assim como dos outros oficiais da casa do Templo. No momento em que foram escritos, a Ordem já tinha mais de meio século de existência e a sua rapidíssima extensão diferenciou as funções e precisou cada uma delas, consoante a experiência adquirida. No seu conjunto, são muito característicos de uma época em que reinam os costumes. A Norma deu o espírito; os Costumes dão informes sobre os hábitos que se estabeleceram a pouco e pouco.

Nesse momento a Ordem já possui várias províncias: na Terra Santa, as de Jerusalém, de Trípolis e de Antioquia. A casa de Jerusalém, a que está instalada no *Templum Domini,* a Cúpula de la Roche, é a casa principal, a casa «principal»; é a residência habitual do mestre e dos dois comendadores: o comendador da terra e reino de Jerusalém, que tem à sua guarda todos os estabelecimentos da província deste nome, e o comendador da cidade de Jerusalém, ao qual a actividade específica da Ordem está mais especialmente entregue: a defesa e o transporte dos peregrinos da Terra Santa. À cabeça das duas

províncias de Trípolis e de Antioquia há dois comendadores que representam o mestre e dispõem, cada um na sua província, da mesma autoridade que este tem dentro da Ordem.

As províncias do Ocidente são as da França, da Inglaterra, do Poitou, da Provença, de Aragão, de Portugal, de Pouille e da Hungria. À cabeça destas províncias estão comendadores ou mestres ou preceptores; estes títulos parecendo assemelhar-se muito uns aos outros, à medida que os documentos conservados são consultados; a extrema riqueza dos bens imóveis, de terras, e a não menos importante dispersão delas, darão origem ao estabelecimento de subdivisões. E é assim que o mestre da Provença terá sob a sua autoridade não só a Provença propriamente dita e o condado de Venaissin, mas ainda a região de Nîmes-Saint-Gilles, a de Velay e Gévaudan, a de Maguelonne e Béziers, de Narbonne e Carcassonne, de Rodez, Albi e Cahors, de Toulouse e Comminges, da Gasconha e Agenais.

Os Costumes apresentam várias precisões a respeito da autoridade dos principais dignitários, a começar pelo próprio mestre. Desde que haja uma decisão importante a tomar ele deve ser assistido pelo capítulo. Sem a aprovação do capítulo não pode nem dar nem alienar uma terra, nem empreender o cerco de um castelo, nem começar uma guerra, nem acabar uma guerra, nem nomear os comendadores para as principais casas da Ordem, nem nomear os dignitários, tais como senescais ou marechais. Todos os subsídios que lhe chegam vindos de além-mar devem ser-lhe apresentados a ele antes de serem entregues ao comendador do reino de Jerusalém, que também é o tesoureiro principal

da Ordem no Oriente. Submetido como os outros freires a essa privação de posse que deve caracterizar os religiosos, o mestre «não deve possuir chave nem fechadura do tesouro»; mas, acrescentam os Costumes, pode ter no seu tesouro uma *hucha,* um cofre com fechadura para guardar as suas jóias fechadas. Pode dispor de uma parte das riquezas da Ordem com a aprovação dos «homens íntegros», dos homens honestos que o rodeiam. Pode fazer presentes, desde que estes não excedam a soma de cem besantes ou um cavalo, ou uma taça de ouro e prata ou um «manto de veiro» (de pele de arminho ou zibelina), ou então uma armadura, ou «jóias», mas não pode dar nem tirar ferro de lança, nem «faca de armas».

Para seu uso, o mestre dispõe de quatro cavalos. O seu séquito é composto por dois freires cavaleiros, um padre capelão, um clérigo, um beleguim, um lacaio. Além disso, deve ter ao seu serviço um «ferreiro» (ferrador), um «escrevente árabe», por outras palavras, um secretário exercendo as funções de intérprete, um turcópolo — esses soldados auxiliares a que se referem frequentemente os textos — e um cozinheiro. E, finalmente, dois moços «a pé» (enquanto o lacaio precedentemente citado, que leva a sua espada e a sua lança, tem direito a um cavalo) e um cavalo turcomano, animal do que há de melhor, que se reserva para as viagens a cavalo. Durante as expedições tem direito a dois animais de carga, a uma tenda redonda e ao estandarte bicolor dos Templários. De facto, o estandarte do Templo tem duas cores, prata sobre negro com, depois do concílio de 1145, a cruz vermelha bordada por cima.

Os Costumes resumem, com uma única frase, a situação do mestre: «Todos os freires do Templo devem ser obedientes ao mestre e o mestre deve obedecer ao seu convento» (aqui, a palavra «convento» designa a totalidade dos freires).

O senescal está «em vez do mestre», o que equivale a dizer que é o seu lugar-tenente. Substitui o mestre quando este se encontra ausente e representa-o; o seu séquito compõe-se sensivelmente do mesmo pessoal que o do mestre; a única diferença é que, em vez de um capelão, tem um «diácono escrevente para ler o livro de horas».

O marechal, esse, tem sobretudo as atribuições militares; «deve ter sob o seu comando todas as armas e as armaduras da casa [...] todas as peças que são necessárias para equipar um cavalo de batalha [...], excepto as arbaletas que estão na mão do comendador da região, as armas turcas [arco turco] que o comendador compra para dar aos freires beleguins».

Os outros dignitários são os comendadores das casas, de várias importâncias. Os Costumes estendem-se sobretudo a respeito das atribuições do comendador da região de Jerusalém e do comendador da cidade e dos de Trípolis e de Antioquia. Nas comendadorias pequenas, os «comendadores dos cavaleiros» dependem do comendador da região; podem reunir capítulos na ausência de dignitários mais elevados; não podem autorizar um freire a sair do convento mais de uma noite.

Enfim, outra personagem importante da casa é o roupeiro, cuja função consiste em «dar aos freires o que eles precisam para se vestirem e dormirem»; é, de certo modo, o ecónomo da

casa. Está incumbido do aspecto dos freires e deve velar por que estes sejam «aparados decentemente» (os cabelos correctamente cortados).

Os Costumes, ao enumerarem os vários deveres a que todos estão sujeitos na Ordem do Templo, permitem reconstituir — nas suas grandes linhas — o emprego do tempo quotidiano numa casa do Templo.

> Vós, renunciando à vossa própria vontade, e vós outros, servindo o Soberano Rei com cavalos e armas, para a salvação das vossas almas, a prazo, velai sempre por desejar ouvir matinas e todo o serviço totalmente, consoante a instituição canónica e o hábito dos mestres regulares da cidade santa de Jerusalém.

É desta maneira que começa a Norma dos cavaleiros, que, após ter solenemente recordado que o serviço começa pela oração e pelo culto divino, acrescenta: «Depois de o serviço divino ter acabado, [que] nenhum se assuste de ir para a batalha, mas se apreste para a coroa» (preparado para receber a coroa de mártir). A Norma ainda diz que, se as necessidades da vida no Oriente o exigem («a qual coisa cremos que com frequência acontecerá») e que se não for possível ouvir o ofício na sua totalidade, os cavaleiros deverão rezar treze padre-nossos em vez das matinas, mais sete por cada hora e nove pelas vésperas, e que é preferível rezá-los em conjunto. A vida de oração é, assim, estabelecida desde o início da Norma, como convém a todos os religiosos; além disso, desde os primeiros capítulos, são prevenidos de que não devem viver numa ascese excessiva, especificando que durante a leitura dos salmos devem ficar sentados, só devendo conservar-se de pé para o primeiro salmo, que se chama «o invitatório», para a recitação do *Gloria* no fim de cada salmo e para o *Te Deum*, no final das matinas.

Além disso, a ascese deve ser moderada no que se refere à bebida e à comida. A Norma aconselha-os a pedir, quando estão à mesa, o que lhes seja necessário «suavemente e pessoalmente», com discernimento. Durante as refeições é-lhes lida a Santa Escritura. Em geral, os freires têm uma escudela para dois, mas cada um tem o seu hanapo com a mesma medida de vinho. Comem carne três vezes por semana e, ao domingo, os cavaleiros comem dois pratos de carne, enquanto os escudeiros e os beleguins só comem um. Devem dar graças a Deus depois da refeição do meio-dia e a da noite; além disso, os restos dos pratos devem ser dados aos pobres. À noite, quando toca o sino, tomam a sua última refeição diária «ao arbítrio e à discrição do mestre»; em seguida, recitam as completas, após o que deve reinar o silêncio. Chama-se-lhes a atenção para o hábito do silêncio: «que falar de mais não é isento de pecado». Devem evitar todas as conversas desonestas e também não devem pedir o cavalo ou a armadura dos seus confrades, nem entregar-se à maledicência ou à inveja. A caça, que é a diversão — por excelência — do cavaleiro, é-lhes proibida: «Aos religiosos não é conveniente entregar-se ao prazer, mas ouvir de boa vontade os mandamentos de Deus e orar com frequência»; uma excepção, contudo: «Esta proibição não se refere ao leão.» É a única caça que lhes é permitida.

http://alexandriacatolica.blogspot.com

As roupas dos freires devem ser todas iguais e da mesma cor: túnica branca ou preta ou de burel (castanho). Os mantos são brancos; essa brancura significa castidade, que é «garantia de coragem e saúde do corpo». Mas essas túnicas «devem ser sem nenhuma superfluidade e sem nenhum orgulho»; não são autorizados a usar outras peles que as de cordeiro ou de carneiro.

O equipamento completo do cavaleiro compõe-se do lorigão — isto é, a cota de malha —, do elmo ou do chapéu armado (o primeiro sendo um casco ajustado e o segundo uma carapuça com abas, leve) e dos outros elementos da armadura: cota de armas, ombreiras, sapatos de ferro. As armas de que dispõe são: a espada, a lança, a maça de armas e escudo ou broquel. Além disso, tem três facas: uma faca de armas — uma espécie de adaga —, outra que é a faca para o pão e uma faquinha pequena, de lâmina flexível. Os cavaleiros podem ter uma manta de cavalo, duas camisas, dois calções e duas ceroulas. Tendo em consideração o ardor do clima, têm direito a uma camisa de linho. Dois mantos, um para o Verão, o outro para o Inverno, forrado. Sobre o corpo usam uma túnica, uma cota de malha e um cinto de couro. Na Norma está especificado que se deve evitar qualquer concessão à moda, e assim os sapatos de biqueiras reviradas ou os atacadores não são autorizados. E, por fim, a respeito das suas camas: uma enxerga, um «sudário» (lençol) e uma «estamenha» ou cobertor; além disso, uma «carpete» branca ou preta, ou às riscas, ou um cobertor espesso, para cobrir o leito. Também são previstos os sacos necessários para épocas

de expedição, onde se possa meter o equipamento de armas de cada um ou as suas indumentárias nocturnas. Dispõem de um guardanapo e de uma toalha de cara. Também se enumeram os acessórios indispensáveis ao ofício de cavaleiro, para eles próprios, para os seus escudeiros e para os seus cavalos: desde o cobertor para o cavalo até ao «caldeirão para fazer a comida e púcaros para medir a cevada». Cada cavaleiro tem direito a três alforges: um para ele e dois para os escudeiros, a uma arreata, a uma cilha, a camas suspensas, frascos, a um barrete de algodão e a um de feltro, etc.

Os beleguins vestem-se de preto ou de castanho; alguns podem dispor de dois cavalos: o submarechal, o gonfaloneiro, o cozinheiro, o ferrador. Os outros beleguins só podem ter um cavalo.

A disciplina é estrita e absolutamente militar: «Nenhum freire se deve lavar, nem tratar, nem tomar medicina, nem ir à cidade, nem correr a cavalo sem dispensa.» Não têm autorização para se levantar da mesa, excepto se sangram pelo nariz — o que, provavelmente, era frequente, nos climas do Oriente — ou, naturalmente, em caso de alarme de guerra. Quando o sino toca, devem juntar-se para a oração; apenas são exceptuados dessa obrigação o que tem «as mãos na massa» ou o ferro em brasa na forja para o bater enquanto está quente, ou o pé do cavalo preparado para ferrar ou «se está a lavar a cabeça». Faz-se-lhes recordar que «abandonaram a sua própria vontade» e que «não há nada que seja tão agradável a Jesus Cristo como a obediência». Em conjunto, devem

ouvir a missa e as horas, ajoelhar-se em conjunto e, em conjunto, sentar-se ou ficar de pé. Apenas se exceptuam desta obrigação «os velhos e os achacados», os doentes. «E aqueles que não sabem quando é que os freires se devem ajoelhar, o devem perguntar aos que o sabem e aprender como eles fazem e devem ficar atrás dos outros.»

No exercício das suas funções, os Templários são, com bastante frequência, cavaleiros andantes, em todo o caso pelos caminhos; e, por isso, lhes é prescrito, seja onde for que se encontrem, «através das várias regiões do século», de se esforçarem por obedecer à Norma dentro das suas possibilidades e «que dêem exemplo de boas obras e de modéstia». Normalmente andam aos pares, não se devem afastar sem a autorização do mestre ou daquele que o substitui e devem, em tudo, conformar-se com as ordens recebidas. Num dos capítulos é-lhes recomendado não permanecer «nem em furor nem em ira» contra algum dos irmãos. Devem venerar os freires velhos e enfraquecidos e dispensar «aplicada vigilância» aos freires doentes. Um enfermeiro, em todas as casas importantes, deve prover-se de tudo quanto possa contribuir para que recuperem a saúde. Um «físico», um médico, deve ser requerido «para os visitar e dar conselho da doença que têm».

Quem entrava na Ordem e como se entrava nela? Estas questões virão a ser muito importantes na tragédia pela qual acabou a cavalaria do Templo. A Norma e os diversos aditamentos que se lhe seguem permitem responder a essa pergunta. O próprio preâmbulo dessa Norma é, efectivamente, um apelo a todos

os cavaleiros «do século» desejosos de adoptar uma vida mais perfeita:

> Dirigimo-nos, em primeiro lugar, a todos aqueles que desdenham obedecer à sua própria vontade e desejam corajosamente servir como cavaleiros ao Soberano Rei [...] advertimo-los, a vós que até agora tendes sido cavaleiros seculares, que não tivestes Jesus Cristo como princípio, mas que vos haveis enfileirado unicamente por valimento humano, a que sigais os que Deus escolheu por entre a gente de perdição e ordenou [...] para a defesa da Sua Igreja.

Por conseguinte, qualquer cavaleiro pode ser recebido na cavalaria do Templo e é-se autorizado a pensar que o recrutamento essencial era feito entre os cruzados vindos à Terra Santa e que, em vez de regressarem à pátria desde o cumprimento do voto — como faziam a maior parte dos peregrinos, armados ou não, sentiam brotar neles o desejo de prolongar esse voto dedicando as suas vidas inteiras à defesa do Santo Sepulcro.

Nesse caso — e isso é sempre a mesma coisa, em todas as ordens religiosas —, a prudência manda «experimentar o espírito»:

> Antes de lhe ser concedida a companhia dos irmãos, que a Norma seja lida diante dele. Se ele quer obedecer aplicadamente aos mandamentos da Norma e que agrade ao mestre e aos irmãos recebê-lo, estando os irmãos reunidos em capítulo, que ele diga a sua vontade e o

seu desejo diante de todos e faça o seu pedido corajosamente.

Não é permitido receber crianças, quer se trate de oblatos oferecidos pelos pais ou de jovens que se apresentem por sua própria vontade. O recrutamento dos Templários é feito exclusivamente entre os adultos. Aliás, sabe-se que a cavalaria só é — geralmente — conferida aos que atingiram já, não só a maioridade (catorze anos para os rapazes, na maior parte dos costumes de França), como também a idade de apresentar armas: dezoito anos, ou mais.

O estudo comparado das diversas versões da Norma, a seguir, levanta dificuldades que M. Melville, felizmente, acentuou. Em primeiro lugar, no texto em latim da Norma, havia referência a um prazo de preparação e de exercícios; por conseguinte, tratava-se de um noviciado. Em seguimento ao pedido feito, segundo o texto acima citado, uma frase, suprimida na versão francesa, especifica que o tempo do noviciado depende, integralmente, «da reflexão e prudência do mestre, tomando em consideração a decência de vida daquele que pediu [para ser aceite]». Por conseguinte, é evidente que esse artigo foi completamente suprimido da Norma em francês.

A segunda dificuldade é mais inquietante: o artigo 12, que se segue, tem como título, no texto latino: *Dos freires que partem através das diversas províncias*. O mesmo artigo, na Norma em francês, intitula-se: *Dos cavaleiros excomungados*. Começa assim: «Lá, onde souberdes que se encontram cavaleiros excomungados, lá mesmo vos mandamos ir; e se alguns houver que queiram ir juntar-se à ordem de cavalaria das regiões do ultramar, vós não deveis esperar o proveito temporal deles tanto quanto a salvação eterna das suas almas.»

O texto da Norma em latim é completamente diferente: «Lá, onde se souber estarem reunidos cavaleiros *não excomungados*, dizemos que é necessário ir, sem considerar muito a utilidade temporal, mas a salvação eterna das almas deles.»

E assim, vê-se que o mesmo artigo que, no fim de contas, se relaciona com a propaganda e o recrutamento da Ordem, dirige-se no texto original, latino, aos cavaleiros não excomungados e na Norma francesa aos cavaleiros excomungados. Claro que a divergência é grave.

A continuação do mesmo artigo não muda: é prescrito aos que querem fazer parte da cavalaria do Templo irem apresentar-se ao bispo, que, no texto latino, ouve o pedido feito por aquele que quer ser admitido, em presença do templário recrutador e, no segundo caso, o texto em francês, «ouve e *absolve*» (o termo não existe no texto original latino) o cavaleiro excomungado, permitindo-lhe assim entrar para a cavalaria do Templo.

A contradição entre os dois textos continua no artigo 13: «De nenhuma outra maneira [diz a Norma francesa] os freires do Templo devem ter companhia com homem manifestamente excomungado.»

Os freires devem ter um rigoroso cuidado e recear que um dos cavaleiros de Cristo (Templários) se aproxime de um homem publica e terminantemente excomungado, seja de que maneira for», diz o texto latino.

São, portanto, divergências fundamentais que aparecem no intervalo dos dez ou vinte anos que separam o concílio de Troyes, em 1128 — em que foi estabelecida a Norma — da redacção da Norma francesa, por volta de 1140, ou um pouco mais tarde. Ora essa divergência tem todo o aspecto de encobrir um abuso que se tornou habitual entre os Templários. Entre outros, reparou-se numa desobediência incontestável ao interdito lançado sobre os excomungados: os templários de Inglaterra, em 1143, recolhem e sepultam em solo cristão o corpo de Geoffroy de Mandeville, conde de Essex, morto excomungado. É uma acusação que, comummente, se fez à Ordem, a de acolher nas suas fileiras excomungados. Busca de eficiência ou insubordinação? Abririam eles as suas fileiras para deixarem entrar aqueles cujos pecados os haviam afastado da comunhão da Igreja, para engrossarem essas mesmas fileiras e oferecerem aos pecadores a possibilidade de fazer penitência? Ou, pelo contrário, teriam uma tendência, mais ou menos aberta, para desprezar a autoridade dos bispos e do papa, únicos senhores que detinham esse poder «de ligar e desligar»? A verdade é que, em 1175, o papa Alexandre III censurava abruptamente os templários e

hospitalários de Inglaterra por darem sepultura eclesiástica aos excomungados. O mesmo papa, em 1180, também censurava os bispos por estes exigirem, sem nenhum direito, a obediência dos capelães — nós diríamos: dos padres — do Templo, que apenas deviam obediência a Roma. E isso não era mais do que um episódio da luta que, durante toda ou quase toda a sua existência, oporá a Ordem do Templo aos bispos. É certo que essa luta não é diferente da que, por várias ocasiões, no decorrer da história da Igreja, opôs o clero secular às ordens religiosas directamente ligadas ao papa, e que, por esse facto, escapavam à jurisdição dos bispos.

Voltando a falar da admissão dos freires, os Costumes especificam que «o mestre não deve fazer freires sem capítulo»: por outras palavras, a presença do capítulo é indispensável para a admissão de um novo templário; apenas se prevê uma excepção: se o mestre, durante uma viagem, encontra um moribundo que lhe pede para aceitar a sua admissão na Ordem, pode aceitá-lo; mas «se Deus der saúde [ao recém-admitido], logo que este entrar na nossa casa, deve fazer a sua profissão diante de todos os irmãos e aprender o que os irmãos devem fazer».

A cerimónia de admissão está minuciosamente descrita num texto — aliás bastante tardio, pois completa os últimos aditamentos à Norma [1], e as que datam da segunda metade

[1] A Norma tem setenta e dois capítulos. *(N. da T.)*

do século XIII. A Norma primitiva dá unicamente as fórmulas de profissão e os Costumes acrescentam vários pormenores que se encontram no cerimonial citado.

> Segundo este cerimonial, diante do capítulo reunido, o mestre toma a palavra: «Distintos senhores irmãos, bem vedes que a maioria [de vós] está de acordo para que Fulano seja freire; se se encontrasse entre vós um que soubesse sobre ele coisa pela qual ele não deveria, por direito, ser freire, que o diga; pois seria melhor coisa que o dissesse antes que depois que ele se tenha apresentado diante de nós.» Se ninguém diz nada, ele deve mandar buscar o postulante e metê-lo num quarto perto do capítulo; neste quarto, este recebe a visita de dois ou três dos «homens probos» mais antigos da casa, que lhe perguntam: «Irmão, demandais a companhia da casa?» (para entrar na companhia da casa). Se ele responde que sim, eles devem revelar-lhe «as grandes severidades da casa e as caridosas ordens que nela estão». E se ele diz que «está disposto a tudo suportar, por Deus, e que deseja ser servo e escravo da casa sempre, todos os dias da sua vida», eles devem voltar a fazer-lhe algumas perguntas referentes ao seu estado: tem mulher, esposa ou noiva? nunca fez voto ou promessa noutra ordem? Não contraiu dívidas que não pode pagar? É são, de corpo? Não tem nenhuma doença escondida? Não é servo de nenhum homem? Depois de, assim, se terem cuidadosamente informado da condição civil e física dele, os freires voltam a entrar no capítulo e declaram: «Mestre, falámos a esse homem honesto que está lá fora e mostrámos-lhe as severidades da casa [...] e ele disse que quer ser servo e escravo da casa [...]» O mestre faz as mesmas perguntas e torna a perguntar: «Quereis que o façamos vir aqui, por amor de Deus?» O capítulo responde: «Fazei-o vir, por amor de Deus.» Então, vai-se buscar o postulante e torna-se-lhe a perguntar se ele continua com as mesmas intenções; em seguida, introduzem-no no capítulo: «Ele deve ajoelhar-se diante daquele que o dirige, com as mãos juntas, e deve dizer: 'Mestre, vim diante de Deus e diante de vós e diante dos freires, e imploro-vos e solicito, por Deus e por Nossa Senhora, que me acolhais na vossa companhia e nos favores da casa como aquele que continua a querer, de hoje em diante, ser servo e escravo da casa.'»

Nessa altura verifica-se a belíssima exortação daquele que preside o capítulo: «Distinto irmão, pedis-me grande coisa, pois da nossa religião não vedes senão a casca exterior, mas a casca é que vedes que temos belos cavalos, belos arneses, boa bebida, boa comida e belas roupas e aqui parece-vos que estareis muito a vosso bel-prazer. Mas não sabeis os duros mandamentos que estão por dentro: pois é dura coisa que vós, que sois senhor de vós mesmo, vos façais servo de outrem, pois com grande pena fareis vós alguma vez coisa que queirais: se quereis estar

http://alexandriacatolica.blogspot.com

na terra do outro lado do mar [no Ocidente], mandar-vos-emos para o lado oposto; se quiserdes estar em Acre, mandar-vos-ão [enviar-vos-ão] para a terra de Trípolis, ou de Antioquia, ou da Arménia [...] ou para várias outras terras onde temos casas e domínios. E quando quiserdes dormir, sereis obrigado a velar, e se quiserdes, por vezes, ficar de vela, sereis mandado para irdes descansar sobre o vosso leito.»

Está especificado que, quando se trata da admissão de um beleguim, os termos serão um pouco diferentes: «Pode-se-lhe dizer que o poremos num dos mais vis ofícios que temos, por acaso [por exemplo] ao forno, ou ao moinho, ou na cozinha, ou nos camelos, ou na pocilga ou noutros vários ofícios que temos.» E, em ambos os casos, as apóstrofes terminam com a mesma pergunta: «Ora, vede, bom e distinto irmão, se podereis suportar todas essas durezas.» E se ele disser: «Sim, suportá-las-ei todas, se Deus o permitir», o mestre ou aquele que o representa deve dizer: «Distinto irmão, não deveis procurar a companhia da casa para ter senhoria ou riqueza, nem para ter conforto ou honrarias para o vosso corpo; mas deveis procurá-la por três coisas: uma delas, para vos esquivar e afastar do pecado deste mundo; a outra, para fazer o serviço de Nosso Senhor; e a terceira, para ser pobre e fazer penitência neste século, para a salvação da alma. E tal deve ser a intenção pela qual a quereis pedir.»

A seguir a isto, as perguntas que foram feitas ao postulante em privado são enunciadas solenemente perante o capítulo: «Quereis ser todos os dias da vossa vida, de hoje em diante, servo e escravo da casa? Quereis abandonar a vossa própria vontade, todos os dias, de hoje em diante, da vossa vida, para fazer o que o vosso comendador ordenará?»

Se o postulante dá a resposta adequada: «Sim, mestre, se Deus quiser», o mestre ordena-lhe que saia do capítulo e, em seguida, dirigindo-se aos freires reunidos, torna a fazer a pergunta precedentemente feita, para o caso em que um de entre eles conhecesse algum impedimento à admissão do novo freire. Depois do que um deles deve dizer: «Fazei-lo vir, por amor de Deus.»

A cerimónia da admissão propriamente dita começa quando o postulante, no capítulo, se ajoelha, de mãos juntas, e pronuncia o seu pedido: «Mestre, venho, diante de Deus, e diante de vós, e diante dos freires, e vos imploro e solicito, por Deus e por Nossa Senhora, que me acolhais na vossa companhia e nos favores da casa, espiritualmente e temporalmente, como aquele que quer ser servo e escravo da casa, todos os dias da sua vida, de hoje em diante.» O capítulo, reunido, faz as mesmas perguntas que precedentemente fez e em seguida exorta o postulante a orar. Todos, em conjunto, rezam o padre-nosso e o freire capelão reza uma oração ao Espírito Santo; em seguida, o que preside o capítulo pega no

livro dos Evangelhos e o novo freire segura-o com as duas mãos, na posição ajoelhado. É então que recomeçam, em pormenor, as perguntas feitas sobre todos os assuntos: o postulante não está casado, nem noivo, não pertenceu a outra ordem religiosa, etc. Todos os impedimentos possíveis são, assim, lembrados e geralmente convidam-se os «velhotes da casa» para saber se nenhum desses impedimentos foi esquecido. Em seguida passa-se à parte positiva dos compromissos: as promessas que faz o freire: «Distinto irmão, entendei bem o que vos diremos: prometeis a Deus e à Nossa Senhora que, de hoje em diante, durante todos os dias da vossa vida, obedecereis ao mestre do Templo e a alguns comendadores colocados acima de vós? Promteis a Deus e à Senhora Santa Maria que, de hoje em diante, e durante todos os dias da vossa vida vivereis na castidade do vosso corpo? Que vivereis 'sem próprio' [pobremente, sem ter bens próprios]? Que seguireis os bons usos e os bons costumes da nossa casa? Que ajudareis a conquistar, consoante a força e o poder que Deus vos deu, a Terra Santa de Jerusalém? Que nunca abandonareis esta 'religião' [ordem religiosa], nem por forte, nem por fraco, nem por pior, nem por melhor?» A todas estas perguntas a resposta é: «Sim, mestre, se Deus quiser»; e o que preside o capítulo conclui: «Nós, por amor de Deus e por amor de Nossa Senhora Santa Maria, por amor de monsenhor São Pedro de Roma e por amor do nosso pai o Apóstolo [o papa] e por amor de todos os santos do Templo, vos acolhemos a todos os benefícios da casa que foram feitos desde o começo e serão feitos até ao fim, a vós e ao vosso pai e à vossa mãe e a todos os que queirais acolher da vossa linhagem.» É a participação nas orações, preces e benefícios espirituais da Ordem do Templo. «Vós também, vós nos acolhereis em todos os benefícios que fizestes e que fareis; e nós também vos prometemos pão e água e o pobre vestuário da casa e bastante cansaço e trabalho.» (Vestuário, aqui, designa os bens temporais, em geral.)

O postulante, então, é revestido do manto. Depois de uma oração dita pelo capelão e o salmo de admissão, habitual nas outras ordens religiosas: «Oh! Como é bom e agradável viver juntos» (salmo 132), o mestre ou o seu representante manda o freire levantar-se e dá-lhe um beijo na boca, da mesma maneira que o capelão; este beijo é o que também se dá nas cerimónias de homenagem, durante a época feudal. Segue-se uma exortação, que enumera ao postulante os principais usos e preces da casa do Templo: trata-se de um resumo da Norma, insistindo sobre as faltas que dariam origem a que o cavaleiro «perdesse o hábito» ou «perdesse a casa», o que significa a expulsão da Ordem.

Com efeito, a disciplina é mantida graças aos capítulos ou assembleias de freires, que se realizam todas as semanas em todas as comenda-

dorias, mesmo que só hajam três freires. Os Templários devem-se apresentar revestidos do manto; geralmente, o capítulo celebra-se na grande sala da casa ou na capela, depois da missa. Uma grande parte dos Costumes é-lhes consagrada. Depois de recitarem em conjunto o padre-nosso, o mestre ou o que o substitui abre a sessão e faz um sermão de exortação. Então, os freires que cometeram algum erro devem adiantar-se, ajoelhar-se e fazer a confissão pública desses erros. Em seguida, os culpados devem sair e o capítulo discute sobre a penitência que deve ser aplicada a cada um. Aquele que preside o capítulo manda-os voltar e informa-os da decisão tomada pelos freires reunidos. Está especificado que nenhum deles deve «descobrir o capítulo», isto é, revelar qual dos freires sugeriu esta ou aquela penitência, ou como se passaram os debates. Essa regra do segredo era sensata, pois — nesse meio de combatentes — as divisões e os ódios poderiam ser suscitados por tais indiscrições. O segredo do capítulo assemelha-se, no fim de contas, ao segredo da confissão. É notável que, quando as penitências são relatadas no livro dos Privilégios, que, na Norma, se segue ao dos Costumes, o redactor sempre dê exemplos de casos extraídos do passado e relacionados com freires já falecidos. Nada disto diferencia a Ordem do Templo das outras ordens religiosas; mas essa recomendação do segredo virá, com a continuação, a dar azo a uma exploração tal que não a podemos deixar passar sob silêncio.

Além das confissões espontâneas feitas em presença do capítulo, há as acusações praticadas também na assembleia. A

Norma recomenda aos Templários que comecem por se avisar mutuamente, segundo as recomendações do Evangelho. Mas, se o freire que foi avisado se recusa a emendar-se, o templário que testemunhou o seu acto pode, no capítulo, fazer a pergunta ao comendador ou ao mestre: «Distinto irmão, dê-me dispensa [autorização] de falar a tal irmão.» E quando tem a dispensa, pode levantar-se e deve chamar pelo nome o freire que deve censurar. Este pode confessar a sua falta ou negá-la e designar testemunhas que provem que está inocente da acusação. Vale a pena referir os termos usados, pois nos transportam ao centro desse mundo do Próximo Oriente onde se exercia particularmente a vocação dos freires da Ordem do Templo: «Mas se um freire dizia, no capítulo, a outro: 'Distinto irmão, vós cometestes tal falta em Châtel-Pèlerin, no domingo, implorai mercê [pedi perdão]', e o freire lhe responder: 'Não, graças a Deus, pois no domingo estive em Beirute', e o puder provar, seria absolvido e o seu acusador acusado de mentir.» As penas são debatidas, tomando em linha de consideração o comportamento costumeiro do freire culpado e as circunstâncias atenuantes que puderam ser apresentadas. A pouco e pouco foi-se estabelecendo um procedimento, de que testemunha o texto dos Privilégios, estabelecendo várias espécies de penas, estudadas com muita precisão por Marion Melville. As penitências impostas vão desde a «perda da casa» à expul-

são da Ordem «de que Deus proteja todos», ao jejum de uma sexta-feira, começando pela falta mais grave e acabando na mais ligeira. Aquele que foi excluído do Templo deverá entrar numa outra ordem — de preferência na Ordem dos Cistercienses. Depois desta pena — a mais pesada —, vem a da «perda do hábito», e isso por um prazo mais ou menos longo, que, geralmente, não ultrapassa o tempo habitual da prescrição dessa época, ou seja um ano e um dia.

É de notar que, consoante os costumes das ordens religiosas, os delitos assinalados em presença do capítulo são os que se referem à Norma, não os pecados que se referem numa confissão. Parece, no entanto — e quando se deu a tragédia final do Templo, os acusadores tirarão partido disso —, que tenha havido, por vezes, uma confusão mais ou menos voluntária entre o capítulo e a confissão propriamente dita, o que podia ser considerado como um ataque ao poder dos bispos e, em geral, dos padres, únicos detentores do direito de ligar e desligar.

Os exemplos específicos indicados nos Privilégios mostram que as faltas mais duramente punidas são as da simonia (aqueles que compraram a sua entrada na casa através de corrupção, por meio de dinheiro ou qualquer dádiva), de assassínio, de conspiração; da mesma forma, os renegados, os que desertaram em plena batalha, os que cometeram furtos ou os que «descobriram o capítulo» (revelando o que se tinha dito no capítulo e que deveria permanecer secreto), etc., são igualmente castigados. Dá-se pouca importância aos delitos sexuais. Um único caso de violação é indicado com uma punição leve; pelo contrário, um caso de sodomia é punido com a «perda da casa». Procuram-se garantias sobretudo naquilo que pode prejudicar à vida em comum: traição ou conspiração e violências diversas, mesmo quando os cavaleiros que agiram «com ira e com ímpeto violento» sejam tratados com bastante indulgência.

Ainda falta dizer uma palavra a respeito da eleição do mestre — pois, de conformidade com os usos da época na Igreja, é por eleição que este é designado.

Quando o mestre morre, é ao marechal que compete substituí-lo e ordenar as exéquias. Durante os sete primeiros dias a seguir à morte do mestre todos os freires devem rezar duzentos padre-nossos por alma daquele que faleceu e, durante esses sete dias, também se deve dar almoço e jantar a cem pobres. Os objectos pessoais daquele que acaba de morrer devem ser distribuídos entre os outros freires e o «manto» que ele usava deve ser dado aos leprosos. São enviadas mensagens a todos os comendadores, que se devem reunir em Jerusalém ou no reino, para elegerem, inicialmente, um comendador que tomará a interinidade do lugar. É a este que compete usar «a bola do mestre», isto é, o seu sinete. Entretanto é prescrito a todos os freires do Templo de jejuar três sextas-feiras a seguir, apenas comendo pão e água, e rezar pela eleição. No dia da eleição, todos os freires que puderam

deixar as suas comendadorias sem as porem em perigo encontram-se reunidos no local que foi designado pelo grande-comendador, assistido do marechal e dos comendadores das três províncias do reino.

Com os seus adjuntos, o grande-comendador designa, então, alguns dos homens probos do convento, fá-los sair da assembleia e designa, entre eles, com o conselho, o que deve ser comendador da eleição; para isso deve escolher um freire «tal que ame Deus e justiça e seja comum a todas as línguas e a todos os freires, e que ame paz e concórdia na casa»; tendo-o eleito segundo estas prescrições, escolhem-lhe «um freire cavaleiro como companheiro». Estes dois freires devem ir à capela e orar; passam a noite, em oração, na capela, e no dia seguinte, depois da missa, o capítulo volta a reunir-se. A pedido do grande-comendador, o comendador da eleição e o seu companheiro escolhem dois outros freires; em seguida, os quatro reunidos escolhem mais dois, e assim por diante, até que o número deles atinja doze, «em honra dos doze apóstolos». Estes doze, em seguida, designam um freire capelão que entre eles «substituirá Jesus Cristo». O colégio de eleitores assim formado deve, obrigatoriamente, comportar oito cavaleiros e quatro beleguins. Por fim, depois das preces feitas em conjunto, depois do sermão feito pelo grande-comendador, recordando que nos seus cargos devem ter «unicamente Deus diante dos olhos, não ter outra ambição que não seja a da honra e do benefício da casa e da Terra Santa», os eleitores retiram-se e escolhem, de comum acordo, o cavaleiro que deve ser eleito; em seguida voltam ao capítulo e, depois de terem obrigado todos os que estão presentes

a jurar que guardarão obediência ao mestre do Templo, o comendador da eleição vai ter com o que foi eleito e diz-lhe: «Nós, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, escolhemos como mestre e elegemos-vos, Freire Fulano»; em seguida, virando-se para os outros: «Distintos senhores irmãos, dai graças a Deus, aqui está o nosso mestre.» «E, logo a seguir, os freires capelães devem entoar o *Te Deum laudamus*.»

É por esta ordem que, normalmente, a cerimónia decorre. Por várias vezes, a maneira de eleger teve de ser modificada, ou devido a circunstâncias de guerra, ou porque o mestre designado não se encontrasse presente na assembleia. No entanto, esta maneira de designar o mestre, que nos parece complicada, correspondia aos costumes que existiam noutros lugares, naquela época. Efectivamente, em várias cidades, a eleição do presidente da câmara ou do cônsul devia-se à escolha de eleitores previamente designados a cuja vontade os outros juravam conformar-se.

As insígnias do mestre, nas suas funções, são as que se encontram para uso dos visitadores enviados para um ou outro lado da cristandade e do Próximo Oriente, pelo mestre ou pelo capítulo geral; é aquilo a que se chama a bola [1] (bula) e a bolsa, o sinete e o tesouro, que constituem os meios postos ao serviço do mestre para desempenhar as suas funções de administrador, gerente e dirigente de uma colectividade que também é uma pessoa moral.

---

[1] Selo antigo que tem como pendente uma bola de metal. *(N. da T.)*

http://alexandriacatolica.blogspot.com

CAPÍTULO III

A ARQUITECTURA DOS TEMPLÁRIOS

As construções erigidas pelos Templários são, por definição, o que subsiste de mais fácil acessibilidade, pois os monumentos — ao inverso dos textos — são fáceis de ver e, por conseguinte, de reconhecer e identificar. No entanto, os enganos também são abundantes, neste domínio: enganos provenientes de falsas identificações; o exemplo mais espantoso é o da fortaleza de Gisors, na Normandia, a propósito da qual se forjaram lendas absurdas desprovidas de qualquer fundamento histórico, pois Gisors só foi confiada à guarda dos Templários durante os poucos meses que duraram as contendas entre o rei de França e o rei de Inglaterra, e que, se foi — como muitas outras fortalezas da França — a prisão de vários templários, não pode, de maneira nenhuma, ser considerada como «fortaleza templária». Também existe uma lenda bastante arreigada — que não é apoiada por nenhum texto — que atribui aos Templários o castelo de Gréoux, na Provença; esse castelo, no seu estado actual, não pode certamente ser anterior ao século XIV. Existem outras lendas persistentes que passaram para o domínio público, depois de terem sido propagadas no século XIX, e que provocaram enganos; uma

http://alexandriacatolica.blogspot.com

delas é a que pretende que as igrejas dos Templários tenham tido a forma redonda, construídas sobre planta central. A erudição moderna, com os trabalhos de Elie Lambert, esclareceu uma ideia à qual a autoridade de Viollet-le-Duc dava certo peso, mas que provinha, sobretudo, de uma generalização abusiva.

Quando se fala da arquitectura dos Templários, devem ter-se em vista vários tipos de construções: as mais correntes, as das comendadorias ou granjas, no Ocidente; as mais típicas, as construções militares; por fim, as construções religiosas: igrejas ou capelas. Mas, para ser totalmente válido, semelhante estudo deveria ser precedido de recenseamentos completos dos monumentos que subsistem. Ora, por mais incrível que isso pareça, esses recenseamentos ainda mal começaram. Em determinadas regiões foram efectuados de maneira especialmente aprofundada, como sucedeu na Provença; na Charente, também — e os trabalhos que aí foram efectuados por Charles Daras fornecem, actualmente, informações muito certas. Algumas outras regiões, tal como a de Coulommiers, sede de um grupo internacional de estudos templários, ou a do Franco Condado, também estão a ser estudadas e recenseadas. Finalmente, os trabalhos efectuados com o fim de elaborar o *Inventário Geral dos Monumentos da França* permitirão, em breve, dispormos desses recenseamentos, base indispensável para os estudos de valor. Tudo isto, no que se refere à França. Estudos semelhantes estão a ser efectuados no estrangeiro — em Espanha e em Portugal, por exemplo, onde subsistem notáveis espécimes da actividade arquitectural dos Templários.

Os Templários possuíram cerca de nove mil comendadorias no Ocidente. A maior parte dessas comendadorias eram aglomerados de construções agrícolas, erigidas em terras que os Templários tinham recebido como donativos de alguns senhores generosos e das quais eles extraíam os seus recursos mais importantes, sob a forma de trigo, vinho, azeite, ou ainda gado e produtos como a lã dos seus carneiros. Por conseguinte, e na maior parte dos casos, de domínios rurais semelhantes — fez-se notar isso frequentes vezes — às granjas ou priorados cistercienses, ou mesmo a mosteiros dessa mesma Ordem, cujo parentesco espiritual com os Templários se afirma num parentesco arquitectural. Na maioria dos casos, as construções formam um quadrado com a capela ao sul, o refeitório ao norte e, no centro, o pátio, como em muitas explorações agrícolas desse tempo. Para esse pátio dão as cavalariças. A criação do cavalo é, evidentemente, essencial para essa Ordem de freires cavaleiros, e são as comendadorias ocidentais que fornecem a remonta para os cavaleiros da Terra Santa. Também é frequente que uma comendadoria seja composta por edifícios rectangulares com uma torre de esquina pela qual se acede aos andares superiores e, sempre do lado sul, uma capela.

É sob este aspecto — talvez um pouco surpreendente para a imaginação — que se apresentam a maior parte das comendadorias rurais do Templo, em França: robustos conjuntos agrícolas, nos quais visivelmente se atribuiu muito mais importância às granjas, às cavalariças, à capela, do que à fortificação. Quando esta existe, é, nos casos mais frequentes, posterior à ocupação dos Templários: e é assim que em La Cou-

http://alexandriacatolica.blogspot.com

vertoirade a cintura fortificada data apenas do século XIV, quando esta região dos planaltos desérticos do Larzac — que foi dada à Ordem do Templo, em 1158, pelo visconde de Millau — foi entregue aos Hospitalários. É certo que, não muito longe de lá, La Cavalerie, sede da comendadoria, foi provavelmente fortificada desde a época dos Templários, mas a presença das muralhas pode explicar-se pela necessidade de um sistema de defesa, nesta região muito selvagem. Em todos os outros lugares em que se instalaram, os Templários, nas suas construções ocidentais, apenas revelam o seu aspecto pacífico de exploradores agrícolas, preocupados em valorizarem as suas terras; só na Terra Santa e na Península Ibérica é que se revelam sob o aspecto de combatentes. Aliás, mesmo em Paris, os Templários revelaram-se, de início, pelos trabalhos de secagem do bairro que continua a chamar-se Marais; pegado aos edifícios da sua comendadoria, esse terreno lodacento foi transformado por eles em jardins hortícolas, que, durante muito tempo, iriam alimentar a cidade parisiense.

Em contrapartida, o que parece uma constante, nas construções dos Templários, é a capela ou a igreja. Desde 1139, cerca de vinte anos após a sua fundação, a Ordem do Templo obtém do papa Inocêncio II a autorização de construir capelas para uso dos freires. Esses edifícios eram, geralmente, servidos pelos capelães ligados exclusivamente à Ordem dos Templários e que, ao mesmo tempo, se encontravam libertos da tutela dos bispos; o que, já vimos, devia suscitar numerosas invejas e rancores da parte do clero secular.

A capela de Fontenotte (Côte-d'Or) — para citar um exemplo — abre para uma habitação

em ângulo, com uma torre de escada redonda no ângulo interior. Apresenta uma nave rectangular de cerca de quinze metros de comprimento por seis de largura, com um coro mais estreito, que acaba uma abside sobreelevada; no arco de volta inteira estão abertas três janelas. O conjunto é coberto por uma abóbada em berço quebrado, sustentada na nave por um pendente pousado sobre duas consolas.

É esta planta muito simples que se encontra na maior parte das igrejas dos Templários: um rectângulo terminado, muitas vezes, por uma abside plana ou por uma abside semicircular, como em tantas outras igrejas, nos séculos XII e XIII. Tal como as próprias comendadorias, são construções robustas mas sem requintes especiais. Os planos restabelecidos por Ch. Daras na região da Charente são absolutamente significativos; são os de quatro capelas dos Templários: Malleyrand, Angles, Chateaubernard e Grand-Mas-Dieu[1]; o autor vê neles o protótipo desses monumentos, não só no departamento da Charente, mas também nas suas cercanias: capelas modestas, todas sobre planta rectangular, cobertas de abóbadas apoiadas ou não sobre pendentes e terminadas por um coro em abside plana. Esse coro é iluminado por três janelas; a iluminação da nave propriamente dita é feita apenas por uma janela aberta no verso da fachada. O ornado demonstra a mesma sobriedade que o edifício: o pórtico, muito simples,

---

[1] *Archeologia*, n.º 27, Março-Abril de 1969, p. 49. Este número, consagrado mais especialmente aos Templários, contém vários estudos (de M. Melville, R. Oursel, entre outros), os quais convidamos os nossos leitores a consultar.

por vezes apoiado a colunelos, os capitéis esculpidos, frequentemente, com folhas de acanto ou volutas. A torre, nesta região, é uma arcada limitada por uma sucessão de colunazinhas suportando arcos, geralmente colocada sobre a fachada, culminando-a. Construções severas que contrastam com a exuberância e a riqueza ornamental das igrejas paroquiais da mesma região; esse carácter severo faz recordar os estreitos laços que ligam a Ordem do Templo aos Cistercienses.

Ora, trata-se de uma região na qual as comendadorias são muito numerosas; por conseguinte, é possível ter-se uma ideia bastante exacta dos princípios que as caracterizam. O estudo a que me referi permite salientar, na região norte do departamento, à parte a casa de Angoulême, La Commanderie, que deixou o seu nome a um lugar no concelho de Maine-de-Boixe, Fouilloux, Coulonges, Fouqueure e Ville-Jésus. A nordeste encontra-se a capela do Grand-Mas-Dieu, que ainda subsiste. A Comendadoria da Santa Trindade, em Aunac, essa desapareceu, tal como a de Chambon. A capela da Comendadoria do Petit-Mas-Dieu, perto da aldeia de Loubert, é assinalada como particularmente característica da arquitectura religiosa da Ordem do Templo, com o seu coro rectangular, a sua abóbada em berço quebrado, os seus três vãos de janelas iluminando a parede leste e a sua torre-arcada. Mais a leste, podemos assinalar a capela da Comendadoria de Malleyrand, de Vouthon, de Charmant; por fim, ao sul, Viville, Saint-Jean-d'Auvignac (perto de Barbézieux), Malatret e, sobretudo, Cressac, hoje bem conhecida, graças aos frescos que

nela foram descobertos; a Comendadoria do Tastre (perto de Condéon) e a de Guizengeard. Por fim, a oeste da região, na estrada que liga Angoulême a Saintes, encontram-se as Comendadorias de Chateaubernard, cuja capela também está conservada, e a de Angles, no vale do Né. Esta enumeração permite ter uma ideia da importância das implantações dos Templários numa única região. O carácter uniformemente simples da sua arquitectura religiosa também fica nitidamente evidenciado. A sua maior riqueza, na nossa opinião, consiste nesse fresco de Cressac, muito típico da arte do século XII e que se torna ainda mais precioso por representar dois cavaleiros em acção, armados, com os capacetes na cabeça, saindo de uma cidade para perseguir, de lança em riste, estandartes desfraldados, os inimigos que batem em retirada para o seu campo.

No entanto, algumas igrejas têm um carácter diferente, sobre o qual se formou a lenda das igrejas redondas «segundo o modelo do Templo de Salomão, em Jerusalém». Continuando a referir-nos à sua arquitectura religiosa no Ocidente (veremos, mais longe, o que foram as capelas dos seus castelos na Terra Santa), verificamos que um pequeno número de igrejas do Templo apresentam, efectivamente, a forma circular. Especialmente a do Templo de Londres e a de Paris, hoje desaparecida; tanto um como o outro edifício apresentavam muitas semelhanças. Visita-se sempre com interesse a Rotunda dos Templários de Londres, que, apesar das grandes restaurações que sofreu no século XIX e dos bombardeamentos que a sacudiram no século XX, ainda subsiste no bairro ao qual ela deu o seu nome: o Templo, bairro dos magis-

trados, nas margens do Tamisa. De planta circular, com uma cúpula central apoiada a seis colunatas formadas por colunelos agrupados e um deambulatório do doze vãos, esta igreja havia sido erigida durante o reinado de Henrique Plantageneta, e consagrada, em 1185, pelo patriarca de Jerusalém, Heráclio. No século seguinte é aumentada e eleva-se, do lado leste, um vasto coro, de forma rectangular, consagrado em 1240, em presença do rei Henrique III.

Aliás, a planta circular parece ter tido a preferência dos construtores ingleses, pois outras igrejas do Templo, na Inglaterra, também a adoptaram, em épocas diferentes do século XII: especialmente em Douvres, em Brístol, em Garway. Mas essa predilecção não se deve unicamente aos Templários, já que na mesma época há outros monumentos que são erigidos em rotunda, como a Igreja do Santo Sepulcro, em Cambridge, ou a de Northampton. Os próprios Hospitalários, em Londres, no bairro de Clerkenwell, haviam erigido uma rotunda cuja cripta ainda existe, sob a paróquia denominada Saint-Jean, segundo a sua origem. Ao enumerar estes monumentos, Elie Lambert observava que a predilecção por essa forma circular parecia dever-se mais a uma «tradição anglo-normanda» do que a uma influência directamente oriental. E não seria despropositado examinar, a este respeito, a influência que nelas podem ter pesado as tradições célticas, que continuam testemunhadas na Ilhas Britânicas pelo que subsiste das antigas mamoas, túmulos de forma circular; isso levar-nos-ia a encontrar, mesmo em França e em todas as regiões onde viveram os Celtas, o gosto pelas habitações de forma circular, quer

se trate dos rebordos dos poços da Normandia ou de *bories* do Sudoeste ou da Provença.

A igreja do Templo, em Paris, também era construída em rotunda. Conhecemo-la apenas pelos planos e pelas descrições anteriores à Revolução. Parece ter sido construída em meados do século XII; como a de Londres, a rotunda foi aumentada com um coro rectangular, e, em seguida, um ático análogo ao da Sainte-Chapelle. Depois da supressão da Ordem, outras adições foram efectuadas dos lados do coro rectangular. A rotunda inicial media cerca de vinte metros de diâmetro; a cúpula central estava apoiada, como a de Londres, a seis colunas de base redonda.

Se é a única que, em França, pode ser atribuída à Ordem do Templo, a rotunda de Paris não é, nem por sombras, a única igreja de planta central construída nessa época ou mesmo anteriormente. Mencionemos a rotunda de Neuvy-Saint-Sépulcre, no Berry, que, essa, foi efectivamente construída com a intenção de recordar a rotunda de Anastasis, a Igreja do Santo Sepulcro de Jerusalém. Por outro lado, as capelas de cemitérios, de planta central, foram muito numerosas; planta central arredondada, como a Torre dos Mortos, de Sarlat, no Périgord; quadrada, como a Capela de Santa Catarina de Fontevrault, ou ainda, como a Capela Sainte-Croix de Montmajor, de planta quadrada, ornamentada com quatro absidíolos semicirculares. Outros edifícios apresentaram a planta octogonal, fazendo recordar o de muitos baptistérios antigos, entre outros, o famoso Octógono de Montmorillon. Ora, foi por engano que este último edifício se atribuiu à Ordem do Templo. Em contrapartida, é possível, embora não seja

certo, que a capela octogonal de Metz tenha sido, essa, edificada pelos Templários. Enfim, a capela de Laon, também de forma octogonal, pode ser atribuída — essa, sem sombra de dúvidas — aos Templários. Mas os trabalhos de Elie Lambert demonstraram o seu parentesco, não com outras «capelas templárias», mas com a capela funerária da Abadia de São Vicente, de Laon, conhecida pela importância que ela teve nessa região e que foi destruída aquando das guerras de religião; tratava-se de uma capela de cemitério como muitas outras que existiram.

Também está demonstrado que dois edifícios de planta central, ambos situados no *camino francès* que os peregrinos seguiam para ir a Santiago de Compostela, nunca pertenceram aos Templários: a capela de Eunate e a de Torrès del Rio. Ainda neste caso, trata-se de capelas funerárias, e a sua atribuição à Ordem do Templo é completamente errada.

No entanto, é na Península Ibérica que hoje em dia se encontram os exemplos mais impressionantes de igrejas tendo realmente pertencido à Ordem do Templo e construídas sobre planta circular: a igreja dita da Verdadeira Cruz, em Segóvia, e a charola de Tomar, em Portugal. Nestas regiões, onde a Ordem do Templo era levada a manifestar-se na sua função guerreira, como na Terra Santa, as construções são fortalezas, como as que encontramos no Oriente ou em raros casos como o do Templo de Paris, que era a «casa principal», uma das casas principais da Ordem. No que se refere ao edifício propriamente religioso, a igreja de Segóvia, consagrada em 1208, foi intencionalmente construída para recordar o Santo Sepulcro de Jerusalém (e não o Templo de Salomão!); continha uma famosa

relíquia da Verdadeira Cruz, que São Fernando, rei de Espanha, veio venerar. A charola de Tomar, essa, foi construída em diversas campanhas sucessivas, o andar inferior em planta octogonal, em seguida o deambulatório comportando dezasseis vãos.

Para concluir, a forma circular, embora se encontre, por vezes, na arquitectura religiosa dos Templários, não pode, de maneira nenhuma, ser considerada como uma das suas características.

O carácter militar da Ordem do Templo afirma-se nas suas construções no Oriente. Conhece-se o papel que desempenharam as fortalezas na defesa do reino de Jerusalém — esse reino infinitamente vulnerável, dada a sua configuração, tomando em consideração o comprimento das fronteiras que a Ordem devia guardar, contra uma população hostil. Desde o século XII, os Templários começaram a assumir a defesa de castelos e até de cidades fortificadas. Foi assim que, em 1150, o rei Balduíno III lhes ofereceu a cidade de Gaza, cujas muralhas alteara e que «pelo comum conselho de todos, foi dada aos Templários porque, nessa época, os Templários tinham bastantes freires que eram bons cavaleiros e homens probos», como declara o cronista Ernoul. Pela mesma razão, por volta do ano 1165, iriam assumir a guarda da cidade de Tortosa (Tartous). Por essa altura, tornavam-se senhores da fortaleza de Saphet, ao norte da Galileia. Poucos anos mais tarde, em 1178, construíam em frente desta fortaleza o Châtelet du Gué de Jacob. Este devia receber uma guarnição de oitenta cavaleiros e de setecentos e cinquenta beleguins, mas foi destruída

por Saladino apenas um ano depois da sua construção (1179).

O grande período das construções militares dos Templários situa-se após a perda de Jerusalém, em 1187. Mais do que nunca, a única esperança de reconquistar a Cidade Santa residia nessas ilhotas de resistência que as suas fortificações tornavam praticamente inexpugnáveis. O primeiro castelo assim construído foi, sobre o promontório de Athlit, aquele a que se chamou Châtel-Pèlerin (ao sul de Haifa). Separado da terra por um profundo fosso, era defendido por uma muralha e por duas grandes torres rectangulares de trinta metros de comprido por vinte e cinco de largura, do lado da terra; do lado do mar, a muralha garantia a defesa da península; havia um pequeno porto instalado para permitir o reabastecimento, em caso de cerco. Na grande sala abobadada da fortaleza, a rainha de França, Margarida da Provença, esposa de São Luís, foi recebida aquando da sua visita à Terra Santa e foi nessa mesma sala que ela deu à luz um dos seus filhos, Pedro. Châtel-Pèlerin continha, naturalmente, dependências para a instalação da guarnição, continha lojas, cavalariças e, bem entendido, um poço. A fortaleza também comportava duas capelas; uma delas apresentava-se como uma rotunda hexagonal com deambulatório de doze lados: o facto merece ser assinalado, pois trata-se do único caso de igreja em rotunda erigida pelos Templários na Terra Santa. Como se vê, apareceu relativamente tarde: subsistiu até ao tremor de terra de 1837, que a iria abalar até às fundações.

Uma das construções sobre as quais possuímos mais pormenores é o castelo de Saphet,

bem conhecido pela descrição que dele fez o bispo de Marselha, Benoît d'Alignan, aquando da sua passagem pela Terra Santa, em 1244, no momento em que se começava a sua reconstrução. Podia, em tempo de guerra, dar abrigo a mil e setecentos homens e dar asilo aos camponeses das cercanias. A guarnição permanente compunha-se de cinquenta freires cavaleiros, trinta freires beleguins assistidos por cinquenta turcópolos, trezentos balistários, oitocentos e vinte beleguins e escudeiros e quarenta escravos muçulmanos. Doze azenhas situadas na parte exterior do castelo aprovisionavam-no com água; estas podiam ser substituídas, momentaneamente, por vários moinhos de vento, situados adentro das muralhas. O castelo encontrava-se defendido por uma série de fossos e de postos avançados, que dissimulavam engenhos de lançar pedras e manganelas.

Tortosa iria servir de refúgio aos Templários após o desastre de Hâttin — enquanto os Hospitalários se retiravam para Margat e para o Krak des Chevaliers. A fortaleza apresentava, do lado do mar, uma torre de menagem rectangular, ladeada de torres quadradas; casamatas abertas ao nível do mar permitindo o reabastecimento por meio de barcos. Do lado da terra, esta fortaleza estava isolada por fossos. A única forma de acesso era uma calçada que se ligava ao único portal aberto na muralha. A capela era de planta rectangular, sem abside, e ficava em frente da grande sala, iluminada por seis janelas altas.

Em Safita, a que também chamam Châtel-Blanc, situada entre Tortosa e Trípolis, nas montanhas da Síria, a capela, abobadada, de planta rectangular com abside em semicírculo,

faz parte da torre de menagem; é em forma de sala baixa e estreitas seteiras iluminam o altar; a escadaria construída na espessura da muralha permite o acesso à sala alta, que forma a grande sala da torre de menagem, sobrepujada por uma plataforma ameada donde se domina a paisagem à volta. Uma dupla muralha encerrava esta construção impressionante nas encostas da montanha.

A estas fortalezas, as mais importantes da Ordem do Templo, é preciso acrescentar um certo número de castelos de importância secundária: Beaufort e Arsour, no Líbano; Châtel-Rouge, na Síria; Bagras ou Gastein, sobre o Oronte, e outros ainda, na Arménia — todo um conjunto que, se se considerar o esforço paralelo dos cavaleiros do Hospital de São João e o dos senhores feudais fixados na Terra Santa, permite apreciar o importante volume de pedras que movimentaram esses grandes construtores que foram os cruzados. Mas esse esforço permanece na linha de uma época que presta muito mais atenção aos meios de defesa que aos meios de ataque; manifesta a vitalidade da Ordem, sem a diferenciar consideravelmente do que efectuaram, durante a mesma época, laicos ou religiosos que assumiam funções militares.

http://alexandriacatolica.blogspot.com

CAPÍTULO IV

A EPOPEIA DO TEMPLO

Querer evocar a actividade militar dos Templários é resignar-se, de antemão, a ser incompleto. Com efeito, essa actividade não nos deixa ver bem o que ela tem de mais quotidiano e de mais eficiente: a defesa e a protecção dos peregrinos, para as quais a Ordem foi fundada. Era esse o seu intento inicial: «ter dez cavaleiros sob seu comando, para conduzir os peregrinos que vão ao rio Jordão [...] e conduzir bestas de carga para levar carnes [reabastecimento] e tornar a levar os peregrinos, se houver necessidade» — como enuncia uma das redacções da Norma. Uma bula do papa Gregório IX fá-lo recordar, em 1238: é aos Templários que incumbe a vigilância do caminho de Jafa a Cesareia. Essa obrigação de cada dia fazia deles combatentes sempre em pé de guerra e dispostos a irem até onde a defesa do reino de Jerusalém o exigisse.

No que se refere aos feitos de armas propriamente ditos, o mais antigo de que tenhamos conhecimento, de maneira bastante estranha, não ocorreu na Terra Santa, mas sim em Portugal: «[...] porque eles chegaram e mantiveram à força de armas no Grayana (Grañena) e

sobre a Marche para a defesa dos cristãos»[1], os Templários, neste caso Robert le Sénéchal e Hugues Rigaud, recebem das mãos do conde Ermengaud d'Urgell o castelo de Barbara; isto passa-se em Setembro de 1132; o fundador da Ordem, Hugues de Payns, ainda vivia. A reconquista da Espanha e de Portugal suscitava as mesmas iniciativas que a dos lugares santos: foi de Toulouse que partiu a primeira expedição que pode ser considerada como uma pré-cruzada, a de 1064, que tinha como objectivo a libertação de Barcelona. É em Espanha que a história do Templo é mais rica, no seu início. O rei Afonso, de Aragão, tinha pensado fundar uma ordem militar tomando como modelo a dos «Pobres Cavaleiros», a Ordem de Montréal, assim denominada por a cidade desse nome lhes ter sido dada entre 1126 e 1130. Mas essa Ordem esboçada iria quase imediatamente confundir-se com a do Templo, que, pela mesma época, recebia a praça-forte de Calatrava, recentemente arrancada aos Mouros. E um curioso episódio iria produzir-se no momento em que morreu esse rei Afonso, em 1134; por testamento, este havia legado o seu reino — na ausência de herdeiro do sexo masculino — às ordens de cavalaria que nessa altura existiam: Templários e Hospitalários, assim como aos cónegos do Santo Sepulcro. Os Templários tiveram o bom senso de recusar uma doação que, fixando-os em Espanha, teria, provavelmente, feito que se desviassem da sua primitiva vocação. De resto, os

[1] Foral do bispo Elbert de Châlons, fazendo uma doação aos Templários, em 1132. A maior parte dos forais citados estão publicados no *Cartulário*. (Ver Bibliografia, em ALBON.)

súbditos do rei apressaram-se a anular o testamento; o reino acabou por caber a Raimundo Béranger IV, de Barcelona. O Templo havia resistido à tentação que, no século seguinte, viria a oferecer-se aos Cavaleiros Teutónicos nas regiões nórdicas. No entanto, as suas possessões deviam ser importantes na Península, onde, desde 19 de Março de 1128, a rainha de Portugal [1] lhes fizera dom do castelo de Soure, sobre o rio Mondego; também viriam a receber a floresta de Cera, com a condição de a arrancarem aos Sarracenos; o que fizeram, e no território assim libertado fundaram as cidades de Radin, Ega e, sobretudo, Coimbra, prometida ao destino que se sabe. Ao mesmo tempo, em Espanha, recebiam vários castelos e fortalezas, entre outros Monzon e Montjoie, em troca da parte importante que tomavam na Reconquista.

Na própria Terra Santa, o primeiro feito de armas conhecido, no qual tomaram parte, nomeadamente os Templários, ocorreu em 1138; aliás, foi uma derrota para eles. Guillaume de Tyr narra como os Turcos se tinham apoderado de Teqoa, a cidade do profeta Amos, cujos habitantes se haviam posto em fuga. Um templário chamado Robert le Bourguignon, e que, sem dúvida, não era outro senão Robert de Craon — o sucessor imediato de Hugues de Payns —, reuniu alguns freires e cavaleiros e retomou a cidade; mas, acrescenta ele, «fez mal em não perseguir os turcos que tinham fugido» e que, por sua vez, se reuniram, voltaram, e fizeram um horroroso massacre, durante o qual morreu, entre outros, o templário Eudes de Montfaucon; «todo

[1] D. Teresa. *(N. da T.)*

http://alexandriacatolica.blogspot.com

o espaço entre Hébron e Teqoa ficou juncado com os cadáveres deles».

Tratava-se desses turcos de Ascalon, cujas incursões periódicas haviam tornado perigosíssimos certos caminhos, como o de Jafa a Jerusalém ou de Jerusalém a Hébron, como atestam algumas narrações de peregrinos do início do século XII, que pudemos verificar. Os cavaleiros do Templo tinham sido instituídos precisamente para garantir a segurança contra eles. Do que não restam dúvidas é de que pelos meados do século XII o tenham conseguido: «Não acreditamos que os fiéis possam ignorar quanta consolação e quanta assistência os cavaleiros do Templo dispensam aos indígenas, aos peregrinos, aos pobres e a todos que desejam ir ao sepulcro do Senhor», atesta uma carta do ano de 1132. O seu zelo e a eficiência do seu socorro militar terão ocasião de se fazer plenamente apreciar no momento da cruzada do rei de França, Luís VII.

O mestre do Templo em França, Everard des Barres, devia desempenhar um papel preponderante, desde o momento em que esta cruzada foi decidida. O papa Eugénio III, que nessa ocasião foi pessoalmente a Paris, assistiu, em 27 de Abril de 1147, ao capítulo geral, que se realizou na casa do Templo, ainda nova; cento e trinta cavaleiros estavam ali reunidos, «todos revestidos do manto branco», como faz ressaltar o cronista. Sobre esses mantos brancos destacava-se, pela primeira vez, do lado esquerdo por cima do coração, a cruz de pano, vermelha, que o papa acabava de lhes conferir como brasão, «a fim de que esse sinal triunfante seja para eles como que um escudo, para que não fujam diante de nenhum infiel».

Iriam, sem tardar, dar a prova do seu valor, especialmente na passagem, que permaneceu célebre, da «montanha execrável». Sabe-se, com efeito, como, no dia da Epifania, 6 de Janeiro de 1148, nas gargantas de Pisidie, a imprudência da guarda avançada real, que, apesar das instruções formais, se aventurou nos desfiladeiros perigosíssimos, permitiu aos Turcos — que, aliás, se tinham juntado aos Bizantinos — cair sobre a parte mais importante do exército, atulhado com bagagens e dificilmente embrenhado nos estreitos desfiladeiros. Só a coragem de Luís VII, reunindo os cavaleiros, para se dirigirem aos locais mais expostos, salvou o exército dos cruzados, evitando-lhes uma derrota completa, como a que teve, por seu lado, o imperador Conrado, à cabeça dos cruzados alemães, que, enganados pelos seus guias bizantinos, haviam perdido trinta mil homens, nas mesmas regiões, sob os ataques dos Turcos. Quando o rei — após alguns dias consegrados a enterrar os mortos e a retomar fôlego decidiu repor-se a caminho, preferiu colocar-se sob a tutela de Everard des Barres e dos Templários.

Everard des Barres deveria, em seguida, suceder a Robert de Craon como mestre do Templo; em seguida, trocando esta vocação, que, a seu gosto, ainda era demasiado mundana, por uma vida votada à contemplação, abandonou o seu cargo para entrar em Cîteaux, onde viria a morrer muito mais tarde, no dia 25 de Novembro de 1174.

Por conseguinte, não foi ele, mas sim o seu sucessor, Bernard de Tremelay, o responsável do episódio de Ascalon, onde os Templários se revelaram sob traços muito menos favoráveis.

A cidade de Ascalon, última praça do litoral que havia resistido ao primeiro ímpeto dos cruzados, tinha a reputação de inexpugnável e constituía um covil, donde os Turcos ameaçavam constantemente os caminhos percorridos pelos peregrinos. O rei de Jerusalém, Balduíno III, decidiu, em 1153, cercar essa cidade; empresa difícil; esse cerco prolongou-se durante quatro meses e teria sido, provavelmente, abandonado sem a tenacidade das ordens militares dos Hospitalários e dos Templários; estes últimos já eram senhores da cidade de Gaza, que lhes havia sido entregue em 1149, e também da fortaleza de Saphet, na Galileia. Daí lhes veio talvez a esperança de se apropriarem para si sós da cidade de Ascalon. De qualquer maneira, o que aconteceu foi que, quando, por fim, na manhã do dia 13 de Agosto, conseguiram abrir uma brecha na muralha, «o mestre do Templo, Bernard de Tremelay, avançou para ela, com os seus templários, e postou-se diante dessa entrada, para que ninguém entrasse, a não serem os freires. E isso fez para obter maior ganho na cidade». Mas isso teve um efeito contrário aos seus desejos, pois os quarenta templários que haviam penetrado em Ascalon em breve se viram rodeados pelos turcos, que, à pressa, se puseram a tapar a brecha, em seguida mataram todos os cavaleiros, incluindo o mestre, «muitas vezes acontece que coisas que são começadas com má intenção não são levadas a bom fim: isso ficou bem provado lá», concluiu sentenciosamente o cronista Guillaume de Tyr. Muito mais tarde, relatando o mesmo episódio, Jacques de Vitry deveria retirar dele uma lição favorável aos Templários: Ascalon viria finalmente a ser tomada em 19 de Agosto de 1153.

Cerca de quinze anos mais tarde, outro acontecimento viria, esse, a dar razão aos Templários. O rei de Jerusalém — desta vez, trata-se de Amaury — tinha esboçado uma política de aliança com os sultões do Egipto, após ter sofrido várias derrotas, durante as suas hostilidades contra eles. Tornara-se evidente, com efeito, que o reino da Palestina não poderia sobreviver, na sua posição precária, a não ser que reinasse a discórdia entre a Síria e o Egipto, entre Damasco e a «Babilónia». Mas, influenciado pelo imperador de Bizâncio, preparava-se para romper o pacto de amizade que o ligava ao sultão do Cairo. O mestre da Ordem dos Hospitalários, Gilbert de Assailly, reuniu os seus cavaleiros, para combater, a pedido do rei. O mestre do Templo, Bertrand de Blanquefort, recusou-se a associar-se a uma expedição que considerava perjura e, além do mais, arriscada: as três campanhas do Egipto tinham-lhe, precedentemente, custado seiscentos cavaleiros e cerca de doze mil beleguins a pé.

> O mestre do Templo e os outros freires nunca quiseram intrometer-se nessa tarefa e disseram que nessa guerra não seguiriam o rei [...] Bem pôde ser que se tivessem apercebido de que o rei não tinha boa razão para guerrear os Egípcios de encontro às conveniências [convenções] que lhe competiam pelo seu juramento. [...]

reconhece Guillaume de Tyr, geralmente hostil aos Templários. Os acontecimentos viriam a dar

razão a estes, pois que, perante esse ataque inesperado, os Egípcios reataram a aliança rompida com Damasco.

Tendo chegado a este ponto do capítulo dos feitos militares, não deixa de ter interesse examinar a maneira como se dispunha o aparelho de guerra dos Templários nas suas expedições em campo raso. Com efeito, os Costumes, isto é, os estatutos acrescentados à Norma e determinando os costumes dos cavaleiros, datam precisamente desta época e foram, sem dúvida, postos por escrito aquando do mestrado de Bertrand de Blanquefort, entre 1156 e 1169. E é o período em que essa actividade em campo raso faz especialmente parte dos costumes templários; a vida deles, depois da perda de Jerusalém, vai passar-se, sobretudo, nas fortalezas.

Vários capítulos descrevem-nos «como os freires devem tomar abrigo» — como se devem albergar, em campanha. «Nenhum freire deve tomar lugar enquanto a grita não tenha gritado: 'Albergai-vos, senhores irmãos, por ordem de Deus!' [...] e enquanto o marechal não o tenha tomado, ou o mestre, e a capela e a tenda da carne [reabastecimento] com o seu comendador e o comendador da terra.» A paragem da marcha, o albergamento propriamente dito, era marcado pelo estandarte. Apercebemo-nos, portanto, aqui, dos costumes militares, no que eles contêm de geral, nessa época, e de particular, aos Templários. O papel desempenhado pelo estandarte, ao qual se une qualquer «batalha», em qualquer

«caminho» — é desta maneira que se designa um exército em campanha —, é então essencial. Esse papel será mantido durante todas as guerras medievais, até e incluindo os combates de Joana d'Arc, trezentos anos mais tarde. No que se refere aos cavaleiros do Templo, o estandarte, o estandarte bicolor, é confiado ao marechal que tem a direcção material da expedição. Esse marechal «deve designar cinco ou seis freires cavaleiros, ou um máximo de dez freires, para o guardarem a ele e ao estandarte». É esse pequeno grupo que será sempre o ponto central do combate. Além disso, o marechal deve ordenar ao comendador dos cavaleiros «que leve um estandarte dobrado em torno da sua lança». Trata-se de um estandarte de reserva, para o caso em que o do marechal tenha sido derrubado, tomado pelo inimigo ou perdido por um infortúnio qualquer.

A ordem pela qual se toma alojamento é muito significativa: em primeiro lugar, o marechal; e apenas o mestre do Templo e a capela, que marcará o centro do acampamento, o podem preceder, da mesma maneira que a «tenda da carne», isto é, as carroças e bestas de carga que transportam os abastecimentos. Por fim, o comendador da terra, isto é, do local onde todos se encontram, também pode começar a tomar o seu lugar de alojamento, antes que o grito seja lançado no exército, convidando todos os freires a fazerem a mesma coisa.

Em seguida eleva-se outro «grito», o que autoriza os freires a «mandar à forragem e aos cavacos». Trata-se de ir apanhar a forragem para os cavalos e a lenha para se aquecerem, no acampamento. Os freires enviam os seus escudeiros para esse trabalho, mas está-lhes especificado que estes escudeiros e os próprios cavaleiros devem permanecer ao alcance do «grito»: «Desde que possam ouvir o grito ou a campana [sino].» Neste ponto, os Costumes são bastante precisos, o que nos permite imaginar a cena: os freires tiram as selas dos cavalos e devem cobrir essas selas com a esclavina, a grande capa do peregrino, ou com cobertores. O gritador, cujo papel, está-se a ver, é essencial no exército (outro aspecto da época), deve tomar alojamento perto do estandarte que está ao centro, assim como o graneiro, aquele ao qual se irá pedir a ração para as montadas. Em seguida, «grita-se» as entregas, isto é, anuncia-se a distribuição dos víveres; os freires devem, então, «enfiar» o manto e ir «belamente e em paz», um atrás do outro, «em caminho [por companhia] tomar, por ordem de Deus, o que lhes quiserem dar»; quer isto dizer que a Norma previne as bichas e os empurrões possíveis durante as distribuições. Os freires estão proibidos de guardar nas suas tendas ou à sua disposição outros víveres além dos que lhes são distribuídos; também estão proibidos de comprar víveres, a não ser coisas sem importância, como legumes ou ainda «peixes ou

pássaros e animais selvagens, se souberem apanhá-los sem os caçar, pois a caça, fazem recordar os Costumes, é proibida pela Norma». Por conseguinte, o comendador distribui os víveres; é-lhe recomendada justiça e igualdade, assim como um cuidado especial para aqueles que estão «achacados», doentes, fracos ou feridos; esses, devem ter uma parte suplementar. Também se distribui aos combatentes a carne, o vinho, o azeite e o pão; «as medidas devem ser iguais». Pouco a pouco, os cavalos devidamente tratados pelos escudeiros, os freires e o seu pessoal de turcópolos e de beleguins restaurados, estabelece-se o silêncio no acampamento. Por vezes, há um alerta. Nesse caso, se um grito se eleva no albergamento, todos devem ir em auxílio; uns, os que se encontram mais perto do local em que se produziu o alerta, dirigem-se imediatamente para lá; os outros vão à capela para «ouvir a ordem que lá receberão». Mas, se o grito, o alerta, provém não do albergamento mas do exterior, está bem especificado aos freires que não devem sair «sem dispensa» (sem licença).

Quando, ao nascer da manhã, a companhia levanta o acampamento, isso será feito depois do «grito» do marechal. Não é permitido fazer seja o que for antes do seu apelo, nem que seja unicamente selar o cavalo. Apenas os pequenos trabalhos de arrumação podem ser efectuados: recolher as traves em que estão penduradas as selas e os arreios, os frascos vazios, os machados, as cordas e

vasilhas, tudo o que constitui o carregamento das bestas de carga. Quando soa o grito, «os freires devem olhar para os seus lugares, que nada dos seus aprestos lá tenha ficado e, em seguida, devem montar e pôr-se a caminho belamente, a passo ou a furta-passo, com os escudeiros ao seu lado». É especificado que se esse levantar se passa durante a noite, tudo se deve fazer em silêncio, e os Costumes também prevêem os «gritos» que se levantam inesperadamente, em tempo de guerra; e, nesse caso, é o estandarte que regulamenta os seus actos: não lhes é permitido saírem do local onde se encontram enquanto o estandarte não aparecer. Em contrapartida, desde que o vejam, «devem aproximar-se dele, o mais rapidamente possível».

A ordem de caminho também está prevista. Os freires cavalgam em companhia, em silêncio. Se têm necessidade de comunicar com outro freire, é ao que vai à frente que compete dirigir-se para o que vai atrás, cavalgando de lado e, precisa-se, que deve cavalgar, nessa altura, «sob o vento», de tal modo que os outros cavaleiros não sejam incomodados pela poeira que o seu cavalo não deixaria de levantar. Também não podem afastar-se da companhia sem autorização; quando muito, em tempo de paz, se atravessam uma água corrente, podem deixar as suas montadas dessedentarem-se, se quiserem, mas na condição de não atrasar a companhia. Se se encontram em terras inimigas e que o estandarte «passe

http://alexandriacatolica.blogspot.com

adiante» sem se dessedentar, devem fazer a mesma coisa e não deixarem os seus cavalos pararem para beberem. Uma vez mais, em campanha como na paragem para a noite, é o estandarte que regulamenta os seus actos. O único descarte que lhes é permitido, quando vão em companhia, diz respeito ao cavalo: pode acontecer que o cavaleiro tenha de endireitar a sela ou as mantas ou ainda tenha de obrigar a sua montada a galopar um pouco, para a dominar. Nesse caso pode fazê-lo sem pedir autorização, mas não lhe é permitido «apontar», isto é, carregar ou «desfilar», deixar a fila, sem autorização. Também precisa de autorização para tomar o escudo e a lança, isto é, pôr-se em batalha, ou para enfiar o elmo ou o capacete de ferro. Em contrapartida, quando lhe tiver sido ordenado que enfie o elmo, já não o poderá tirar da cabeça sem autorização. Os Costumes são severos para todos os que se afastam da fila: é quase que contrariados que autorizam o cavaleiro a socorrer o irmão que se afastou da companhia «por acaso» ou «irreflectidamente»; não o deve fazer, a não ser que a sua consciência lho ordene, «e, em seguida, regressar à sua fila, belamente e em paz». Esta disciplina estrita tinha valido aos Templários a fama, segundo o testemunho de um cronista árabe, de serem os guerreiros mais prudentes do mundo.

Enfim, em batalha e quando a ordem de assalto é dada, «os freires devem atacar os inimigos que se encontrarem

em volta do estandarte com a melhor força que puderem».

«E, se viesse a acontecer que a cristandade começasse a ser derrotada, de cuja coisa Deus a proteja, nenhum freire deve abandonar o campo [de batalha] para se colocar ao abrigo, enquanto o estandarte bicolor se mantiver erguido, pois se partisse seria banido da casa, para sempre. E, se vir que não há mais nenhum recurso, deve dirigir-se ao primeiro estandarte dos Hospitalários ou dos cristãos, se os houver. E quando este ou os outros estandartes forem derrubados, nessa altura poderá o freire pôr-se em segurança, lá onde Deus lhe aconselhar.»

Semelhante caso iria produzir-se, pois esse desastre de Hâttin, onde se consumou a perda de Jerusalém, tão duramente reconquistada pela cristandade, cerca de cem anos mais cedo, é uma página da história militar dos Templários.

Para bem compreender o que aconteceu, é necessário esboçar um rápido esquema da situação de conjunto do reino de Jerusalém nessa época. O rei Amaury havia, deploravelmente, posto fim à aliança com o Egipto, que lhe teria permitido fazer frente à Síria muçulmana. Ora, uma série de assassínios e de golpes de Estado iriam permitir a uma personagem excepcional reunir nas suas mãos as duas potências que estreitavam o débil reino latino: o famoso Saladino, que iria, sucessivamente, assassinar, em 1169, o vizir; em seguida, dois anos mais tarde, depor o califa do Egipto, último descendente da dinastia dos Fatimidas. Entretanto, o sultão

de Damasco, Nour-ed-din, morria (15 de Maio de 1174), deixando como único herdeiro uma criança de quinze anos, Malik-es-Salik. Saladino iria arrancar-lhe, sucessivamente, Damasco e Alep, realizando assim, em 1183, a unificação do imenso reino muçulmano.

Ora, entretanto, o rei Amaury morria com o tifo, aos trinta e nove anos (11 de Julho de 1174). Deixava, como herdeiro, o seu filho Balduíno IV, uma criança de treze anos, atingida pela lepra.

Esta morte, que privava o reino de Jerusalém do defensor enérgico e em plena forma de que tanta necessidade tinha, salvava possivelmente a Ordem do Templo, pois graves desacordos haviam surgido entre o mestre da Ordem e o rei e pretendia-se que este último estava com a intenção de fazer dissolver uma força que, para ele, era incontrolável. O segundo sucessor de Bertrand de Blanquefor, Eudes de Saint-Amand, era, segundo Guillaume de Tyr, «pérfido e orgulhoso; pouco receava Deus e o seu nome, a ninguém respeitava, não temia Deus e não tinha respeito por ninguém»; havia cometido um acto de insubordinação imperdoável, mandando degolar os emissários do Velho da Montanha, quando estes regressavam carregados de presentes depois de uma embaixada à corte do rei Amaury; o Velho da Montanha era o famoso chefe dos Assassinos. O rei, indignado, exigira que lhe entregassem o culpado desse massacre, mas, para conseguir apanhá-lo — tratava-se de um certo Gautier du Mesnil — vira-se obrigado a fazer o cerco à Comendadoria de Sídon.

No entanto, o curto reinado do rei leproso iria assistir, enfrentando o perigo muçulmano,

ao reagrupamento das forças vivas do mundo cristão. Os cavaleiros do Templo tomam uma parte activa na defesa do reino. Encontram-se presentes quando, em 22 de Novembro de 1177, esse rei de dezassete anos, à cabeça de quinhentos cavaleiros — entre os quais se encontravam oitenta templários vindos de Gaza, em marchas forçadas —, obteve, contra os trinta mil mamelucos do sultão Saladino, «uma das mais brilhantes vitórias das cruzadas» (René Grousset), a de Montgisard.

Mas Balduíno IV, cujos feitos de armas sempre foram representados por vitórias, fruto do mais puro heroísmo, morre aos vinte e quatro anos (16 de Março de 1185). Prevendo as desordens que, necessariamente, iriam ser provocadas por uma situação bastante confusa — pois, não deixando herdeiro directo, o poder iria parar, de direito, à sua meia-irmã Sibila, cujo marido, Guy de Lusignan, era um incompetente, muito mal visto pelos barões da Terra Santa —, havia designado um regente que tinha dado provas da sua coragem e valor, o conde de Trípolis, Raimundo III. Ora, Raimundo tinha um inimigo jurado, na pessoa do mestre do Templo, Gérard de Ridefort.

Antes de desempenhar esse alto cargo, Gérard de Ridefort, de origem flamenga, era — como diz a crónica —, «cavaleiro andante do século». Fora, durante algum tempo, amigo de Raimundo de Trípolis, e conta-se que o seu ódio e o seu desejo de vingança se deviam ao facto de aquele lhe haver recusado a mão da sua vassala, herdeira do feudo de Boutron. Aproveitando-se da desordem e da atmosfera de intrigas que reinavam na corte do jovem rei leproso — de dia para dia mais enfraquecido

pela sua doença —, conseguira que lhe atribuíssem o cargo de marechal do reino de Jerusalém e, em seguida, tendo entrado na Ordem do Templo, fora eleito mestre, aquando da morte de Arnaud de la Tour Rouge (Torroge). O desejo de vingança que o animava contra o conde Raimundo deveria, muito naturalmente, fazer dele o aliado dos Lusignan, e quando Guy se tornou rei de Jerusalém, podia prever-se que as suas opiniões teriam mais peso que as dos barões de antiga linhagem, dedicados à Terra Santa.

Ora essa influência viria a manifestar-se abertamente no momento mais crítico da sua história e precipitar o desmoronamento do reino. Os factos já foram relatados várias vezes: um aventureiro de baixa origem, Renaud de Châtillon, que, possuidor de feudos na Transjordânia, com o Krak de Moab e Montréal, do outro lado do mar Morto, havia conservado, no seu domínio senhorial, hábitos de senhor-malfeitor, atacou — apesar das tréguas — uma rica caravana egípcia. Semelhante agressão fornecia a Saladino a ocasião de tirar uma grande desforra. Invadiu a Jordânia com um exército numeroso. De conformidade com os seus acordos com Raimundo de Trípolis, avisou-o de uma incursão de represálias sobre o domínio senhorial de Acre. Reimundo, levado à parede, autoriza a passagem das tropas muçulmanas através da Galileia, na condição de que a incursão não dure mais de um dia e poupe as cidades e a população civil. Ora, Gérard de Ridefort, à cabeça de cento e quarenta cavaleiros, teve a audácia de atacar, em Casal Robert, os sete mil mamelucos de Saladino. Todos os seus homens foram mortos. Gérard foi um dos raros que escapou ao massacre e a população de Nazaré,

em represália, foi envolvida e quase completamente reduzida à escravatura. A seguir a isto, Saladino dirigiu-se para Tiberíade e cercou-a (1187).

A partir dessa altura, a guerra estava declarada. Raimundo de Trípolis — ele próprio era senhor de Tiberíade, onde se encontravam a mulher e os filhos — reuniu os seus homens e foi juntar-se, com eles, às forças do rei de Jerusalém, Guy de Lusigna, enquanto Gérard de Ridefort, pelo seu lado, levantava contingentes de tropas, graças às riquezas da Ordem do Templo.

O exército franco assim constituído concentrou-se em Séphorie, perto de Nazaré. A prudência aconselharia a entrincheirar-se e a esperar pela retirada de Saladino. Raimundo de Trípolis, muito nobremente, preferia ver cair a fortaleza de Tiberíade e deixar a sua mulher ficar cativa que pôr todo o seu exército em perigo: estava-se em meados de Julho; toda a batalha se iria desenrolar em volta dos pontos de água, nessa estação, sob o sol brilhante, Saladino com os seus sessenta mil homens teria podido, facilmente, impedir o acesso a esses pontos de água aos cerca de trinta mil francos, de que faziam parte unicamente mil e duzentos cavaleiros e quatro mil turcópolos. Mas Raimundo apenas conseguiu que Guy de Ridefort o acusasse de cobardia. Após ter balançado durante muito tempo entre aquelas duas opiniões contrárias, Guy de Lusignan decidiu-se a escutar Gérard e deu às suas tropas ordem para avançarem. Os acontecimentos desenrolaram-se tal como se podia prever. Tendo deixado Séphorie no dia 3 de Julho de 1187, o exército, ao fim da tarde desse mesmo dia, não tinha conseguido atingir o único ponto de água — aliás minúsculo — que se encontrava entre Séphorie e Tiberíade. Oprimida pela sede e pelo calor, importunada pelos cavalgadores de Saladino, teve de acampar, à noite, sobre o outeiro de Hâttin. O inimigo, para lhe agravar a situação, acendeu fogos de mata, que o vento empurrava para o outeiro. Apesar das cargas heróicas — uma das quais quase resultou e até esteve a pôr em perigo o próprio Saladino —, os francos não tardaram a ficar cercados. Raimundo de Trípolis, com três outros senhores, Raymond de Antioche, Renaud de Sídon, Balian d'Ibelin, conseguiram, numa carga desesperada, romper as linhas inimigas e fugirem. Todos os que ficaram foram capturados ou massacrados. O rei de Jerusalém tinha ficado prisioneiro; e, com ele, Renaud de Châtillon, primeiro responsável do desastre, que Saladino mandou decapitar imediatamente. Também mandou decapitar todos os cavaleiros do Templo e do Hospital; mas, coisa estranha, concedeu a vida a Gérard de Ridefort.

O comportamento deste último, que Saladino liberta pouco depois, permanece inexplicável, tanto quanto a clemência manifestada para com ele: mais tarde, na Ordem, e mais geralmente na Terra Santa, acusá-lo-ão de ter «ralhado a Lei», abraçado a fé muçulmana. Apressou-se em ordenar a Gaza e às fortalezas vizinhas que capitulassem, quando afinal, em todos os outros lugares, os castelos e as praças-fortes resistiam ou não se rendiam a não ser em troca de condições honrosas. Viram-no, mesmo, exortar os habitantes de Ascalon a render-se; a população recusou-se a dar-lhe ouvidos e só capitulou um mês e meio depois de ter sido cercada.

Entretanto, em Acre, inteiramente abandonada à pilhagem, os bens do Templo eram atribuídos a um conselheiro de Saladino, o jurista Isâ-al-Hakkari. Em Jerusalém, cuja população, depois de uma heróica resistência, era reduzida à escravatura — excepção feita para alguns milhares que tinham podido resgatar-se e dos que Saladino, num gesto de generosidade, libertou por sua própria vontade, o *Templum Domini* e o Templo de Salomão voltavam a ser mesquitas.

Depois daquela data fatal de 4 de Julho de 1187 ninguém poderia imaginar que os Ocidentais ainda se manteriam no Próximo Oriente durante ainda mais de um século. O reino fica reduzido, mais ou menos, a uma faixa de território, estreita, mas que subsiste: em parte, graças ao mar — pois essa faixa de território é precisamente constituída pelo litoral —, e em parte graças às fortalezas, nas quais as ordens militares desempenham um papel mais activo que nunca. A «resistência» deveria, aliás, começar em Tiro, praticamente inatacável sobre a sua península fortificada, onde desembarcava — dez dias depois de Hâttin, em 14 de Julho de 1187 — o marquês Conrad de Montferrat, à cabeça de uma pequena frota.

Esta «resistência» não tardaria a estender-se a fim de reconquistar Acre, graças à chegada de reforços ocidentais, que não eram pequenos, pois o rei de França e o rei de Inglaterra tinham tomado a Cruz. Os Templários, que haviam ficado sem mestre, depois da morte de Gérard de Ridefort, em 1189, ao fim de dezoito meses elegeram Robert de Sablé, vassalo do rei da Inglaterra, Ricardo Coração de Leão. Fizeram a aquisição de ilha de Chipre, que Ricardo

— num momento de mau humor — havia conquistado aos Bizantinos; mas, mal recebidos pela população cipriota, que se revoltou e os cercou no castelo de Nicósia, em 5 de Abril de 1192, eles abandonaram a ilha, que, finalmente, veio a pertencer a Guy de Lusignan, o antigo rei de Jerusalém, que, já não gozando da confiança dos barões, teve de contentar-se com ela, abandonando o reino — para o qual Jerusalém não passaria a ser mais do que um título vão, pois a cidade nunca mais deveria ser reconquistada — a Conrad de Montferrat.

Os Templários tomam parte activa nos combates dirigidos pelo rei Ricardo contra Saladino. É, disfarçado de templário, que o rei da Inglaterra, chamado à Europa, abandona a Terra Santa e acaba por regressar aos seus Estados, após uma viagem movimentada, seguida por uma longa detenção nas fortalezas do Tirol austríaco. Quando, em 1193, Robert de Sablé morre, o seu sucessor é Gilbert Erail, o mesmo a quem — pela mais funesta das decisões — os Templários haviam, outrora, preferido Gérard de Ridefort. Entretanto, ele tinha, desde 1184, deixado o Próximo Oriente, para desempenhar as suas funções como mestre na Provença, em Espanha e, em seguida, «no Ocidente». Nesse mesmo ano, morre Saladino, cuja personalidade simbolizava a unidade recuperada do mundo muçulmano. Por conseguinte, oferecem-se novas perspectivas, que os Ocidentais não deixarão de aproveitar. O seu ponto de apoio passa a ser São João de Acre, e em 1204, no mesmo momento em que a cruzada desencadeada pelo papa Inocêncio III era desviada contra Constantinopla, devido à astúcia dos Venezianos, o rei de Jerusalém (nessa altura é Amaury de

Lusignan) conseguia que lhe voltassem a entregar o território de Sídon, ao norte, e, ao sul, Lydda e Ramla. As hostilidades duram pouco tempo e são escassas no período que se segue, apesar de reforços passageiros, como a cruzada húngara do rei André II, em 1217. A sobrevivência do reino apresentava-se muito precária, e mesmo as suas comunicações vitais, assim como o caminho entre Acre e Cesareia, estavam ameaçados, pois os Muçulmanos haviam erigido sobre o monte Thabor uma fortaleza que muito depressa se revelou inexpugnável para os Francos. É para tentar colocá-la em situação crítica que, em 1218, ao mesmo tempo que fortificam Cesareia, constroem em Athlit a fortaleza chamada Châtel-Pèlerin, confiada à Ordem do Templo.

No ano seguinte, os Templários participavam na ousada ofensiva que o rei de Jerusalém, Jean de Brienne, desencadeava contra o Egipto: tratava-se de desapertar o torno que, no tempo de Saladino, havia permitido o cerco do reino. No dia 5 de Novembro de 1219, Damiette era tomada de assalto, e esse feito de armas inesperado espalhou no mundo islâmico uma tal consternação que o sultão Al-Kâmil propunha a Jean de Brienne ceder-lhe a Palestina, se ele consentisse em evacuar o Egipto. O reino de Jerusalém iria renascer, tal como havia sido antes das campanhas de Saladino? Essa perspectiva parecia tão provável que os Muçulmanos começaram logo a desmantelar as suas fortalezas palestinas, começando por Jerusalém e por essa fortaleza do monte Thabor que causava tanto receio aos defensores de Acre. O pânico dos Muçulmanos ainda se tornou mais impressionante quando inquietantes rumores

começaram a chegar-lhes das fronteiras longínquas do imenso mundo muçulmano: falava-se de um povo estranho que vinha invadir a Pérsia; e, para os cruzados, esse povo tomava o aspecto do misterioso Prestes João, rei das Índias, sobre o qual havia já algumas dezenas de anos que corriam lendas. O mundo inteiro em breve iria saber que esse povo em marcha não era outro senão o dos Mongóis, sob o comando de Gengiscão. Uns vinte anos mais tarde é um templário, Ponce d'Aubon, que, por uma carta que ficou célebre, avisará o rei de França do perigo a que estão sujeitos, tanto o mundo cristão como o mundo muçulmano.

Será a esperança de esse reforço quimérico ou a simples teimosia do cardeal Pélage, legado do papa, que veio aniquilar as esperanças nascidas com a tomada de Damiette? Seja como for, após atrasos inexplicáveis, seguidos de uma tentativa de ofensiva absolutamente louca, o exército foi impedido de avançar, devido à cheia do Nilo, e teve de capitular (30 de Agosto de 1221).

A Ordem do Templo opor-se-á com todas as suas forças ao Imperador Frederico II de Hohenstaufen, quando este dirige uma cruzada absolutamente diplomática e consistindo sobretudo em negociações com os sultões do Egipto, mas também com fins políticos, pois Frederico II, embora excomungado, queria que em toda a parte fosse reconhecida uma autoridade soberana que ele se atribuía a si mesmo, tanto em Chipre como em Jerusalém; tudo isso teve como resultado o tratado de Jafa (18 de Fevereiro de 1229), que permitia aos Francos recuperarem os domínios senhoriais de Sídon e de Toron. A cidade de Jerusalém, em princípio, era-lhes

http://alexandriacatolica.blogspot.com

devolvida, mas os lugares santos do Islão ficavam pertença dos Muçulmanos; ora esses lugares santos comportavam a mesquita de Omar, o *Templum Domini* e a mesquita Al-Aqsa, o *Templum Salomonis*. Por isso, esse aspecto das negociações só podia contribuir para reforçar a animosidade dos Templários contra o imperador excomungado. Por outro lado, as muralhas da cidade não deveriam tornar a ser erigidas, o que a deixava aberta a todos os perigos. Desde 1229, de facto, os sarracenos da região pilhavam-na à vontade. O único apoio de que iria beneficiar Frederico II durante a sua campanha era, além do entendimento estabelecido por ele com os Muçulmanos e, em especial, com o sultão do Egipto, o dos Cavaleiros Teutónicos. O grão-mestre desta Ordem, Herman de Salza, foi o único que assistiu à coroação de Frederico II, coroação bastante reduzida, pois o imperador tirou a coroa real ao Santo Sepulcro, e como mais tarde, o viria a fazer Napoleão, colocou-a ele mesmo na sua cabeça (18 de Março de 1229). Dois dias depois chegava a Jerusalém o legado do papa, que se apressou a interditar a Cidade Santa e excomungar o seu rei. Frederico II iria vingar-se dessas afrontas, cercando, em Acre, o castelo dos Templários. Por fim, acabou por embarcar apressadamente, no dia 1 de Maio seguinte, perseguido por uma sublevação popular.

A presença de Frederico II acabou por amadurecer e exasperar as rivalidades entre as ordens militares. A última dessas ordens que se haviam formado, a dos Cavaleiros Teutónicos, tinha sido fundada em 1198, ou antes, foi nesse ano que «O Hospital dos Alemães», instituído em 1190, pelo modelo do Hospital de

São João, havia tomado um carácter militar, como este último. Desde o início, tem um carácter «nacionalista», que a opõe às outras fundações da Terra Santa; com a continuação, viria a tornar-se o instrumento dócil dos Hohenstaufen na política de conquista destes.

Em contrapartida, os Templários iriam receber o apoio das famílias francas da Palestina, especialmente dos Ibelin, senhores de Beirute. Por outro lado, as suas relações com o Hospital de São João, de Jerusalém, mais próxima dos Teutónicos e menos hostil a Frederico II, iriam retesar-se, até à luta descoberta. Aliás, a presença do imperador germânico na Terra Santa tivera, como consequência, um período de anarquia e de guerra civil. A população franca e italiana sublevara-se contra os representantes de Frederico II: a luta entre guelfos, partidários do papa, e gibelinos, partidários do imperador, propagara-se a Chipre e à Palestina.

A Terra Santa tornara-se um recinto fechado, onde se afrontavam permanentemente os interesses mais temporais. Em 1238, templários e hispitalários batem-se por causa de dois moinhos. Em 1241, o Templo declarava-se abertamente contra o Hospital e os Teutónicos reunidos. Contudo, os partidários de Frederico II, aos quais se dava o nome de Imperiais, eram, a pouco e pouco, expulsos, não só de Chipre como também da Síria e da Palestina (1243), e já nessa altura — graças às suas alianças com o sultão de Damasco — os Templários se encarregavam de voltar a ocupar as suas casas de Jerusalém e de se fortificarem nelas, quando a Cidade Santa, por instigação dos sultões do Egipto, foi atacada por hordas de Khwarismianos, que a saquearam e destruíram os lugares

santos (Agosto de 1244). Um pouco mais tarde, perto de Gaza, o próprio mestre do Templo, Armand de Périgord, era morto numa batalha em campo raso, com esses selvagens combatentes turcos que puderam ser comparados aos soldados rapinantes que, mais tarde, viriam a assolar o Ocidente, aquando das guerras franco-inglesas. Desta vez, Jerusalém estava definitivamente perdida e o exército franco estava praticamente destroçado; só do lado dos Templários, de trezentos e quarenta e oito cavaleiros, restavam apenas trinta e seis.

Jerusalém perdida, o exército dos Ocidentais destroçado, as três ordens consideravelmente empobrecidas pelas perdas sofridas, o mestre dos Templários morto, o dos Hospitalários feito prisioneiro, o dos Teutónicos, Gérard de Mahlberg, tendo provavelmente fugido (viria a ser deposto, pouco depois): mais do que nunca, o precário reino de Jerusalém parece estar a dar o último suspiro. Mas o que mais paralisa os socorros que o Ocidente deseja levar à Terra Santa é o facto de aquele que oficialmente lá reina ser o imperador Frederico II, que está excomungado, em luta aberta com o papa, e não tem, de maneira nenhuma, o apoio dos cristãos da Síria ou da Palestina; por outro lado, sólidas alianças ligam-no com o sultão do Egipto; e como esse sultão se apoderou de Damasco (Outubro de 1245), o jogo das alianças que anteriormente permitia aproveitar-se das discórdias entre Muçulmanos já não fazia sentido. Quando os representantes da Ordem do Templo pedem que lhes seja permitido resgatar os prisioneiros, o sultão Aiyub responde-lhes ironicamente, fazendo-lhes lembrar que o porta-estandarte deles fugiu durante a batalha e que só pode negociar com eles por intermédio do seu aliado, Frederico II; e desta mesma maneira, vangloriando-se dessa aliança, recusa o oferecimento de tréguas que lhe é proposto pelo papa Inocêncio IV.

E, por conseguinte, no meio deste estado de confusão sem precedentes que o espírito que animara a primeira cruzada vai ressuscitar com todas as suas forças: o ano de 1244 não acaba sem que o rei de França, Luís IX, tenha tomado a Cruz. Era tempo: o sultão Aiyub iria tomar, sucessivamente, em 1247, Tiberíade e a cidade de Ascalon; o reino desfazia-se em farrapos; o seu «rei» (Frederico II) havia sido, nesse mesmo ano, deposto pelo papa, ratificando assim a revolta dos francos da Síria. No dia 17 de Abril de 1247, o rei de Chipre, Henrique, foi reconhecido «senhor do reino de Jerusalém». Enquanto o rei de França armazenava, metodicamente, víveres e equipamentos para a sua expedição, o imperador, não menos metodicamente, avisava o sultão do Egipto dos progressos desses preparativos. Sabe-se como — sendo mais uma vez o Egipto o objectivo principal — o rei desembarcou em Damiette e se apoderou dela, sem dificuldades nenhumas, no dia 6 de Junho de 1249. Não desejando repetir o erro do legado Pélage, Luís IX decidiu esperar nesta cidade o fim da cheia do Nilo (Julho-Setembro); mas esse espaço de tempo — inevitável — iria permitir aos Egípcios fortalecerem-se.

Os Templários desempenham um papel — aliás, mesmo sem o terem querido — na batalha que, em seguida, se desenrolou: a de Mansourah (Al-Mansura, a Vitoriosa), fortaleza erigida vinte anos antes pelos sultões, no extremo sudeste do delta do Nilo. A guarda avançada do

exército tinha-lhes sido consignada pelo rei, assim como ao seu próprio irmão Robert d'Artois, «o génio do mal da expedição» (René Grousset). Este, a despeito dos conselhos de prudência que lhe prodigava o mestre, Guillaume de Sonnac, e da ordem formal dada pelo rei e recordada por ele, no momento crítico recusou-se a esperar que o exército completo tivesse atravessado o rio e lançou-se, quase sozinho, à conquista do acampamento egípcio, cuja surpresa foi total; em seguida, ainda mais loucamente, lançou-se à conquista de Mansourah, onde iria encontrar a morte com todos os seus companheiros, incluindo os cavaleiros do Templo que o haviam seguido para não permitirem que o seu pequeno contingente ficasse exposto, sozinho, ao perigo da temerária empresa. Nesse dia, o heroísmo do rei de França salvou o exército de um desastre certo (8 de Fevereiro de 1250). Ao fim da tarde iria acampar no local onde estivera instalado o acampamento egípcio; mas, nesse mesmo lugar, recebeu a notícia da morte do irmão. Depois disso, o avanço do exército tornou-se impossível, no meio dos canais e dos pântanos. Uma epidemia de tifo e de disenteria acabaria por dizimar o exército. A ordem de retirada foi dada demasiado tarde e o rei, numa das etapas do caminho de regresso a Damiette, foi feito prisioneiro, com o resto do seu exército, em circunstâncias que, contudo, estão mal definidas, mas onde a traição desempenhou, certamente, um papel. O mestre do Templo, Guillaume de Sonnac, encontrava-se entre os mortos deste dramático episódio (5 de Abril de 1250).

Foi com o seu sucessor, Renaud de Vichiers, que se efectuou o famoso debate e a humilhação imposta aos Templários, por São Luís, que nos

é contada por Joinville. Persistindo na sua política de aliança com os Damasquinos, os Templários, com efeito, através do seu marechal, haviam assinado um tratado especial, que o rei os obrigou a romper; o exemplo tinha como finalidade pôr fim ao espírito de independência que, desde há já muito tempo, havia provocado tragédias na Terra Santa e merecera aos Templários a sua reputação de orgulho e de insubordinação. Quando São Luís voltou a embarcar para a França (25 de Abril de 1254) tinha voltado a estabelecer as fortificações de Cesareia, de Jafa, de Sídon, mas, sobretudo, tinha estabelecido uma certa unidade no reino — fazendo sentir a sua autoridade às ordens militares. Em seguida, obteve-se uma trégua que durou dez anos.

Mas as rivalidades comerciais das cidades italianas, Génova, Pisa, Veneza, desencadeiam então — nessas feitorias da Terra Santa que lhes garantem a prosperidade dos negócios — hostilidades sangrentas. Génova, no lamentável episódio a que se chama «guerra de Saint-Sabas», encontra o apoio do mestre do Hospital, enquanto Veneza e Pisa têm o apoio do Templo. Em vão o papa Alexandre IV intervém para que se acabe com uma luta que não pode deixar de lançar «o miserável reino de Jerusalém, arruinado e despedaçado por tantas angústias e males, a uma extrema desolação» (1258). Só muito mais tarde é que — sob as instâncias de São Luís — Génova e Veneza consentem em cessar as hostilidades que afrontavam uns contra os outros — em terra e, sobretudo, no mar — os seus concidadãos (1270). Uma guerra inexpiável, como todas as guerras comerciais, no decorrer da qual se viu, por várias vezes,

uns e outros pedirem a ajuda dos Muçulmanos, nos seus combates contra outros cristãos.

É sobre este último plano de sórdidas rivalidades, alimentadas pelos comerciantes italianos, que se prepara o último acto, aquele a que se assiste, com a queda do reino latino de Jerusalém, ao fim da actividade militar dos Templários: a tomada de Acre, em 1291. Este fim teria sido certamente mais rápido sem a entrada na cena de uma terceira força, a dos Mongóis. Nessa altura já havia muito tempo que tinham deixado de ser considerados como os enviados do Prestes João; por duas vezes, São Luís — seguindo, nisso, o exemplo do papa — havia enviado embaixadores a esses povos do Extremo Oriente que aterrorizavam os Muçulmanos e cujo avanço tinha consideravelmente retardado a do temível adversário que os francos da Síria tinham, na pessoa do sultão Baïbars. Este, senhor do Egipto, apoderara-se de Alep e de Damasco — em parte, graças à cumplicidade dos barões francos, que não souberam aproveitar as vantagens que lhes teria oferecido uma aliança com os Mongóis. Depois de Alep e de Damasco, apoderara-se, sucessivamente, de Cesareia, Saphet, Jafa, Beaufort e Antioquia (1265-1268). A notícia da segunda cruzada de São Luís provocou uma trégua, após a qual Baïbars arrancava aos Templários o Châtel-Blanc (Sâfitha) e, aos Hospitalários, o famoso Krak dos Cavaleiros (1271). Aquela trégua de dez anos não tinha sido, de modo nenhum, aproveitada para uma união sólida, em face do perigo, desta vez iminente, e a ofensiva dos Mamelucos recomeçava em 1228, com o sultão Qalaoun, que se apoderava de Trípolis. O seu sucessor, o sultão Al-Ashraf, tomou como pretexto um ataque de

alguns peregrinos italianos, acabados de desembarcar, contra a população muçulmana, para vir, com forças consideráveis — duzentos e vinte mil homens — fazer o cerco de São João de Acre.

Assiste-se então a uma das mais belas páginas de bravura na história do Oriente cristão. As ordens militares encontram-se ali representadas, nas pessoas dos seus respectivos mestres: Guillaume de Beaujeu, pelo Templo; Jean de Villiers, pelo Hospital. O rei de Chipre, Henrique II, que desde 1286 recebeu a coroa de Jerusalém, também ali se encontra com cerca de catorze mil combatentes a pé e oitocentos cavaleiros que vieram apresentar-se para defender os trinta e cinco mil habitantes da cidade. A unidade, que a Síria franca não conseguira obter nesse segundo século da sua existência, está realizada, desta vez. Inutilmente, pois os meios de que dispõe o agressor tornavam vã qualquer espécie de resistência. No entanto, ela prolongou-se durante dois meses (de 5 de Abril a 28 de Maio de 1291). O mestre do Templo, Guillaume de Beaujeu, tentou uma saída, na noite de 15 de Abril, para incendiar as máquinas de guerra dos Egípcios; não conseguiu. O sultão recusou-se a qualquer negociação e lançou-se ao assalto final na sexta-feira, 18 de Maio, ao alvorecer. Iriam ver-se os mestres do Hospital e do Templo avançar juntos, para defenderem a Tour Maudite, sobre a qual passavam as colunas muçulmanas. Foi ali que Guillaume de Beaujeu ficou ferido de morte. «Quando se sentiu atingido, retirou-se, e pensaram que queria fugir; alguns cruzados de Spoleto obrigaram-no a parar e gritaram-lhe: Pelo amor de Deus, senhor, não nos abandoneis ou a cidade fica perdida!, e ele respondeu-lhes:

Eu não estou a fugir, estou morto, vejam o ferimento!, e nós vimos a frecha espetada no seu peito.» Levaram-no para a casa do Templo, onde morreu. Jean de Villiers iria ficar gravemente ferido, mas pôde ser salvo a tempo, enquanto o marechal do Hospital, Mathieu de Clermont, deveria morrer nas cercanias do porto, onde, à pressa, se evacuavam os feridos e os combatentes. O último bastião foi o convento dos Templários, donde os freires «saudaram com uma prece» os barcos que se afastavam para se refugiarem em Chipre, com os raros sobreviventes desse dia; o marechal do Templo, Pierre de Sevry, e o comendador Thibaud Gaudin estavam ali barricados com as suas últimas forças. Uma nova astúcia do sultão Al-Ashraf iria acabar com estes últimos defensores: ofereceu uma capitulação honrosa aos Templários. Cerca de cem mamelucos penetraram na torre; mas, desprezando o acordo feito, começaram a meter-se com as damas refugiadas sob a salvaguarda dos cavaleiros do Templo. Estes, indignados, massacraram-nos e fecharam as portas. De novo, o sultão Al-Ashraf fez promessas honoráveis a Pierre de Sevry, na condição de que este fosse à sua tenda, pessoalmente. Mal ele lá chegou, o sultão, renegando a sua palavra, mandava-o decapitar, assim como aos seus companheiros. Vendo isso, os Templários que haviam permanecido na torre decidiram resistir até ao fim. O sultão teve de, pela terceira vez, recomeçar o cerco. Mandou escavar a base da torre, e no dia 28 de Maio lançou o assalto final. A torre cedeu e sepultou, nos seus escombros, com os últimos templários, os mamelucos que a atacavam: «O Templo de Jerusalém»

teve, no seu funeral, dois mil cadáveres turcos» (René Grousset).

As últimas praças da Terra Santa iriam ser evacuadas sem combate: Tiro, Sídon, Tortosa. Apenas os Templários conservaram, até ao ano 1303, em frente de Tortosa, a ilha de Rouad, que contavam fortificar. Um dos cavaleiros do Templo, Hugues de Ampurias, iria, com alguns companheiros, resistir corajosamente ao sultão, antes de morrer, vítima de uma traição semelhante à que havia marcado o fim dos últimos defensores de Acre: violando as suas promessas, os mamelucos iriam decapitar alguns e levar os outros, como cativos, para o Cairo.

Um estranho epílogo é o do templário alemão Roger Blum, mais conhecido sob a tradução do seu nome em Roger de Flor, que, em seguida, se tornaria chefe da célebre companhia de mercenários conhecida sob o nome de Companhia Catalã e desposaria a filha do czar dos Búlgaros, antes de ser assassinado, em 1305.

http://alexandriacatolica.blogspot.com

CAPÍTULO V

ADMINISTRADORES E BANQUEIROS

A actividade militar da Ordem do Templo é subentendida por uma actividade económica muito importante. Desde o início da sua história, vêem-se, com efeito, as doações afluir ao Oriente e também ao Ocidente. Muito cedo se previra a necessidade de dotar a Palestina — novamente cristã — de uma defesa permanente, já que a maior parte dos peregrinos, senhores ou gente humilde, regressavam ao país da sua origem após o cumprimento do voto. Por conseguinte, os Templários eram considerados como a solução, ou antes, uma das soluções trazidas a esse problema espinhoso que era a defesa militar dos lugares santos, tal como, na Península Ibérica, a reconquista do território; e, nos dois casos, os esforços que faziam atraíam as doações dos fiéis, começando pelas dos países limítrofes, Aragão, Barcelona, Toulouse, onde, como vimos, as doações afluem desde 1128 e, em breve, em todo o Ocidente. Os forais reunidos pelo marquês de Albon, que abrangem unicamente o período inicial (1119-1150), são, na sua grande maioria, forais de doação. Neles estão incluídas seiscentas actas, das quais, cerca de metade, são provenientes da Provença e do Languedoque; um terço, da Flandres; da

http://alexandriacatolica.blogspot.com

Borgonha e, em geral, do leste da França; o resto, proveniente da Inglaterra, da Espanha, de Portugal ou de várias outras províncias da França. Vários cartulários, por outro lado, foram conservados e publicados, o que nos permite verificar que esse movimento de doações a favor da Ordem do Templo continua sempre. Assim, o cartulário dos Templários de Montsaunès, compilado no fim do século XII ou nos princípios do século XIII, relata, para uma região muito limitada do Comminges, uma centena de forais, escalonados entre 1156 e 1193-1194, a maior parte dos quais constitui doações. E, assim, dá-se aos Templários uma terra, um domínio abandonado, algumas pastagens, as rendas de uma dízima, os direitos sobre servos ou camponeses da região, etc. Doações, por vezes, ínfimas, tal como essa terra dada aos Templários de Montsaunès, em troca de uma égua (n.º 30 do cartulário); por vezes, mais importante, como esse *casal* de Saint-Quintin, que o conde de Comminges lhes entrega por uma quantia de sessenta soldos (n.os 24 e 29). Tudo isso acaba por formar, nessa região, uma poeira de feudos — direitos sobre uma terra, ou, por vezes, terras para explorar directamente —, que colocava o comendador de Montsaunès na situação de um senhor feudal recebendo as rendas de uma multiplicidade de parcelas onde se cultiva o frumento, o milho miúdo ou a vinha, onde, nos pastos, se criam bois e cavalos, onde, nos alqueives, pascem os carneiros, etc. Toda uma actividade ligada à exploração do solo, directamente ou, com mais frequência, pelos aldeões que ali vivem.

E dessa maneira se iria constituir a fortuna do Templo, e as comendadorias semelhantes

à de Montsaunès — que aqui foi tomada como exemplo — tendo-se multiplicado. Esse modo de expansão, típico de uma época em que a riqueza permanece fortemente ligada à terra que a produz, não é diferente da expansão das outras ordens religiosas: Cluny, Cîteaux, etc. Foi muito forte, porque a Ordem do Templo correspondia a uma das preocupações da época: a peregrinagem aos lugares santos era, nesse tempo, muito querida a toda a cristandade do Ocidente. E é dessa maneira que se atingirá o número de nove mil comendadorias, ao qual se elevavam as possessões do Templo, no momento da sua supressão.

Para se poder compreender esta rápida progressão é muito interessante seguir a expansão do Templo numa região determinada. E assim, esse desenvolvimento foi estudado para o mestrado da Provença. Este, muito expandido, comportava não só a Provença propriamente dita, mas, sobretudo, a partir de 1143, algumas partes da Espanha, o Languedoque, o Rossilhão, a Gasconha, a Guyenne, o Delfinado e mesmo, em parte, a Itália. Para nos limitarmos unicamente à Provença, o inventário das comendadorias evidencia uma verdadeira rede de casas, de várias importâncias, que dão uma impressionante ideia do poder dos Templários nessa região.

Principia-se por assinanlar algumas doações isoladas: a mais antiga que se conhece é relatada nessa acta de 1 de Julho de 1124, pela qual o conde Guillaume de Poitiers faz doação àqueles que ainda se intitulam os «Pobres Cavaleiros de Cristo» de uma igreja dedicada a São Bartolomeu, em La Motte, na Diocese de Fréjus. Mas o início do seu estabelecimento propria-

mente dito situa-se em 1136: nesse ano, em 19 de Março, F. Arnaud de Bedos, que vem de Espanha, obtém do bispo, em Saint-Paul-Trois-Chateaux, a Igreja de São João, o palácio contíguo e as praças confinantes. E então instala uma casa rural, no território de Richerenches, entre Saint-Paul e Valréas. Esse território dependia do senhor de Bourbouton, que ia entrar na Ordem e tornar-se comendador de Richerenches; deste Hugues de Bourbouton provém a expansão da Comendadoria de Richerenches, pois ele iria multiplicar as aquisições e a reunião das parcelas de terra, de tal maneira que, aquando da sua morte, em 1151, a Ordem encontrava-se senhora de possessões em várias localidades, como: Grignan, Taulignan, Rousset, ao norte; La Garde-Adhémar, Malataverne, Suze-la-Rousse, a oeste e sul; Sainte-Cécile, Cairanne, Jonquières, Courthezon, do lado de Orange; Gigondas, Séguret e, sobretudo, Roaix, do lado de Vaison, etc.

Em seguida, os freires instalam-se em Avignon, por volta de 1150. Aliás, nessa cidade, a casa depende da Comendadoria de Arles, só vindo a adquirir a sua autonomia no século XIII. A Comendadoria de Saint-Gilles é mencionada pouco tempo depois da de Richerenches e, em breve, estará com numerosas possessões na Camarga, para as Saintes-Maries-de-la-Mer e, especialmente, na região de Saliers, ao longo do Ródano. Em seguida, assiste-se ao desenvolvimento das Comendadorias de Aix, de Saint-Antonin, de Marselha, Fos; mais tarde, para o interior, em Lachau, Sisteron, na direcção de Verdun, de Argens; por fim, em Nice, Grasse, Biot, Rigaud. Pôde-se, assim, calcular «vinte e nove casas do Templo nos limites do Midi provençal». Encontram-se repartidas pelas regiões naturais do país: sete, ao norte da Baixa Durance, que vira o seu primeiro estabelecimento em Richerenches; sete, no Baixo Ródano; três, na região de Aix-Marselha; três, no vale do Médio Durance; cinco, na Provença Central, de ambos os lados do vale do Argens; e, finalmente, quatro, nos Alpes Marítimos.

A importância desse mestrado da Provença era grande, não só por causa das suas possessões que, como vimos, se estendiam pelo Languedoque e mesmo para além dessa região, mas devido à importância que, para o tráfego desse tempo, oferecia o vale do Ródano e — evidentemente — o porto de Marselha, que se tornara, sobretudo no fim do século XII, um dos portos de embarque favoritos dos cruzados e dos peregrinos. Aliás, tinham-se levantado problemas entre a casa do Templo, em Marselha, e os armadores da cidade. Finalmente estabeleceu-se um acordo entre a municipalidade e as duas ordens militares — Templários e Hospitalários —, pelo qual estes estavam autorizados, em 1234, a enviar — duas vezes por ano, em Abril e em Agosto — um navio de cada uma das Ordens em direcção da Terra Santa, na condição de que esses navios não carregassem mais de mil e quinhentos passageiros cada um.

Contudo, na Provença, como nas outras regiões do Ocidente, são os rendimentos da terra, as rendas pagas pelos camponeses ou exploradores de solos especialmente ricos e férteis, que constituem os mais importantes recursos das comendadorias do Templo. Observou-se como, no norte da Provença, as comendadorias da Ordem se repartem, em direcção das pastagens, dispostas como estações de muda de cava-

los, nos caminhos de transumância praticados até aos nossos tempos. As possessões das vinte e nove comendadorias estudadas encontram-se repartidas por duzentos concelhos ou quase.

Por outro lado, podemos ver a maneira como funcionavam essas casas rurais, que constituem a quase totalidade dos bens da Ordem do Templo, graças às contas que ainda se conservam. Um feliz acaso permite que isso aconteça com as contas da Comendadoria de Payns, na Diocese de Troyes — lugar de origem, como já sabemos, do fundador da Ordem. Existe, efectivamente, o inventário dos bens encontrados nesta comendadoria, aquando da detenção dos Templários, em 1307, e, por outro lado, as contas do administrador que nessa altura foi nomeado, Thomas de Savières. Esses documentos, que já foram publicados, reconstituem, para nós, a vida de uma casa rural, humilde ponto de partida dos meios utilizados por toda a Ordem. Thomas de Savières, que tomou posse da sua administração em 13 de Setembro de 1308, sucedera a Jean de Hulles, agente real, entre as mãos do qual a casa do Templo havia sido colocada, no momento da detenção, em 13 de Outubro de 1307. Existe, por conseguinte, o inventário dos bens, e a gestão desses bens, durante o espaço de um ano.

> Os bens a que ele se refere, parecem, aliás, bastante miseráveis: em primeiro lugar, os que eram destinados ao uso das pessoas, consistem em oitenta *coutes* (cobertores) e almofadas, vinte pares de lençóis de cama (velhos, como especifica o inventário), seis sarjas — aquilo a que nós chamamos colchas — e uma coberta

> de cama (em mau estado). Na cozinha existem quatro panelas de metal e uma grande (esta última é, provavelmente, um caldeirão) e ainda duas panelas rotas. Também há «uma bacia para as mãos lavar» e «uma bacia para barbeiro». A bateria da cozinha ainda comporta três tachos com cabo comprido e dois mais pequenos, também com cabo comprido; além disso, um tacho de ferro, dois almofarizes, dois pilões, cinco «hanapos de *madre*», velhos — por outras palavras, recipientes para beber, em madeira dura; também estão inventariadas seis pintas, dois quartilhos de estanho e dez velhas escudelas de estanho, «tanto grandes como pequenas». Apenas são citados os utensílios de metal; o mesmo acontece em muitos inventários, o que nos permite supor que não se dão ao trabalho de mencionar os utensílios vulgares, de barro ou de cerâmica. O inventário de Jean de Hulles também faz menção de três escrínios ou cofres que constituem, com as camas, o único mobiliário do dormitório, e mais um escrínio «no quarto do irmão Poinsart»; trata-se de F. Ponsard de Gisy, o comendador (cuja deposição no processo ainda se conserva). Neste escrínio (ou cofre), encontravam-se os objectos da capela, que o inventário passa a enumerar: havia duas cruzes de «Limoges», isto é, de cobre esmaltado, que era uma especialidade de Limoges; dois gomis, um de cobre e o outro de estanho, um missal, um antifonário, um saltério, um breviário, um ordinário da missa.

Este conjunto de livros litúrgicos permite acreditar que na Comendadoria de Payns lia-se o ofício, em vez de se contentarem com os padre-nossos, que eram prescritos aos freires iletrados, para o substituir. Além disso, «três *vaissels* contendo relíquias», relicários. O primeiro inventário também mencionava duas bolsazinhas de seda, que não se encontram no segundo. Por fim, vem mencionada a roupa para o altar, que se compõe de três toalhas e de três pares de paramentos, «todos fornecidos para celebrar no altar», que quer dizer, paramentos litúrgicos de celebrante. E, finalmente, faz-se menção de uma pia de água benta e de um incensório, ambos de cobre.

Além do mobiliário e dos utensílios, a comendadoria, aquando da sua transmissão para as mãos de Thomas de Savières, contém um determinado número de bens de consumo: na granja, uma «*postée* de frumento» e também um amontoado de *méteil* (mistura de trigo e de centeio); finalmente, provisões de centeio, de cevada e de aveia. E ainda seis *queues* (pipas de vinho). Também há nove colmeias e um enxame que, provavelmente, haviam acabado de recolher. Por outro lado, o gado compõe-se de trinta e sete bois e uma vaca, utilizados para os trabalhos, para os quais existem seis charruas. E ainda treze vacas, um touro, quatro vitelos. Também há cinco cavalos, que são bestas de carga, vinte e quatro porcos e doze bácoros. O rebanho de carneiros é grande: duzentos e oitenta e

cinco — ovelhas ou carneiros —, duzentos e quarenta e quatro cordeiros e ainda trezentos e treze «castrados ou carneiros», referindo-se os primeiros aos carneiros recentemente castrados.

A exploração do domínio e os cuidados a dispensar ao gado exigiam numeroso pessoal: no tempo dos Templários, a Comendadoria de Payns tem vinte e sete criados contratados, catorze boieiros, seis pastores, três *charretons* (carroceiros), um vaqueiro, um cozinheiro-forneiro (que se ocupava do forno do pão) e, finalmente, um porteiro, um «granjeiro», que toma conta da «granja», situada em La Barde, provavelmente um pouco distanciada da casa principal. É este último que recebe o melhor salário: vinte e cinco soldos pelo período compreendido entre o São João e o São Martinho (de 24 de Junho a 11 de Novembro). Os outros salários variam de vinte e quatro soldos e quatro denários entregues a um dos carroceiros, Vincent, a cinco soldos, para um dos pastores, Oudant, irmão de um outro chamado Lambert, que, provavelmente, só ali estava para o ajudar, durante a época do Verão. A casa de Payns também tinha ao seu serviço uma freira, uma mulher filiada na Ordem, para a qual não se conta salário nenhum; vemo-la permanecer na comendadoria durante a época da administração real; em seguida, mandam-na embora, dando-lhe uma magra pensão: dez soldos.

Através das contas, transparece a vida quotidiana da casa. E há, pelo que se

pode ver por uma das corveias essenciais que ali se encontram pormenorizadas, a do usual; trata-se, como explica a conta, das «despesas feitas pelo carroceiro da casa, que é chamado o usual, porque vai, todos os dias, ao bosque de uso da dita casa [...] para cortar a sua carroçada». Com efeito, os Templários gozavam de um direito de uso sobre um bosque que se veio a saber se encontrava em Villeloup, no condado de Troyes. É ao carroceiro que compete o trabalho de cortar os cavacos para o aquecimento da casa e, além do seu salário (aliás, está contratado em troca de uma soma de treze soldos e oito denários, para o pré-citado período de salário), este usual, chamado Perriau, recebe, por cada dia da tarefa indicada, uma soma de seis denários, de que se serve para pagar os lenhadores que emprega. A pormenorização das contas que se referem a ele, permite verificar que trabalhou exactamente cento e noventa e cinco dias, entre o dia 15 de Novembro de 1307 e o dia 8 de Setembro de 1308, pois é evidente que não trabalha aos domingos nem nos dias santificados — em duzentos e oitenta e seis dias, exactamente —, o que demonstra uma apreciável alternância de dias de trabalho e de dias de descanso. Alguns incidentes de pouca importância encontram-se anotados. Assim, alguns dias antes do Natal, o usual teve de «demorar-se três dias por necessidade da neve»; nesse caso, reembolsam-lhe as despesas, dando-lhe dois soldos. Da mesma maneira, no mo-

mento em que a Périau sucedeu um homem chamado Jehannin, o antigo usual teve de «ir ensinar o que era costume fazer ao novo usual». E, para se encarregar disso, pagam-lhe doze denários. Não falemos das despesas insignificantes de conservação: um dia, é o eixo de uma roda que se tem de substituir; noutro dia, uma cilha, etc. As despesas feitas no carpinteiro de carroças ou no albardeiro constituem, aliás, um capítulo importante na vida quotidiana da casa: conserto das carroças, tornar a pôr «relhas e taipais», substituir os eixos, trazem, com frequência, o «relhadeiro» (carpinteiro de carroças) à comendadoria. Ficou mesmo assinalado que ele veio um dia para arranjar uma carroça que se partira, carregada de feno. Quanto ao albardeiro — a quem dão o nome de seleiro —, que mora na aldeia perto de Saint-Lié, vem, por várias vezes, fazer a reparação dos arneses, fornecer arreatas e rédeas; por vezes, essas coisas são compradas em Troyes, assim como outros fornecimentos, como a tela necessária aos aprestos dos cavalos ou a corda, que se compra em grande quantidade, tanto para puxar as charruas como para atar as ceifas.

As despesas de manutenção também se referem, com frequência, às construções. Foi preciso, por exemplo, recobrir a granja do trigo; esse trabalho foi efectuado por um telhador, que, para isso, permaneceu durante quatro dias na granja. Da mesma maneira, dois pedreiros passaram o mesmo lapso de tempo a

http://alexandriacatolica.blogspot.com

reparar o muro do *lardeiro* (despensa), o da pocilga e outra parede perto da porta; esta estava partida e fora necessário substituir a tranca (a travessa) — o que, aliás, pode ter sido provocado pela irrupção dos homens do rei, aquando da captura dos Templários; a chave também precisou de ser substituída. Também há as despesas insignificantes, as que dizem respeito, por exemplo, à iluminação da casa: mandam-se fazer as lanternas a um «especialista», lanterneiro, que também vive em Saint-Dié; compram-se candelabros de madeira e lanternas por várias vezes. Num desses casos, assinala-se que algumas dessas candeias são compradas para uso do redil «para as ovelhas que parem», quando isso acontece em plena noite. Essas compras de candeias efectuam-se frequentemente. A corda do poço é mudada duas vezes durante o período de tempo já citado. As compras de gorduras para untar as carroças e as carretas também são frequentes. Pelas contas, podemos verificar que os servidores da casa estão dignamente munidos dos utensílios do seu trabalho, incluindo luvas: compram-se cinco pares de luvas «para debulhar e carregar as aveias». É também fora da casa que se compram os sacos para o frumento ou os tecidos que são utilizados para os fazer.

Os trabalhos normais dos campos e da casa são feitos pelos criados que a ela estão ligados; mas, por vezes, contrata-se pessoal de reforço. Assim, durante a semana de São Tomás, contrataram-se oito malhadores (21 de Dezembro), que malharam o trigo, nas granjas. E ainda dois trabalhadores para o transporte dos estercos; faz-se notar, nessa ocasião, que o estábulo dos carneiros, dessa maneira, só é desembaraçado do esterco uma vez por ano — o que é bem compreensível, se uma parte dos rebanhos permanece nos campos durante vários meses do ano, costume que contribui para estrumar os alqueives. Por outro lado, vê-se que a casa não se fornece unicamente de pequenos utensílios, como as vassouras ou as escudelas, mas também de sapatos.

As despesas que aparecem com mais regularidade são, evidentemente, as despesas da boca; nota-se, semana após semana, as compras de «carnadura», de carne e de ovos; durante a Quaresma, são os «arenques e peixes» ou ainda os arenques secos, peixes e outras coisas. Em contrapartida, no dia da Páscoa e no dia de Pentecostes, nota-se a compra de «bom vinho» — o que leva a pensar que o que se bebia geralmente na casa dos freires era de qualidade medíocre. Aliás, as compras de vinho vêm raramente mencionadas; viviam, certamente, dos produtos vinícolas e das dízimas de vinho recebidas das regiões em torno; só depois da Ascensão é que compram vinho, certamente porque o da provisão da casa já se esgotou. De resto, a maior parte das despesas de boca não aparece. Pôde-se calcular que as compras mencionadas atingem, ao

todo, e para toda a casa, a média de um soldo por dia. O que, mesmo se tomarmos em consideração o valor do soldo, naquela época, deixa pensar que viviam essencialmente dos produtos da casa: dos campos, das hortas e da criação do gado. O editor das contas da Comendadoria de Payns reparou que, nelas, não se menciona a compra de qualquer queijo, mas que, por outro lado, compraram um alqueire de sal por semana «para salgar os queijos», o que implica que comiam enormes quantidades de queijo; de resto, vê-se que compram *foisselles*, ou formas para queijos. E também, sob o nome de «carnadura», deve entender-se unicamente a carne de talho, boi ou vitela, pois a carne de porco era fornecida pela pocilga da casa, da mesma maneira que os cordeiros e os carneiros eram fornecidos pelo redil. Um magarefe de Saint-Lié, a quem chamam Petit-Vilain, vem salgar e «salgar lombos» de cinco porcos, e recebe cinco soldos pelo seu trabalho. Da mesma maneira, na época, desde a Páscoa até ao São João, são contratadas três mulheres para mugirem as ovelhas; é de supor que o leite destes animais lhes servia para fabricarem os seus queijos.

Mais importantes ainda, são as receitas da casa. Os administradores da Comendadoria de Payns tomaram o cuidado de anotar, para cada artigo, o que foi colhido, consumido e vendido. Dessa maneira, podemos ficar a saber que nas terras dessa comendadoria foram colhidas quinhentos e quarenta alqueires

e recebidos em dízimas e rendas duzentos e sete alqueires e meio de frumento, ou seja, ao todo, setecentos e quarenta e cinco alqueires e meio, dos quais quinhentos e setenta e seis foram vendidos. O produto dessa venda elevou-se a trinta e nove libras e dezasseis soldos. Alguns artigos são deficitários: assim estão as receitas do centeio e da aveia, que foram inferiores à despesa. No conjunto, durante um ano de exploração — feita, na realidade, pelos agentes do rei, que são administradores temporários — as receitas elevam-se a duzentas e cinquenta libras e as despesas a cento e oitenta e nove libras. De tal maneira que podemos inferir destas contas, ao querermos fazer o cálculo das rendas das múltiplas comendadorias existentes no século XIII, e em todo o Ocidente.

Estas contas, à parte o interesse bastante vivo que despertam, permitem ter uma ideia da vida quotidiana de uma exploração rural, e isso nos seus mínimos pormenores (até é mencionado o pergaminho empregado para fazer a própria conta e o salário atribuído ao escrevente que a relatou: três libras). Apercebemo-nos, ao vivo, da origem dos meios de subsistência da Ordem, os que lhe permitiam manter, para lá do mar, uma milícia perpetuamente em estado de combate, subvencionar o seu equipamento, construir castelos e fortalezas, etc. O sustento dos combatentes provinha, antes de mais nada, dessas receitas de trigo e de cevada, dessas tosquias de carneiros, dessas vendas de cordeiros e de queijos.

Essas eram as receitas ordinárias, às quais se vinham acrescentar as receitas extraordinárias, como, por exemplo, os peditórios que os Templários estavam autorizados a fazer, uma vez por ano, em cada igreja da cristandade ocidental, ou ainda os testamentos feitos a seu favor. Esses meios extraordinários, de resto, valeram-lhes inúmeras dificuldades com o clero secular, que parece ter entrado, por várias vezes, em conflito, com os freires da cavalaria do Templo, sobretudo no século XIII, contestando-lhes o direito aos peditórios e à recepção de legados que o papa lhes havia conferido. Foram necessárias duas bulas pontificais, várias vezes repetidas, para condenar explicitamente os que, no clero, se opunham às doações feitas à Ordem do Templo. Essas duas bulas, *Dilecti filii nostri* e *Cum dilectis filiis* (1198 e 1212), renovavam energicamente as medidas tomadas precedentemente pelos papas Alexandre III, em seguida Lúcio III e Celestino III, para garantir aos Templários a fruição completa das doações que recebiam; os bispos e o clero secular em geral haviam pretendido obter uma quarta parte de todas as doações feitas aos Templários por testamento. É significativo observar que estão excluídas desta pretensão as doações consistindo em armas e em cavalos e, por conseguinte, directamente utilizáveis para a defesa da Terra Santa.

A actividade económica dos Templários não se limitou a esses rendimentos ordinários ou extraordinários.

Há já muito tempo que os historiadores fazem ressaltar o papel que eles desempenharam como banqueiros. Efectivamente, essa actividade, desde os começos da fundação da Ordem,

não os diferencia nada das outras ordens religiosas: nessa época é muito corrente ver as populações confiarem os seus bens às igrejas ou às abadias, para beneficiarem da protecção assegurada a essas casas, pela Paz de Deus. Da mesma maneira, assiste-se — e os cartulários do Templo conservam muitos desses exemplos, tal como os de qualquer abadia — à doação das próprias pessoas, com as suas gentes e os seus bens a esta ou àquela casa religiosa, para dela obter protecção e segurança; e também lhes entregam bens móveis, pratas, jóias, etc., sem no entanto renunciar à propriedade desses bens, mas a título de depósito. O tesouro das igrejas e das abadias, nessa época, desempenha um pouco o mesmo papel que, no nosso tempo, o cofre dos bancos. Esses bens ficam entregues à guarda de pessoas honestas que ali vivem permanentemente e que, por outro lado, são invioláveis aos olhos dos homens.

Ora, no que se refere ao Templo, essa função de depositário iria adquirir uma considerável importância, devido às peregrinações. O facto de a mesma ordem possuir casas simultaneamente no Ocidente e no além-mar permitia aos cruzados obterem, na Terra Santa, moedas ou géneros, em troca de uma atestação dos depósitos efectuados nas tesourarias do Templo de Paris, de Londres, etc. Isso representava o embrião — fez-se notar — do que viria, mais tarde, a ser a letra de câmbio, ou o cheque recebido sobre um depósito. Quanto à transferência propriamente dita das moedas e espécies, o Templo, ordem militar, que dispunha — em todo o caso, a partir do século XIII — de navios próprios estava, evidentemente, mais qualificado para a efectuar com toda a segu-

rança do que simples particulares, nem que se tratasse de senhores.

E através dos documentos encontrados vê-se como a actividade financeira do Templo se foi desenvolvendo sob diversas formas, que, com o tempo, darão origem às formas modernas de certas operações bancárias. Sem entrarmos nos pormenores das análises a que esses documentos deram lugar, evoquemos resumidamente os diversos aspectos desta actividade financeira, que virá a tomar toda a sua importância no século XIII, nas relações entre a Ordem do Templo e o rei de França.

Há, em primeiro lugar, a função de depositária que as várias casas do Templo desempenharam; e isso cada vez com mais frequência, à medida que a Ordem se desenvolvia. O tesoureiro do Templo de Paris, o do Templo de Londres, tiveram, a esse respeito, devido a essas posições, lugares de maior relevo. Esses depósitos podem ser ocasionais.

Um exemplo célebre é o do depósito das jóias do rei de Inglaterra, Henrique III, entre as mãos da sua cunhada, a rainha Margarida de França, no momento em que desencadeia a luta contra o seu vassalo Simon de Montfort (o filho daquele que havia dirigido a cruzada albigense), em 1261. A rainha, depois de lhe ter mandado fazer um inventário pormenorizado, mandou encerrar dentro de dois cofres selados esse importante tesouro, que depositou no Templo de Paris. Henrique só viria a entrar, novamente, na possessão do seu tesouro dez anos mais tarde, em 1272, pois o depósito havia

http://alexandriacatolica.blogspot.com

servido, entretanto, de garantia para os empréstimos que o rei teve de contrair no decorrer das lutas dirigidas por ele próprio, pela sua mulher e seu filho.

Outro exemplo célebre data do tempo da cruzada de São Luís, em 1250. Feito prisioneiro com o seu exército, aquando do desastre que marcou o fim da sua expedição ao Egipto, o rei comprometeu-se a pagar um resgate que se elevava a duzentas mil libras. Ora, as suas gentes apercebem-se de que lhes faltam cerca de trinta mil libras para perfazer essa quantia. Então, Joinville propõe que se peça emprestada aos Templários a soma que falta. Estes, efectivamente, levaram, numa das suas galeras, as somas que lhes haviam sido confiadas. Mas o comendador Etienne de Otricourt levanta um protesto: essas somas representam os depósitos que foram confiados à Ordem do Templo e aos quais, por conseguinte, os próprios Templários não têm o direito de tocar. Entretanto, o marechal do Templo, F. Renaud de Vichiers, dá a entender que, num caso dessa importância, obedecerão às ordens do rei; que, além disso, conservam, em Acre, um depósito real, sobre o qual poderão ser reembolsados. Joinville relata, em seguida — à sua maneira, directa e metafórica —, as altercações que teve com o tesoureiro, que, no galeão do Templo, começa por se recusar a entregar-lhe a chave dos cofres; então ele pegou numa machadinha que ali se encontrava e declara «que fará dela a chave do rei». Finalmente, as trinta mil libras

necessárias para perfazer a quantia prometida pelo resgate são-lhe entregues e, em seguida, pagas aos Sarracenos.

Essa confiança que a sua função militar confere à Ordem assim como aos freires é uma garantia para os depositantes. E os Templários também são detentores, além de dinheiro ou de tesouros em jóias e obras de ourivesaria, dos aferidores de peso. E assim se vê o pesador do viscondado fluvial de Rouen, chamado Guillaume, pedir a libra do Templo de Paris para estabelecer, segundo esse peso-padrão, a libra de Rouen. Os Templários assumem as funções de guarda e de caução em todos os domínios: simples particulares, no momento em que empreendem uma peregrinação, depositam nas mãos deles uma soma de dinheiro, que, se não regressarem, será entregue, mais tarde, aos seus herdeiros; é o que se passou com Pierre Sarrasin, em 1220, no momento em que parte, a caminho de Santiago de Compostela. E também são os Templários que — aquando dos desacordos entre os dois reis, o de França e o de Inglaterra — recebem, em penhor, o castelo de Gisors, em 1158; essa função de penhora, aliás, só será exercida por eles durante alguns meses.

Os recursos da Ordem também lhe permitiam constituir uma verdadeira caixa, à qual recorriam os que queriam dinheiro emprestado, tivessem eles a categoria que tivessem; foi esse o papel que desempenharam, em grande escala, no Próximo Oriente. «Não é exagero nenhum afirmar-se que o tesouro do Templo foi durante todo o século XIII a caixa onde se centralizavam e se administravam os recursos financeiros destinados às cruzadas e às diferentes necessidades

da Terra Santa» (L. Delisle); e não se pode negar essa constatação. O estudo pormenorizado das cartas da imperatiz de Constantinopla, Maria — sempre com falta de dinheiro — conduziu o historiador J. Piquet a encontrar nessas formas de empréstimo todos os elementos futuros da letra de câmbio.

E é assim que ela pede à rainha de França, Branca de Castela, que mande entregar a um dito Escot, Toscano, uma soma de cento e cinquenta libras tornesas como reembolso de uma soma equivalente que essa personagem lhe entregou em moeda de Constantinopla; a carta especifica que o pagamento deverá ser feito no prazo de quinze dias a contar do momento em que o credor lhe terá apresentado o seu título de reembolso. Ora, o tesouro da rainha, encontrando-se no Templo, é o tesoureiro do Templo que irá pagar ao credor.

Cartas deste teor são do maior interesse, pois fazem intervir a personagem que, nessa época, se encontra constantemente nas operações comerciais e financeiras: o negociante italiano. Personagem omnipresente nas feitorias do Oriente, onde provoca guerras fratricidas geradas pelas rivalidades comercias, e nas feiras da Champanha e do Norte da França e da Flandres. No Tesouro dos Forais, nos Arquivos Nacionais (de França), encontram-se numerosos reconhecimentos de dívida, contratados no Oriente e pagáveis nas feiras da Champanha, a negociantes de Siena, de Placência, de Pisa, de Génova, etc. De resto, a casa dos Templários

em Provins, adquirida por eles e cuja posse lhes havia sido confirmada, desde 1171, pelo conde da Champanha, dava-lhes a possibilidade de estarem tantas vezes presentes nessas feiras internacionais, que eram, por excelência, o local dos pagamentos de contas.

> E assim se vê, aquando da estada do exército dos cruzados em Chipre, Yolande de Bourbon receber, emprestada, uma soma de dez mil besantes de ouro, que deverá reembolsar na feira de Lagny, com o equivalente em moeda tornesa, de três mil setecentos e cinquenta libras. A operação de reembolso deveria ser efectuada pelo Templo de Paris, perto do local das célebres feiras da Ilha de França. Neste caso, como no precedente, são comerciantes italianos, enumerados no documento, que forneceram os besantes de ouro.

Penhores, empréstimos, reembolsos — todas as operações financeiras dos Templários ficam anotadas nos pergaminhos e registos, nas várias casas. Os documentos que nos chegaram às mãos revelam as suas capacidades de administradores. Através de um destes registos é possível seguir-se a actividade do tesoureiro do Templo durante um dia de trabalho, o dia 16 de Fevereiro de 1296, desde o momento em que o templário se instala no seu *guichet* até ao fim da tarde, quando «faz a sua caixa» — operação complicada, pois as espécies entregues ainda deviam ser convertidas na moeda de conta em uso, e que, em Paris, era a libra *parisis*. Os seus métodos de contabilidade também foram estudados; não diferem dos que estavam em uso nessa época. O cálculo do dinheiro entrado faz-se com o auxílio do «tabuleiro de xadrez» (o termo deveria subsistir durante muito tempo, sobretudo na Normandia e na Inglaterra): neste caso, trata-se de uma tabuinha quadrada, dividida em rectângulos ou quadrados, por linhas horizontais e verticais; a mesma peça de metal, consoante a casa em que se encontra colocada, pode significar um denário, um soldo, uma libra ou os múltiplos, vinte, cem e mil libras.

A casa de Paris — aquela a que, em França, chamavam «a casa principal» — foi o centro das finanças reais desde os fins do século XIII. No momento em que ia partir para a cruzada, Filipe Augusto, ao redigir o seu testamento, designa como executor testamentário um templário, F. Aymard, tesoureiro do Templo; especifica que, durante a sua ausência, é esse tesouro do Templo que receberá as somas pagas pelos seus bailios e provenientes da administração dos domínios reais. Um clérigo, chamado Adam, tomará nota dessas contas; para o cofre real estão previstas várias chaves, uma das quais será entregue aos Templários e as outras àqueles que tomam conta do reino durante a ausência do rei.

> A partir desse momento eram inauguradas as funções do Templo de Paris, como depósito do tesouro real e início da futura «Câmara das Contas». Bailios e prebostes iriam, a partir desse momento, levar directamente ao Templo os produtos da receita dos domínios e o Templo ficará a ser o «tesouro real» até ao fim do século XIII. O rei possuía lá

uma espécie de conta corrente permanente, de onde retirava o que lhe era necessário para as suas despesas pessoais e as da administração do reino. Essa actividade manteve-se durante todo o século. Existem os originais de algumas das contas do Templo para a rainha Branca e também os pormenores das somas levantadas do tesouro para a fundação da abadia de Maubuisson, mandada erigir pela rainha. Os seus filhos, Alphonse de Poitiers, Charles d'Anjou, utilizam igualmente os serviços do Templo. A actividade das tesourarias da casa do Templo, desde o já citado F. Aymard até Jean de Tour — e quase a sua biografia —, poderia ser reconstituída, através dos documentos relativos ao serviço dos reis de França. É particularmente importante no momento da segunda cruzada de São Luís, pois o rei tinha-se responsabilizado pelos diversos empréstimos contraídos para a expedição, por determinados senhores, tais como Geoffroy de Sergines, e sempre a banqueiros italianos.

A situação iria modificar-se durante o reinado de Filipe, *o Belo;* em 1295 faz-se menção de um tesouro real funcionando no Louvre; é diferente do tesouro privado que os reis de França lá haviam possuído anteriormente; é um instrumento de administração. Ignora-se a data exacta em que foi criado este segundo tesouro e em que medida ele compartilhava ou não as suas atribuições com o tesouro do Templo. O essencial da administração financeira é, em

todo o caso, gerido — nessa altura — pelos banqueiros florentinos Albizi Francesi e Musciatto (na linguagem popular passam a ser conhecidos como *Biche* e *Mouche* [1]). Até 1303, o movimento das finanças reais é, assim, dirigido pelo tesouro do Louvre.

A situação iria mudar bruscamente em Julho de 1303. O rei volta a ordenar a todos os seus responsáveis de contas que enviem as suas receitas para o tesouro do Templo. O visitador de França, Hugues de Pairaud, fica encarregado de arrecadar os impostos levantados para a continuação das guerras; e, novamente, toda a organização financeira do reino se encontrou transferida para o Templo.

Na realidade, esse reviramento real coincide com um período de profunda miséria financeira: dá-se, após o desastre de Courtrai, em 1302, onde a cavalaria francesa sofrera a maior derrota da sua história — inflingida, ainda por cima, pelo pequeno povo da Flandres, oprimido por uma oligarquia burguesa, apoiada pelo rei de França. Este deverá, para fazer face a essas dificuldades, tomar várias medidas de alteração das moedas e é, muito provavelmente, impelido pela neces-

---

1 *Biche* e *Mouche:* entre os vários sinónimos que existem para esses substantivos e, dada a época em que foram empregados e as personagens a quem foram atribuídos, eu traduziria essas duas palavras por, respectivamente: *serpente* e *polícia secreta* (ou *espião*). *(N. da T.)*

sidade que volta a levar ao Templo a sua actividade financeira: os Templários dispunham, muito possivelmente, de recursos mais importantes que o tesouro do Louvre, esgotado pelo esforço de guerra na Flandres.

De resto, essa transferência precede apenas de quatro anos a queda da Ordem.

Os historiadores ainda não sabem se o Templo era credor ou devedor do rei na data fatal de 1307. Os documentos encontrados não permitem elucidar a questão, o que se compreende se — como é provável — os agentes do rei, ao procederem à detenção, fizeram desaparecer os registos da contabilidade. Com efeito, desde Outubro de 1307, é o rei quem controla o tesouro, através dos seus agentes; aliás, talvez essa tomada de posse não tenha trazido consequências importantes, pois em Janeiro de 1308 o rei decide um novo enfraquecimento das moedas.

O tesouro real iria permanecer no Templo até ao mandato de 19 de Janeiro de 1313, que cria uma dupla organização: tesouro do Templo e tesouro do Louvre. Esta nova organização pouco tempo iria durar, pois logo após a morte do rei e a do seu tesoureiro, Enguerrand de Marigny, o tesouro real é novamente unificado, enquanto os Hospitalários tomam possessão da casa do Templo em Paris.

http://alexandriacatolica.blogspot.com

CAPÍTULO VI

DETENÇÃO E PROCESSO DOS TEMPLÁRIOS

Ao nascer do dia da sexta-feira, 13 de Outubro de 1307, todos os templários de França são detidos nas suas comendadorias.

Haviam passado dezasseis anos desde a perda de São João de Acre. Ao mestre Guillaume de Beaujeu, sucedera Thibaud Gaulin; em seguida, depois de este ter morrido, em 1295, sucedera-lhe Jacques de Molay. A Ordem não renunciou à sua luta no Oriente; o próprio Jacques de Molay passou lá uma grande parte da sua vida, participando — em 1303 — num ataque na ilha de Tortosa, ataque esse que, aliás, foi mal sucedido; ainda vivia em Chipre, onde a Ordem tinha, provisoriamente, a sua casa principal (1307). Nessa altura falava-se muito em reunir numa única as duas ordens militares da Terra Santa: Templários e Hospitalários. Jacques de Molay, a pedido do papa Clemente V, iria redigir uma nota relativa a esse projecto de fusão. O estudo dessa nota (relatório), permite-nos ver que projectos desse género já haviam sido feitos em várias ocasiões, especialmente depois da perda da Terra Santa pelos papas Nicolau IV, em seguida pelo papa Bonifácio VIII. O mestre não esconde a sua repugnância perante tal

medida: insiste sobre as desavenças que não deixarão de se manifestar entre os membros de ambas as ordens e insiste no facto de que a Norma dos Templários é mais severa que a dos Hispitalários:

> Seria necessário que os Templários denunciem [desistam] muitas coisas e que os Hospitalários se restrinjam mais.

Aliás, termina com protestos de obediência:

> Sempre que vos agradar ouvir o conselho do nosso convento e dos homens sensatos da nossa Ordem [...] fá-los-ei reunir uns com os outros, se vós o desejardes, na vossa presença.

No decurso das violentas disputas que opuseram o rei de França ao papa Bonifácio VIII, os Templários, geralmente, tomaram o partido de Filipe, *o Belo*. E também não é impossível que — como sugeriu M. Melville — a transferência do tesouro real do Templo para o Louvre tenha sido efectuada a pedido dos próprios Templários, que, não querendo desobedecer ao papa, aquando da talha (tributo) levantada sobre os bens do clero, em benefício das finanças reais, teriam, dessa maneira, deixado ao rei as mãos livres na gestão do tesouro. Essa primeira disputa entre Bonifácio VIII e Filipe, *o Belo,* tinha começado em 1295. Quando, de novo, em 1303, a ruptura parece iminente entre eles, o visitador do Ocidente, Hugues de Pairaud, toma, abertamente, partido pelo rei e recebe deste uma carta de protecção para ele próprio e para a sua Ordem.

Por conseguinte, nada permite suspeitar de qualquer desavença entre o rei e a Ordem do Templo, quando estala, como um trovão, a notícia da detenção destes. Ainda na véspera desse dia, o mestre da Ordem, Jacques de Molay, acompanhava o rei na Igreja dos Jacobins, para assistir aos funerais de Catherine de Courtenay, esposa de Charles de Valois, o irmão mais novo do rei. Essa captura maciça, efectuada no mesmo dia, à mesma hora, nas cerca de três mil comendadorias repartidas por toda a França, representa sem dúvida nenhuma, como foi escrito, «uma das operações policiais mais extraordinárias de todos os tempos» (Lévis-Mirepoix).

Era necessário, para a levar a bom cabo, que ela tivesse sido minuciosamente preparada. Na realidade, a ordem de prisão fora enviada um mês antes, em 14 de Setembro de 1307, sob a forma de cartas fechadas, dirigidas aos bailios e senescais, com a ordem de as abrirem numa determinada data. O texto dessas instruções que ainda conservamos, apresenta acusações contra a Ordem do Templo, acusações essas que teriam chegado aos ouvidos do rei; ordena que «se prendam todos os freires da dita Ordem, sem excepção nenhuma, se os mantenham prisioneiros e reservados para o julgamento da Igreja; que se apoderem dos seus bens, móveis e imóveis», e explica cuidadosamente a maneira como se deve proceder: mandar fazer uma informação secreta sobre todas as casas dependentes da Ordem do Templo, situadas na circunscrição do bailio; escolher «homens probos e poderosos do país, ao abrigo da suspeita [...] e informá-los do trabalho a fazer, sob juramento e secretamente»; por fim,

«em dia marcado, muito cedo», ir prender as personagens e apreender os bens.

Se se pode imaginar a maneira como a operação foi dirigida, graças às contas de administração, já citadas, da Comendadoria de Payns. Na manhã do dia 13 de Outubro, o cavaleiro Jean de Villarcel, por ordem do bailio de Troyes, apresenta-se diante da comendadoria, à frente de uma tropa de quarenta homens de armas, a pé ou a cavalo. Apodera-se da pessoa do comendador, F. Ponsard de Gisy — cujo interrogatório, aliás, ainda existe —, assim como dos freires e beleguins que lá se encontram, mas deixa lá os criados. Alguns dias mais tarde, no entanto, e certamente antes do dia 27 de Novembro, um administrador, Jean de Hulles, é nomeado, por conta do rei.

O processo que em seguida se desenrola é hoje em dia já bastante conhecido. Reteve durante muito tempo a atenção do público e, por conseguinte, a dos historiadores. De tal maneira que, paradoxalmente, esta fase terminal da história da Ordem do Templo ficou muito mais bem estudada que os cerca de duzentos anos da sua existência.

Portanto, contentar-nos-emos em resumi-la rapidamente, recomendando ao leitor os trabalhos já publicados. Em primeiro lugar, os próprios textos, tais como foram publicados por Michelet, por G. Lizerand; em seguida, os publicados mais recentemente por Raymond Oursel. O relato dos acontecimentos foi, por outro lado, efectuado em várias ocasiões.

Para melhor poder seguir as diferentes etapas cronológicas do caso é necessário desenhar, a traços largos, a personalidade dos principais protagonistas. Em primeiríssimo lugar, a de

Guillaume de Nogaret, nomeado chanceler do reino em 22 de Setembro de 1307, por conseguinte pouco tempo antes da prisão dos Templários, de que — provavelmente — fixou todos os pormenores. Nascido em Saint-Félix-de-Caraman, estudou e em seguida ensinou direito em Montpellier, antes de ser nomeado juiz-maior de Beaucaire e de Nîmes (1299). Muito depressa, Filipe, *o Belo*, o chamou para o seu conselho e o fez cavaleiro (ele atribuía facilmente este título aos legistas de que se rodeava — hábito que é suficiente para fazer compreender que a cavalaria propriamente dita desapareceu a partir daí e que não passa de um título comparável a uma condecoração). Guillaume de Nogaret deu que falar, em 1303, devido à sua luta contra o papa Bonifácio VIII. Conhece-se, com todos os pormenores, o atentado de Anagni (7 de Setembro de 1303), organizado por ele, e no decorrer do qual o papa teria sido esbofeteado por Sciarra Colonna; é durante esta dramática entrevista que Bonifácio teria apostrofado Nogaret: «Nós ficaríamos bem contente e satisfeito se fôssemos deposto por um *patarin* tal como sois, e tal como foram os vossos pai e mãe, castigados como *patarins!*» Patarin é a deformação popular da palavra: «cátaro [1]». Nogaret é suspeito de ter, em todo o caso pelas suas origens, relações com a heresia já extinta e, mais tarde, em 1313, o conde Louis de Nevers referir-se-á ao «sacrílego Nogaret, filho de heréticos». As acusações lançadas aos Tem-

---

1 Nome de várias seitas religiosas de origem oriental que apareceram na Europa ocidental nos séculos XI, XII e XIII. *(N. da T.)*

plários serão, pouco mais ou menos, as mesmas e redigidas no mesmo estilo que as lançadas contra Bonifácio VIII: heresia, sacrilégio, traição para com a Igreja, etc. Recordemo-nos, finalmente, que num relatório feito pouco antes, a respeito da recuperação da Terra Santa, Nogaret acusou os Templários de terem sido os responsáveis pela sua perda e propôs confiscar as suas rendas, para financiar uma expedição.

A Bonifácio VIII, morto de emoção (11 de Outubro de 1303) depois de ter sido libertado por uma sublevação popular, sucedeu o papa Clemente V, depois de um conclave que durou onze meses; entretanto, houvera o breve pontificado de Bento XI, morto muito inesperadamente (7 de Julho de 1304), na véspera do dia em que se preparava para excomungar Nogaret. Talvez o estado da cúria romana, dividida em fracções, nas quais se enfrentavam os Orsini e os Colonna, tivesse sido a verdadeira explicação para esse longo interregno. Os cardeais reunidos em Perúsia haviam acabado por designar, em 5 de Junho de 1305, o arcebispo de Bordéus, Bertrand de Got.

Trata-se de um jurista, formado em Orleães, em seguida em Bolonha, para o ensino do direito romano. Receando a atmosfera de Roma, onde lhe teria sido preciso enfrentar as facções rivais que dividiam o Colégio dos Cardeais, preferiu convocar estes em Lião, onde se fez coroar (14 de Novembro de 1305). Virá a ser o primeiro «papa de Avignon». Após a coroação, que se efectuou em presença do rei de França, Filipe, *o Belo*, o cortejo pontifical passava por uma rua estreita ladeada por um muro sobre o qual se tinha apinhado a multidão de espectadores, quando esse muro desabou. O papa, derrubado

http://alexandriacatolica.blogspot.com

do seu cavalo, pôde levantar-se e retirar ele mesmo, de entre o entulho, a sua tiara, que caíra ao chão. O acidente provocou doze mortos, entre os quais se contava o duque de Bretanha e um dos irmãos do pontífice; Charles de Valois, irmão do rei da França, que segurava o seu palafrém pela brida, também estava gravemente ferido. Esse pontificado, começado sob auspícios tão sombrios, vai ver sucederem-se as nomeações de cardeais franceses — e também a família do papa atulhar, literalmente, os cargos e as dignidades eclesiásticas. No Sagrado Colégio, quando Clemente V morreu, dos vinte e quatro cardeais que o constituíam apenas seis deles eram italianos.

Afinal, Filipe, *o Belo*, é considerado como o mais enigmático de todos os reis de França. Tanto pelos seus contemporâneos como por nós: «não é um homem, é uma estátua», declarava Bernard Saisset, bispo de Pamiers, que foi uma das suas vítimas. Durante o seu reinado, a necessidade de dinheiro torna-se uma obcessão; sabemos como ele instaurou as desvalorizações, fazendo baixar e subir o valor da moeda, consoante as necessidades financeiras; como ele desencadeou, contra a Flandres, uma guerra muito incerta, no decorrer da qual a cavalaria francesa conheceu a sua primeira derrota importante (Courtrai, 1302), prelúdio dos desastres do século XIV, e como expulsou os Judeus da França (1306), efectuando sobre os bens destes um embargo, cujo agente foi Nogaret. No ano que precedeu o processo dos Templários, o rei havia — de maneira bastante estranha — encontrado refúgio na casa do Templo de Paris, aquando de uma sublevação do povo, provocada por uma nova alteração do valor da moeda.

Podemos perguntar-nos se a mola secreta deste reinado não terá sido o desejo de instaurar, a seu proveito, a monarquia universal, que representa, certamente, o «grande projecto» dos legistas normandos ou meridionais que compõem o séquito do rei e entre os quais um, Pierre Dubois, a explicava, a largos traços, no seu tratado, intitulado *De recuperatione Terrae Sanctae*.

Por fim, Filipe, o *Belo*, opôs-se a uma personalidade, não menos autoritária nem menos «monárquica» que a dele; a do papa Bonifácio VIII. Esse estudo ultrapassa os propósitos do presente trabalho, mas uma única imagem é suficiente para resumir a personagem: Bonifácio VIII acrescentou à tiara pontifical uma terceira coroa, destinada a simbolizar o poder temporal (as duas precedentes representavam o duplo poder de ordem e de jurisdição, confiada ao pastor da Igreja e sempre haviam simbolizado as duas chaves do apóstolo Pedro; a tiara, em si, recordemo-lo, só aparecera no século XIII). Para o historiador é surpreendente verificar até que ponto o caso dos Templários fará lembrar o precedente conflito com Bonifácio VIII, pois os mesmos procedimentos e até quase os mesmos termos se encontram nos vários manifestos dirigidos às assembleias convocadas pelo rei, para dar a conhecer e obter a aprovação para a posição que tomou. Se é verdade que foi o primeiro rei que se comportou como soberano, é também o primeiro chefe de Estado que se tenha servido do recurso à opinião pública e compreendido a importância dos «grupos de pressão».

O desenvolvimento do caso dos Templários preenche os sete últimos anos do reinado, tão

perturbado, de Filipe, o *Belo*. A ordem de prisão baseia-se em «presunções e suspeitas violentas»; no início, as denúncias de um indivíduo chamado Esquieu de Floyran, oriundo de Béziers, que, em Agen, teria recolhido as confidências de um templário preso; tê-las-ia contado, em primeiro lugar, ao rei de Aragão, Jaime II, e, em seguida, tendo sido mandado afastar-se por este rei, foi contá-las a Filipe, o *Belo*. Este conta com a aprovação do papa Clemente V, que, na realidade (em 24 de Agosto de 1307), tinha mandado uma resposta dilatória ao pedido do rei de França, pedindo-lhe que reservasse para mais tarde o exame das acusações de que este lhe fizera uma lista. Enfim, o acto de acusação refere-se a um inquérito efectuado pelo inquisidor Guillaume de Paris (um monge pregador que, além de tudo o mais, é o confessor do rei); mas esse inquérito, que se resumiu ao interrogatório de alguns templários, data apenas de 22 de Setembro de 1307, enquanto a ordem de prisão fora enviada no dia 14 do mesmo mês. A partir desta data, Guillaume de Nogaret tratou de reunir testemunhas de acusação contra a Ordem; o mesmo fez o legista de Tolosa, Guillaume de Plaisans, que o rei também nomeara cavaleiro e que irá desempenhar um papel activo nesse processo. Entre essas testemunhas encontraremos Esquieu de Floyran, que será formalmente acusado, pelo comendador de Payns, na Champanha, F. Ponsard de Gisy, de o ter torturado para o obrigar a «confessar» os crimes de que o acusava.

Seguem-se as principais etapas do processo, pela sua ordem cronológica, depois da detenção efectuada em 13 de Outubro:

14 de Outubro de 1307: um manifesto real

é espalhado por Paris, tornando públicas as acusações contidas na ordem de detenção; os Templários seriam culpados de apostasia, de ultrajes à pessoa de Cristo, de ritos obscenos, de sodomia e, por fim, de idolatria. As suas infâmias manifestam-se, especialmente, aquando da admissão dos freires: obrigam-nos a renegar Cristo, três vezes, e a escarrar sobre o crucifixo; em seguida, despojados das suas vestes, são beijados na ponta inferior da coluna vertebral, no umbigo e na boca por aquele que os recebe; depois, obrigam-nos a prometer entregar-se à sodomia, se isso lhes for pedido; finalmente, adoram uma estatueta a que chamam Baphomet e trazem consigo um cordãozinho que foi, precedentemente, deposto sobre essa estátua. Os historiadores estão todos de acordo para reconhecer no estilo deste manifesto o estilo de Nogaret. Como já acontecera aquando das discórdias com Bonifácio VIII e viria a acontecer novamente no ano seguinte, no mês de Outubro de 1308, aquando do processo de Guichard, bispo de Troyes, no dia seguinte, 15 de Outubro, que era domingo, iriam ver-se irmãos pregadores e oficiais reais espalharem-se pelos jardins do palácio e pela cidade de Paris, para contar às boas gentes os motivos daquela prisão. Enfim, no dia 16 de Outubro, Filipe, *o Belo*, dirigia aos príncipes e aos prelados da cristandade cartas incitando-os a imitá-lo e a mandar prender os templários que se encontrassem nos seus Estados. Essas cartas só obtiveram três respostas favoráveis: a de Jean, duque da Baixa Lorena; de Gérard, conde de Juliers, e a do arcebispo de Colónia. O bispo de Liège, o rei de Aragão, o rei dos Romanos (Alberto) respondem-lhe que o assunto é da

competência do papa. Quanto ao rei de Inglaterra, Eduardo II (genro de Filipe, *o Belo*), longe de se deixar convencer, íria ele próprio escrever aos reis de Portugal, de Castela, de Aragão e da Sicília, para lhes pedir que não agissem senão depois de madura reflexão, pois as acusações formuladas contra o Templo lhe pareciam ditadas pela calúnia e pela cobiça.

19 de Outubro-24 de Novembro de 1307: cento e trinta e oito prisioneiros são interrogados em Paris, na sala baixa do Templo, pelo inquisidor Guillaume de Paris, depois de terem passado pelas mãos dos oficiais do rei, que, de conformidade com as instruções contidas nas cartas fechadas, empregaram «a tortura, em caso de necessidade». De facto, trinta e seis dos presos deveriam morrer em consequência dessas torturas. Perante o inquisidor, apenas três deles negaram ter cometido os crimes de que os acusavam: Jean de Chateauvillars, Henri de Hercigny e Jean de Paris — todos eles interrogados no dia 9 de Novembro, no decorrer de uma sessão, à qual não assistia nem o próprio inquisidor nem aquele que, em geral, o secundava, Nicolas de Ennezat; nesse mesmo dia, estes estão ocupados com o visitador de França, Hugues de Pairaud, cujas confissões são especialmente circunstanciadas; o seu interrogatório, aliás, comporta um pormenor muito significativo: perguntam-lhe «se ele acredita que todos os freires da Ordem fossem admitidos dessa maneira» (com os ritos obscenos e blasfematórios, já enumerados):

> Ele respondeu que não acreditava nisso; contudo, mais tarde, no mesmo dia, comparecendo na presença do dito

> comissário [...] acrescentou que havia percebido mal e mal respondido e afirmou sob juramento que acreditava que todos fossem recebidos dessa maneira.

Nos nossos dias, em que o mecanismo dos processos, interrogatórios e torturas é amplamente conhecido, o sentido daquela interrupção não pode deixar lugar a dúvidas: Hugues de Pairaud não tinha percebido; suspende-se o interrogatório e, quando o recomeçam, ele já compreendeu.

27 de Outubro de 1307: o papa Clemente V dirige a Filipe, *o Belo*, uma carta de protesto:

> Vós haveis estendido a mão sobre as pessoas e os bens dos Templários, vós até ousastes pô-los na prisão [...] Vós haveis acrescentado à aflição da catividade uma outra aflição que, por pudor para com a Igreja e para connosco, achamos mais próprio deixar passar actualmente sob silêncio [...]

Embora discreta, a alusão à tortura não deixa de estar bem expressa. Por outro lado, o papa havia reunido os cardeais em consistório desde o dia 17 de Outubro e no dia seguinte havia mandado vir à sua presença os camareiros da Ordem, que estavam de serviço na cúria romana, para lhes assegurar a sua protecção.

22 de Novembro de 1307: pela bula *Pastoralis praeminentiae*, o papa Clemente V ordena a todos os príncipes da cristandade que prendam os Templários que se encontram nos seus Estados. Explica que se vira obrigado a tomar essa

medida pelas confissões dos templários de França e que certos templários em serviço na cúria romana lhe teriam confirmado o bem fundado dessas confissões; seria efectuado um processo eclesiástico, em seguida ao qual, se a Ordem fosse reconhecida inocente, todos os seus bens lhe seriam devolvidos; caso contrário, esses bens seriam consagrados à defesa da Terra Santa.

No fim desse ano de 1307, o rei de França podia, por conseguinte, considerar que havia ganho, plenamente, a partida; no entanto, seguir-se-á um período de indecisão. Clemente V envia ao rei dois cardeais para pedir que as pessoas dos Templários lhe sejam entregues na sua mão, da mesma maneira que os seus bens. O rei declara que está disposto a entregar-lhe as pessoas, mas que mantém os bens delas sob a guarda real. Ora, em Fevereiro de 1308, na véspera do dia em que os Templários iriam ser entregues ao poder pontifical, circularam umas tabuinhas por entre os prisioneiros: o mestre convidava-os a revocarem as suas confissões, tal como ele próprio o fazia e os outros dignitários. Essa retracção teria decidido o papa a modificar o seu comportamento? Logo em seguida, vemo-lo retirar os poderes aos inquisidores e próclamar a sua intenção de encarregar-se ele mesmo do assunto.

25 de Março de 1308: os Estados Gerais são convocados em Tours pelo rei de França. A convocação, redigida no mesmo estilo que o acto de acusação, descreve mais uma vez os crimes cometidos pelos Templários e incita o povo cristão a exigir que esses pecados sejam castigados. Outro texto que, esse, levava a marca do legista Pierre Dubois, iria circular sob o

título de *Remontrances du Peuple de France,* como se fosse o resultado da consulta popular, feita em Tours. Em termos ameaçadores, censura o papa pela lentidão que ele leva para castigar os culpados e faz alusão aos seus pontos fracos: a sua complacência pelos seus sobrinhos e o seu apego aos bens temporais.

26 de Maio de 1308: o rei Filipe, *o Belo,* vem, pessoalmente, a Poitiers, para se encontrar com o papa Clemente V; este iria, no dia 29, reunir um consistório na sua presença, no decorrer do qual Guillaume de Plaisans deveria pronunciar um discurso, proclamando que, depois da «vitória universal» obtida pela Cruz contra «o antigo inimigo», Cristo não tinha ganho sobre os inimigos da sua igreja uma vitória «tão admirável, grande e rápida, tão útil e necessária», que a que havia posto a nu, diante dos olhos de todos, a perversidade dos Templários. O mesmo Plaisans deveria tornar a falar num segundo consistório que se realizaria no dia 4 de Junho seguinte, sempre em presença do rei, para suplicar ao papa que condenasse, sem espera, a Ordem do Templo, completa, «como um vaso realmente inútil e cheio de escândalos».

27 de Junho de 1308: setenta e dois templários comparecem diante do papa Clemente V. O rei de França, continuando a manter a sua guarda sobre os bens da Ordem, aceitara entregar as pessoas, tal como já tinha prometido. As deposições são opressivas para á Ordem do Templo. No entanto, o estudo atento dos interrogatórios revela que, entre esses templários entregues ao papa pelo rei, não se encontra nenhum dignitário; são, sobretudo, beleguins, muitos dos quais haviam abandonado a Ordem

e haviam oferecido o seu testemunho antes de a detenção ter sido decidida; alguns comendadores, mas pouco numerosos. Enfim, enquanto o papa tinha reservado para si, pessoalmente, o julgamento dos dignitários da Ordem, anuncia-se-lhe que estes, doentes, não podem cavalgar mais adiante, e deverão ficar em Chinon, onde se encontram detidos; tratava-se do mestre Jacques de Molay, do visitador Hugues de Pairaud, do preceptor de além-mar Raimbaud de Caron, de Geoffroy de Charnay e de Geoffroy de Gonneville, respectivamente preceptores da Normandia e do Poitou e da Aquitânia. Sem insistir, o papa iria delegar três cardeais, para irem a Chinon: Bérenger Fredol, Etienne de Suisy e Landolphe Brancaccio — aliás, os dois primeiros eram íntimos do rei de França. Esses delegados interrogaram, efectivamente, os dignitários, em Chinon, no mês de Agosto seguinte; mas Nogaret e Plaisians assistiam ao interrogatório. O processo verbal menciona que os dignitários se limitaram a confirmar as confissões feitas no mês de Outubro do ano anterior. Nesse mesmo mês de Agosto de 1308, o papa deixa Poitiers, tendo, no entanto, recusado condenar os templários que se tinham acusado na sua presença, coisa que o rei de França lhe pedia: a Igreja não consentia na condenação de penitentes; esses templários «reconciliados» deveriam ser considerados como pecadores arrependidos.

No entanto, com a continuação, Clemente V deveria fazer concessões sobre concessões: restabeleceu o inquisidor Guillaume de Paris e os seus confrades; em seguida, decide instituir em cada diocese comissões destinadas a efectuar, realmente, o processo eclesiástico dos Templá-

http://alexandriacatolica.blogspot.com

rios — mas aceitando que as pessoas dos acusados permaneçam à guarda do rei, apesar dos protestos precedentemente feitos.

As comissões eclesiásticas deviam ser instituídas em todas as dioceses; funcionavam sob a autoridade do bispo e este devia ser assistido por dois cónegos, dois monges pregadores, dois frades menores; mas esta decisão, tomada em 12 de Agosto de 1308, seria posta em execução com uma extrema lentidão, pois foi preciso passar mais de um ano para que a primeira dessas comissões começasse a funcionar.

8 de Agosto de 1309: a primeira comissão eclesiástica de França abre as suas sessões em Paris, no Mosteiro de Santa Genoveva. É, quase exclusivamente, composta por bispos dedicados à causa do rei, entre os quais se encontram Gilles Aycelin, arcebispo de Narbonne (ministro da Justiça do rei, antes de Nogaret); Guillaume Durand, bispo de Mende; Guillaume Bonnet, nomeado por intervenção do rei no Bispado de Bayeux, e quatro outros prelados, mais obscuros.

A atribuição confiada a essas comissões pontificais era essencialmente inquirir da culpabilidade do Templo, por conseguinte, ouvir todos os que desejassem depor, a favor ou contra a Ordem, mas unicamente a título de testemunhas, não de acusados. Ora, as citações que elas enviam levam mais de dois meses a serem transmitidas aos interessados. Os comissários deverão chamar à ordem, entre outros, o bispo de Paris, Guillaume de Baufet, e insistir para que os templários que se encontram presos sejam autorizados a comparecer debaixo de boa guarda, para depor diante deles, se estes o desejarem. Só no dia 22 de Novembro é que aparece a

primeira testemunha, um homem chamado Jean Melot, cujos propósitos disparatados farão que seja considerado como simples de espírito. No mesmo dia comparece Hugues de Pairaud, que se limita a declarar que não tem nada a acrescentar às suas deposições precedentes.

26 de Novembro de 1309: o mestre da Ordem, Jacques de Molay, comparece perante os comissários; ora, quando lhe é lida a deposição que fizera em Chinon, em 20 de Agosto de 1308, diante dos três cardeais, delegados pelo papa, este manifesta o mais violento espanto:

> O mestre, fazendo duas vezes o sinal da cruz diante do seu rosto, e por outros sinais parecendo pretender que estava completamente estupefacto pelo que estava contido na dita confissão [...] dizendo [...] que se os senhores comissários fossem outras pessoas a quem fosse permitido ouvi-lo, ele diria, ele mesmo, outra coisa [...]

Nesse dia, aos membros da comissão tinha-se juntado Guillaume de Plaisians — «não por ordem dos ditos senhores comissários», como está expressamente mencionado no processo verbal. Exorta o mestre a não «se perder sem causa»; Jacques de Molay solicitou uma moratória, que lhe foi concedida. Quando voltou a comparecer, no dia seguinte, 28 de Novembro, no momento em que ia começar a sua declaração, alguém fez a sua entrada na sala: Guillaume de Nogaret. A sessão iria continuar na sua presença, mas Jacques de Molay deveria limitar-se a alguns vagos protestos, recordando

as belezas das cerimónias religiosas que se efectuavam na Ordem, as esmolas que recebiam, o sangue vertido para defender a fé cristã. A respeito da qualidade dessa fé, ele declara que «quando a alma estivesse separada do corpo se veria quem era bom e quem era mau, e que todos ficariam a saber a verdade sobre as coisas que estavam presentemente em questão».

Entre os dois interrogatórios do mestre, efectuou-se o interrogatório do comendador de Payns, na Champanha, Ponsard de Gisy; a deposição feita por este é acusatória quanto aos processos utilizados para com os Templários; descreve as torturas de que foi objecto (um dos torcionários, no caso dele, era «Floyran de Béziers») e declara que «se o tornassem a pôr na tortura negaria tudo o que estava a dizer e diria tudo o que quisessem». No entanto, em 27 de Novembro de 1309, o rei, a pedido dos comissários, autorizava os bailios de Rouen, de Gisors e de Caen a mandar a Paris, debaixo de boa guarda, os templários que desejassem tomar a defesa da Ordem.

6 de Fevereiro de 1310: a comissão pontifical reunida novamente recomeça com os interrogatórios; o número de templários que declaram querer comparecer e defender a Ordem aumenta consideravelmente; no dia 28 de Março seguinte verificar-se-á que quinhentos e quarenta e seis templários pediram para testemunhar. Esse número, no dia 2 de Maio, já terá passado para quinhentos e setenta e três. Algumas declarações, como a de Laurent de Beaune, comendador de Epailly, atestam as pressões efectuadas, especialmente sobre aqueles que foram presos em Sens, para os exortar a perseverar nas suas confissões.

A despeito dos obstáculos, os Templários conseguiram organizar a sua defesa, e designaram quatro delegados para lhes servirem de porta-voz: Renaud de Provins, Pierre de Boulogne, Guillaume de Chambonnet e Bertrand de Sartigues; redigem uma declaração, que ainda se conserva, e constitui um eloquente razoado para a defesa da Ordem:

> Se os freires do Templo disseram, dizem ou viessem a dizer no futuro, enquanto se conservarem na prisão, seja o que for contra eles, ou contra a Ordem do Templo, isso não traz prejuízo à Ordem acima citada, porque é notório que falaram ou falarão forçados ou obrigados ou subornados pelos pedidos, pelo dinheiro ou pelo receio; e declaram que o provarão em tempo e lugar quando usufruírem de uma plena liberdade [...] Eles pedem, suplicam, requerem que sempre que actos sejam examinados nenhum laico esteja presente ou possa ouvi-los, nem nenhuma outra pessoa de cuja honestidade se possa duvidar com razão [...]

Evocam os terrores que a tortura causa e admira-se que se dê mais crédito àqueles que, para a evitarem, fizeram todas as confissões que lhes foram pedidas, do que àqueles que, «como mártires de Cristo, morreram nas torturas para manter a verdade [...] e que [...] sofreram e sofrem ainda, cada dia que passam na prisão, tantas torturas, sofrimentos, tribulações, angústias, incomodidades, calamidades e misérias [...]»

Por fim, fazem notar que, fora de França, não se encontrou nenhum freire do Templo que dissesse ou apoiasse as «mentiras» proferidas contra a Ordem.

Por conseguinte, a defesa do Templo estava a organizar-se e, aos olhos dos comissários eclesiásticos, tomava um novo aspecto.

10 de Maio de 1310: os delegados da Ordem do Templo pedem aos comissários que se reúnam, sem perda de tempo, para os ouvirem, tendo tido conhecimento de que havia sido convocado um concílio provincial, para o dia seguinte, em Sens. Ora, Filipe, *o Belo*, acabava de fazer eleger, para o Arcebispado de Sens, o irmão do seu favorito Enguerrand, Philippe de Marigny; este vai passar a desempenhar um papel de primeira importância no desenrolar do processo. Os delegados da Ordem do Templo suplicavam aos comissários que convidassem o arcebispo de Sens a não tomar nenhuma decisão antes de o inquérito que estavam a fazer tivesse terminado.

Uma intervenção dos comissários talvez tivesse inflectido todo o processo; mas o que os presidia, o arcebispo de Narbonne, Gilles Aycelin, esquivou-se; na tarde desse mesmo dia, os outros comissários limitaram-se a declarar aos delegados da Ordem que os lastimavam, mas que não podiam fazer nada por eles.

No dia seguinte, 11 de Maio de 1310, o concílio provincial reunia-se em Sens, sob a presidência de Philippe de Marigny, e condenava à morte cinquenta e quatro templários, como «relapsos», isto é, como heréticos reincidentes nos seus crimes, depois de os terem abjurado; efectivamente, eles haviam negado as «confissões» que lhes tinham sido precedentemente extorquidas. No dia seguinte, fora de Paris, perto da porta de Santo António, foi erguida uma fogueira sobre a qual eles morreram, proclamando a sua inocência. Os que haviam persistido nas suas confissões foram «reconciliados» e postos em liberdade.

13 de Maio de 1310: a comissão pontifical retoma as suas sessões. A primeira testemunha, Aimery de Villiers-le-Duc, lança-se aos joelhos dos comissários; na véspera, assistira à partida dos seus irmãos condenados à fogueira e suplica aos comissários que não revelem às gentes do rei o que ele vai dizer; com efeito, retracta-se de todas as confissões que lhe haviam sido arrancadas pela tortura, mas receia não poder oferecer resistência, se tiver de ser queimado; sente que confessará o que lhe disserem para confessar e que «até confessaria ter morto o Senhor, se lho pedissem».

A partir daí os trabalhos da comissão de inquérito eram reconhecidos como inúteis; os comissários tentaram uma tímida intervenção junto de Philippe de Marigny, que se recusou a deixar comparecer um dos delegados da defesa, detido na sua província, Renaud de Provins. Outro desses delegados, Pierre de Boulogne, viria a desaparecer nos meses que se seguiram. A comissão, não podendo fazer nada, ficou adiada para o dia 3 de Novembro. Entretanto, supunha-se que se efectuaria o concílio que o papa havia decidido reunir em Viena, nesse ano de 1310; mas vários adiamentos iriam intervir, de tal maneira que o concílio se reuniu com um ano de atraso. As deposições que, em seguida, foram recolhidas pelos comissários são quase todas provenientes de freires e também

de beleguins das províncias de Reims e de Sens, cujas declarações são conformes às confissões precedentemente recolhidas. Renegaram Cristo com palavras, não com o coração; ordenaram-lhes que escarrassem sobre a cruz, eles escarraram ao lado, etc. Nenhuma das testemunhas que se haviam oferecido para a defesa, nas províncias mais afastadas, foi ouvida. O inquérito da comissão eclesiástica foi declarado encerrado, em 5 de Junho de 1311, no decurso de uma conferência que se realizou na abadia de Maubuisson, perto de Pontoise, em presença do rei.

16 de Outubro de 1311: o papa Clemente V abre o concílio em Viena, na catedral. Aos padres reunidos em concílio foram comunicados os resultados dos inquéritos eclesiásticos, assim como os inquéritos civis; eram os únicos documentos sobre os quais podiam deliberar, pois é de notar que as perquisições efectuadas aquando da detenção dos Templários não haviam fornecido nenhuma prova de culpabilidade.

Por outro lado, sete templários e, em seguida, mais dois, apresentaram-se declarando que queriam defender a Ordem; o papa contentou-se em mandá-los prender. Aliás, o rei proibira que se levassem a Viena os dignitários da Ordem que continuavam encarcerados.

Nos princípios de Dezembro, o papa reunia os padres do concílio, para lhes fazer quatro perguntas:

> Devemos conceder defensores à Ordem do Templo? Devemos aceitar a defesa oferecida pelos nove templários que se apresentaram? Ou então, podemos permitir aos membros da Ordem que se reúnam, para designar um procurador? Ou, ainda, é o papa que deve designar um defensor, por dever de ofício?

O voto dos cardeais foi claro: todos, «salvo cinco ou seis que pertenciam ao conselho do rei de França», como o nota um observador desse tempo, pediam que os templários fossem admitidos a defender-se. Essa resposta sem ambiguidade só podia embaraçar o pontífice; quanto ao rei, este encontrava-se retido, nesse momento, por vários assuntos, entre os quais o seu conflito com o conde Louis de Nevers. A decisão foi adiada para mais tarde.

17 de Fevereiro de 1312: uma delegação das gentes do rei faz a sua entrada em Viena; nela vêm Nogaret, Plaisians, Enguerrand de Marigny e alguns conselheiros laicos de Filipe, *o Belo;* estas gentes iriam ter encontros quotidianos com os quatro cardeais franceses: Arnaud de Pellegrue, Arnaud de Canteloup, Béreger Frédol, Nicolas de Fréauville e um cardeal italiano, favorável ao rei de França, Arnaud Novelli. Em seguida, esta delegação regressou a Mâcon, onde se instalara o rei; depois, Marigny voltou sozinho e, a partir daí, parece ter desempenhado um papel preponderante entre o rei e o concílio. No dia 2 de Março Filipe, *o Belo,* entregava-lhe uma carta que exigia a abolição da Ordem do Templo e a transferência dos seus bens para outra ordem de cavalaria.

20 de Março de 1312: o rei Filipe, *o Belo,* apresenta-se, em pessoa, em Viena, seguido de um grande cortejo.

22 de Março de 1312: em consistório secreto, Clemente V faz aprovar a supressão da Ordem do Templo, pela bula *Vox in excelso;* o texto

desta bula não condena a Ordem, mas invoca o bem da Igreja, para pronunciar a sua supressão.

2 de Maio de 1312: A bula *Ad providam* atribui à Ordem do Hospital os bens dos Templários.

É conhecido o epílogo deste sinistro processo; Clemente V obtivera o que desejava no que dizia respeito à devolução dos bens (Filipe, *o Belo*, esse, teria querido — pelo que parece — que esses bens fossem postos à disposição da Terra Santa, talvez criando uma nova ordem, tal como lhe sugerira o seu conselheiro-legista, Pierre Dubois). No que se referia às pessoas, ele não se tinha preocupado. No dia 6 de Maio de 1312 ordenava aos concílios provinciais que continuassem os seus processos, reservando-se, novamente, o dos dignitários. No dia 22 de Novembro delegava os seus poderes em três cardeais: Nicolas de Fréauville, Arnaud de Auch e Arnaud Novelli, que, como já se viu, eram absolutamente dedicados ao rei de França. Estes iriam pronunciar publicamente a sua sentença, em 18 de Março de 1314.

No adro da Igreja de Notre-Dame de Paris fora instalado um cadafalso. Mandaram vir os quatro dignitários: Jacques de Molay, o mestre da Ordem; Hugues de Pairaud, visitador de França; Geoffroy de Charnay, preceptor da Normandia, e Geoffroy de Gonneville, preceptor do Poitou e da Aquitânia. Os três cardeais, que tinham a seu lado o arcebispo de Sens, Philippe de Marigny, enunciaram a sentença definitiva que os condenava à prisão perpétua. Faltavam duas personagens: Guillaume de Nogaret e Guillaume de Plaisians, ambos mortos no ano anterior, um em Abril e o outro em Dezembro de 1313.

Ora, no momento em que se enunciava esta sentença, foram vistos erguer-se Jacques de Molay e Geoffroy de Charnay. Solenemente, perante a multidão que se reunira, protestaram, declarando que o único crime que haviam cometido fora o de se terem prestado a fazer falsas confissões para salvarem a vida. A Ordem era santa, a Norma do Templo era santa, justa e católica. Não haviam cometido as heresias e os pecados que lhes atribuíam.

No próprio dia foi preparada uma fogueira, perto do jardim do palácio, aproximadamente no local em que hoje se encontra — quando se vai para o Pont-Neuf — a estátua de Henrique IV. Os dois condenados subiram para o estrado onde se encontrava a pira nessa mesma tarde. Pediram para ficar de cara voltada para Notre-Dame, clamaram mais uma vez a sua inocência e, diante da multidão paralisada de espanto, morreram com a mais tranquila coragem.

http://alexandriacatolica.blogspot.com

CAPÍTULO VII

OS TEMPLÁRIOS PERANTE A POSTERIDADE

O papa Clemente V deveria vir a morrer apenas um mês depois da morte do mestre do Templo, na noite de 19 para 20 de Abril de 1314, no castelo de Roquemaure, cujas ruínas ainda dominam o vale do Ródano. Filipe, *o Belo*, esse, iria ter um ataque de apoplexia no dia 4 de Novembro do mesmo ano e morrer poucos dias depois, a 29 do mesmo mês, com quarenta e sete anos de idade. Estas duas mortes sucessivas iriam impressionar a população e dar origem à lenda de Jacques de Molay, citando em juízo, um e outro, para comparecerem dentro de seis meses no tribunal de Deus.

Simples lenda, à qual — seja dito, de passagem — se opõe uma realidade mais surpreendente que qualquer ficção, pois, reflectindo bem, as circunstâncias que envolvem a morte do papa, assim como a do rei, são menos trágicas que o epílogo desse pontificado: os setenta anos passados pelo papado em Avignon, sob a tutela mais ou menos efectiva, do poder temporal — e o epílogo desse reinado: o desaparecimento, em menos de treze anos, de toda uma linhagem que, desde havia mais de trezentos anos (o mesmo tempo que decorreu entre a morte de

http://alexandriacatolica.blogspot.com

Henrique IV até à guerra de 1940), via o herdeiro legítimo suceder a seu pai, sem qualquer interrupção. De resto, o ano de 1314 ficou assinalado na história por outro caso, o mais tenebroso, talvez, desse reinado cheio de processos, de acusações infamantes e de denúncias: o processo de adultério das três noras do rei, dirigido pelo próprio rei e pela sua filha Isabel, aquela a que os Ingleses apelidam a Loba de França. Poderá dizer-se que, tanto em matéria de processos como em matéria de moedas, Filipe, *o Belo*, imaginou tudo.

Sabe-se que, pouco tempo depois da morte do rei, o seu favorito, Enguerrand de Marigny, era enforcado no cadafalso de Montfaucon (30 de Abril de 1315); era ele que havia substituído os Nogaret e os Plaisians e se tornara o executor das ordens do rei. É estranho pensar que o próprio Marigny tenha feito adoptar a última acta de Filipe, *o Belo*, que é, também, a primeira disposição real que afasta as raparigas do direito de sucessão ao trono — essa disposição que, quando retrocedemos na história, revela ter sido o prelúdio das guerras franco-inglesas do século XIV. Se houve um reinado que teve consequências funestas, foi certamente o de Filipe, *o Belo!*

O processo dos Templários, no fim de contas, não foi nem mais vil no que se refere às acusações levantadas, nem mais brutal — nos métodos que se empregaram — que o do papa Bonifácio VIII, o de Guichard, bispo de Troyes, ou que o das próprias noras do rei; mas devido à sua amplitude e ao número, assim como à personalidade daqueles que atingia, a sua repercussão viria a ser muito mais profunda. E compreende-se que a impressão sentida com a ideia

de uma ordem totalmente corrompida, praticando colectivamente tais horrores, tenha podido abalar toda a cristandade. Não há dúvidas de que as comissões pontificais constituídas nos outros países não recolheram nenhuma dessas acusações levantadas contra os Templários em França: houve apenas um templário, em Inglaterra, que se acusou de apostasia. Mas o facto de a Ordem ter sido suprimida pelo papa — que a deveria ter defendido — não deixaria, por isso, de suscitar suspeitas, sobre as quais trabalharam as imaginações.

E essas imaginações trabalharam até aos nossos dias, o que deu origem à incrivelmente grande quantidade de alegações fantasiosas, atribuindo aos Templários todos os esoterismos, dos mais antigos aos mais vulgares, todas as variantes de conhecimentos de alquimia ou de magia, todos os processos de iniciação ou de afiliação, já existentes ou a vir — em resumo, todos esses «segredos» que alimentam uma ânsia de mistério inerente à natureza humana e que, por uma espécie de vingança instintiva, nunca parece mais confirmada do que nas épocas em que se parece rejeitar tudo o que parecia mistério: lembremo-nos de que foi no tempo de Descartes que os processos de bruxaria se multiplicaram; que foi nos princípios do século XVIII — século racionalista — que nasceu a franco-maçonaria; que o nosso século XX científico é também o século da proliferação das seitas e de um renascimento do ocultismo, etc.

Os Templários, a Ordem do Templo, ofereceram, naquela época, um repertório infinitamente sedutor para o espírito, podemos mesmo considerá-lo como um conjunto de verdadeiros esquemas de estruturas, comparáveis àqueles

que, num plano evidentemente muito elementar, as obras de Rudyard Kipling ofereceram ao escutismo. E assim, os companheirismos, que, possivelmente, tiveram início no século XIV, mas de que só se encontram vestígios certos no século XV, invocarão «segredo» do Templo. Na época actual ainda são abundantes as obras literárias, os artigos de revistas ditos «históricos», onde se encontram espalhadas as mais espantosas mexeriquices sobre segredos dos Templários ligados aos segredos das pirâmides e nascidos da mesma inspiração; nesses artigos e obras encontra-se tudo o que caracteriza os mitos modernos, do Máscara de Ferro ao tesouro dos cátaros, em Montségur, iludindo um público cuja credulidade é espantosa, neste século de progressos científicos, com a mais desconcertante mistura de intrujice, de dogmatismo e de uma boa-fé que chega a ser comovente. Muito recentemente (1972), dava-se — numa das torres do castelo de Chinon — a «descoberta» de grafitos dos Templários em condições tais que não havia dúvidas de que o autor da «descoberta» era sincero; mas esse género de sinceridade não é um critério aceitável em matéria de história e teria sido, para ele, muito melhor a aquisição de alguns conhecimentos paleográficos, através dos quais se teria apercebido de que os caracteres que supunha discernir no calcário tenro e bastante esboroado do interior da torre do Couldray não podiam, de modo nenhum, ter sido traçados no início do século XIV, época em que os templários lá estiveram encerrados. Neste caso, o engano ainda se tornava mais surpreendente, pois já havia muito tempo que tinham sido descobertos, na mesma torre, uns grafitos que, esses, podem

ser — com as maiores probabilidades — atribuídos aos prisioneiros templários; uma simplicíssima comparação entre os caracteres traçados e os caracteres supostos teria sido suficiente para eliminar o erro; a bela inscrição *je requiers à Dieu pardon* [1], as cruzes, as várias personagens gravadas na pedra são certamente as que os prisioneiros poderiam ter gravado, na época de Filipe, *o Belo* — sem que, para isso, seja necessário procurar dar-lhes interpretações relacionadas com um hermetismo e um esoterismo de pacotilha: em todas as paredes de prisões se encontram semelhantes traçados, que vão do desenho absolutamente simples: quadrados, rectângulos, estrelas, aos relevos mais elaborados, sem que se torne necessário invocar interpretações mágicas, alquimistas, herméticas ou outras! Por que razão não se teriam eles servido dos seus poderes secretos, esses desgraçados templários, impelidos para a morte e que, sobre a fogueira, clamaram a sua inocência?

Mas, de facto, os grafitos deixados por templários têm interesse e, em muitos casos, contribuem para revelar uma mentalidade: a dos prisioneiros oprimidos sob o peso de acusações injustas; e é o que se evidencia nos grafitos que foram descobertos na torre de Domme, no Périgord, por P.-M. Tonnelier [2], onde, através de inscrições vingativas *(Clemens destructor Templi)*, crucifixos muito belos, anjos apocalípticos, os templários clamam a injustiça do seu destino e o calvário por que passam.

---

1 Peço perdão a Deus. *(N. da T.)*

2 *Archeologia*, n.os 32-33, Janeiro-Fevereiro e Março-Abril, 1970, pp. 24-37 e 22-23.

Essa é que é a história, e é de supor que o actual interesse pela arqueologia permitirá descobrir ainda muitas inscrições verídicas, em vez de «segredos» ilusórios e «tesouros» quiméricos! A contribuição de tais descobertas seria infinitamente preciosa para a história, e os investigadores apaixonados não tardariam a compreender que é esse o «tesouro» a descobrir, nas explorações metódicas — tanto dos locais de detenção como, mais simplesmente, nas numerosíssimas comendadorias dos Templários, de que ainda subsistem alguns vestígios.

Hoje em dia já não se têm dúvidas de que essas pesquisas metódicas, aliás já empreendidas ou acabadas com resultado, em várias regiões, não chegam para elucidar completamente o que permanece obscuro no processo dos Templários.

Para nos resumirmos ao que os documentos históricos nos dão a conhecer, é necessário fazer um regresso ao passado, a fim de verificar, antes de mais nada, o que os próprios contemporâneos dos Templários pensavam destes.

Em primeiro lugar, os seus adversários, esses muçulmanos que eles combateram. Ora, a estima que estes têm não deixa dúvidas: «Os cavaleiros eram homens piedosos, que aprovavam a fidelidade à palavra dada», afirma Ibn-al-Athir, que declara que a garantia dada pelo Templo era suficiente para a execução dos tratados efectuados entre cristãos e muçulmanos; Ousamâ, esse também, presta homenagem ao seu espírito de tolerância e declara que os Templários reservavam, no seu território, em Jerusalém, uma mesquita onde os muçulmanos podiam orar livremente.

Quanto à sua coragem, ela é incontestável. Todos os templários em combate sabem que

arriscam a vida, tanto mais que, no que lhes diz respeito, não existe esperança nenhuma de serem resgatados por dinheiro; são massacrados, impiedosamente. Uma cena trágica, narrada com todos os pormenores por Al-Isfahani [1], marca, desta maneira, para eles, o epílogo dessa jornada de Hâttin, que viu, em 1187, a perda de Jerusalém. A sua narração mostra-nos Saladino mandando que lhe fossem trazidos os templários e os hospitalários cativos, e dizendo: «Eu purificarei a terra destas duas ordens imundas.» Promete uma recompensa de cinquenta dinares a todos aqueles que apresentassem um prisioneiro, templário ou hospitalário. Logo em seguida, os soldados apresentam centenas deles; ele dá ordem para que os decapitem e assiste, pessoalmente, às execuções: «O seu rosto estava sorridente; [...] quantas recompensas duradouras, acrescenta o narrador, em troca do sangue que derramou!»

Mas — e aqui começa para o historiador a ambiguidade dos factos — desta mesma jornada de Hâttin, o responsável era o mestre do Templo, Gérad de Ridefort e, o que ainda é menos explicável, foi ele o único a ser poupado; e muito mais: a sua atitude, em seguida, incitando as guarnições que ainda resistiam a render-se, faz que pesem sobre ele pesadas suspeitas. Parece não restarem dúvidas de que, pelo menos neste caso, tenha havido conluio com o inimigo ou, pelo menos, traição reconhecida por parte do mestre da Ordem.

---

[1] *Récits d'Imad-ad-din Al-Isfahani (1125-1201)*, traduzidos e publicados por Henri Massé, Geuthner, 1972, pp. 28-29.

http://alexandriacatolica.blogspot.com

De resto, os seus contemporâneos não se deixaram iludir pela pessoa desse reles cavaleiro, levado pelos sentimentos mais ignorados na cavalaria: cobiça e vingança. Enquanto não dispusermos de outras fontes de informação, somos obrigados a considerar a personagem baseando-nos no que dela se escreveu no tempo em que viveu, isto é *l'Estoire d'Eraclès*. E esse relato, embora critique duramente o mestre, não estabelece qualquer ligação entre a causa deste e a causa da Ordem.

M. Melville faz-nos judiciosamente notar o modo como, depois do mestrado de Bertrand de Blanquefort, se introduziu o costume de escolher como mestre do Templo um homem exterior à Ordem, tendo já desempenhado, por exemplo, altas funções no reino de Jerusalém, de preferência a cavaleiros amadurecidos na observância da Norma. E era esse o caso de Gérard de Ridefort e de vários dos seus antecessores, tal como Eudes de Saint-Amand[1]. Semelhante costume, gerado, talvez, pelo desejo de melhor garantir a influência da Ordem perante o poder secular, viria realmente a dar origem a lastimáveis erros.

O facto de que Jerusalém, uma vez perdida, não tenha podido ser recuperada, vai ter um grande peso sobre a fama das ordens militares. Que os Templários e os Hospitalários, em vez de se unirem para a causa comum, tenham estado divididos, chegando a afrontar-se pelas armas, isso tornava-se absolutamente intolerável

[1] MELVILLE, pp. 102 e seguintes. Ver, também, neste trabalho as citações de outros contemporâneos, como Guiot de Provins, etc.

e pode conceber-se que a opinião pública, no século XIII, não tenha sido favorável aos Templários; os rivais destes beneficiavam, pelo menos, da reputação que lhes valia essa actividade hospitaleira, que eles nunca deixaram de exercer para com os peregrinos doentes, aleijados, velhos, que recolhiam. Era muito fácil, dadas as actividades de banqueiros a que se entregavam os cavaleiros do Templo, acusá-los de serem orgulhosos e avarentos também.

No entanto, ás primeiras acusações, formuladas de maneira clara, vêm do imperador Frederico II. Quando Jerusalém, que ele supusera recuperar através de um simples tratado e pela sua actividade unicamente diplomática, foi perdida em 1244, a necessidade de encontrar uma justificação para si mesmo leva-o a atribuir a responsabilidade desta segunda perda aos Templários. Na carta que escreveu a Richard de Cornouailles, irmão do rei de Inglaterra, opõe «a Ordem orgulhosa» dos Templários ao comportamento dos Hospitalários e dos Cavaleiros Teutónicos que haviam tomado o seu partido, e prossegue:

> A tal ponto que, como isso nos foi apresentado de maneira evidente, por alguns religiosos vindos ao nosso encontro das regiões de além-mar, os Templários receberam nos claustros da sua morada os sultões e os seus homens, com solícitas honrarias, e cumpriram as suas superstições, invocando Maomé e entregando-se a despesas dignas das gentes do século. Nada pôde impedi-los de cometer o perjúrio [...]

São essas mesmas acusações de que Guillaume de Nogaret tirou partido e que irão reaparecer sob Filipe, *o Belo*, agravadas nas proporções indispensáveis para contra eles obter a condenação, e acompanhadas por alguns acréscimos. Entre estes, há alguns que são inconscientes, como o «segredo da Norma», ou «o ídolo chamado Baphomet»; este último termo não passa de uma deformação da palavra «Mahomet». Está atestado em vários textos, entre outros, no famoso sirventês [1] *Ira et dolor*, poema em língua de oc, composto por um templário anónimo, após a perda de Arsouf, em 1265, no qual o poeta brada dolorosamente:

... ja nul hom que en Jezu Christ creza
Non remanra, s'el pot, en est paes;
Enans fara bafomairia
Del Mostier de Sancta Maria

o que equivale a dizer que, de uma igreja dedicada à Virgem, far-se-á uma mesquita [2]. Recordemos também o *Jeu de Saint-Nicolas*, no qual, aliás contra todas as verdades religiosas, se vê um muçulmano a adorar «um Maomé com chifres». Essa assimilação de Maomé a um ídolo, tal como a deformação do termo em «Baphomet», faz parte do folclore da época.

Quanto ao segredo da Norma, com a interdição de revelar o que se passou no capítulo,

[1] Poema provençal. *(N. da T.)*

[2] Nenhum homem que creia em Jesus Cristo continuará a viver, se for possível, neste país. Do Mosteiro de Santa Maria vão fazer a «bafomerie» (ou «maomeria»). Paul MEYER, *Recueil d'anciens textes bas-latins et provençaux*, Paris, 1874, p. 95.

isso não é um traço especial dos Templários: em todas as ordens religiosas, a Norma só é comunicada, normalmente, aos postulantes; em todas elas também, o segredo do capítulo, uma extensão do segredo da confissão, parece normal, embora a Norma do Templo tenha, talvez, insistido nesse ponto, sem dúvida por causa dos dissentimentos e das violências que poderiam ter feito germinar, nesses homens de armas, a revelação dos erros ou desobediências revelados no capítulo.

Quanto às outras acusações enumeradas no acto de detenção e nos diferentes manifestos que se sucederam durante o processo, nem sequer resistem à observação: sacrilégios, blasfémias, faltas de respeito de todos os géneros, constituem o repertório habitual dos processos instaurados durante o reinado de Filipe, *o Belo*, e dirigidos por Guillaume de Nogaret. Nesse repertório notam-se alguns relentos de catarismo, especialmente no sentimento de horror pela cruz, e também no horror pela mulher, de que é testemunha a acusação de sodomia; sabemos como os puros cátaros estavam submetidos a severas penitências se, mesmo por inadvertência, tivessem tocado, ao de leve, numa mulher; estas, para a procriação, eram auxiliares do deus do mal, criador do universo natural, cuja destruição os cátaros desejavam.

Apenas alguns historiadores que defendem encarniçadamente a memória de Filipe, *o Belo*, dão crédito às acusações de que os Templários foram vítimas. Um exame, mesmo superficial, do processo das peças actualmente publicadas não nos deixa dúvidas nenhumas sobre a questão: todas as confissões foram extorquidas pela tortura; e essas confissões — excepto ínfimas

excepções — só se obtiveram em França [1]. Se é possível que alguns templários tenham sido corrompidos, esses casos só podem ter sido muito raros; mesmo os documentos apresentados para os acusar declaram que as acusações são provenientes de poucos e de «homens de muito pequena condição para desencadearem um processo tão grave». A própria ordem de detenção diz que «todos os freires não o sabem» (a propósito da cordazinha de que se cingem e que teria, precedentemente, sido deposta sobre o «baphomet»!). Algumas destas confissões particularmente circunstanciadas puderam, neste caso, ser sinceras, mas emanam, invariavelmente, de beleguins ou de personagens admitidos na Ordem há pouco tempo ou que a reintegraram, depois de a terem deixado.

Em qualquer das hipóteses é de notar que, entre as vítimas da acusação, unicamente seres inocentes teriam de temer a justiça do rei. Os que confessavam sem terem sido submetidos à tortura e declaravam pedir a absolvição eram considerados como pecadores «reconciliados». Em contrapartida, os que, após terem confessado sob a tortura, negavam o que haviam confessado, caíam sob o rigor dos costumes inquisitoriais, que exigiam que o relapso fosse entregue à autoridade secular e condenado como pecador empedernido — geralmente queimado.

---

[1] Nós próprios havíamos emitido — há já alguns anos — a hipótese de um «Templo negro», culpado e responsável do processo dos Templários. Um estudo mais atento dos documentos leva-nos a pensar de outra forma: se esse «Templo negro» existiu, realmente, não deve ter tido muitos adeptos. A inocência da totalidade dos Templários não pode deixar dúvidas.

Estudos mais aprofundados poderiam fazer ressaltar o papel desempenhado por esta ou aquela personagem, algumas delas sem equívoco, como Floyran de Béziers, que encontramos como primeiro acusador e, em seguida, como torcionário; outros, como Hugues de Payraud, mereceriam um estudo muito atento. Esse visitador de França mantém ligações estreitas com o rei; é ele que actua, aquando da transferência do tesouro do Templo do Louvre; recebe, de Filipe, *o Belo*, em 1303, uma carta de protecção para si próprio e para a sua ordem. O rei chega a indemnizá-lo com uma importante quantia (2000 marcos), pela qual se havia, imprudentemente, responsabilizado. Um templário, Matthieu de Arras, declara que nos princípios de Outubro de 1307, por conseguinte cerca de quinze dias antes da detenção, Hugues lhe teria confiado que a Ordem estava «difamada», acrescentando «que ele, se lhe fosse possível, salvaria o seu corpo». As suas confissões estão recheadas de pormenores, e vários beleguins que acusam o Templo da maneira mais vil, referem-se especialmente a Hugues de Pairaud dizendo que foi ele que os «admitiu» na Ordem. Enfim, no momento em que dois dos dignitários, o mestre e o comendador da Normandia, sacrificam a vida para declarar a inocência da Ordem, ele próprio e o comendador da Aquitânia permanecem silenciosos: tinham «salvo os seus corpos». Não se pode deixar de supor que Hugues, sem ser forçosamente culpado, tenha sido manobrado constantemente pelo rei ou pelas suas gentes e tenha obedecido docilmente às suas ordens expressas.

Também nos podemos perguntar em que medida as cumplicidades deste género terão

facilitado a detenção maciça, que permanece bastante pouco explícita, sem algumas ajudas activas na própria Ordem do Templo. Uma confidência como a de Matthieu de Arras, filtrando através dos processos verbais, apesar das precauções tomadas para apenas deixar relatar o que pudesse justificar as acusações do rei, evidencia que, pelo menos, alguns dignitários estavam ao corrente da operação.

Os últimos estudos sobre o processo dos Templários tendem a minimizar essa força que lhes era, geralmente, atribuída e que, pelo menos na Europa, não era uma força militar: pouquíssimas das comendadorias dos Templários comportam fortificações; têm um carácter pacífico, rural, o que, efectivamente, pode em grande parte explicar a facilidade com a qual as gentes do rei puderam operar.

Por fim, a maneira pela qual operaram não permite dúvidas sobre o móbil, que não foi talvez o único — mas foi, certamente, um dos principais: a cobiça de Filipe, *o Belo,* e o desejo de se apoderar dos bens que ele estimava, talvez superiores ao que realmente eram. Segundo os inventários feitos, verifica-se, efectivamente, que muito antes de ter sido declarada a supressão do Templo, os bens móveis das comendadorias haviam sido vendidos em proveito do rei; esta observação fora, muito judiciosamente feita pelo editor dos inventários da Comendadoria de Payns. Que o produto dessas vendas e, por consequência, o proveito tenha sido inferior àquele que o rei havia esperado, é provável. Mas até o cuidado que ele teve ao introduzir — nas suas circulares de 8 e de 12 de Agosto de 1308 — uma fórmula que extorquiu à chancelaria pontifical, para o inocentar de qualquer

segunda intenção financeira, na detenção dos Templários, tanto como a luta que tem para obter que os bens destes sejam submetidos à guarda dos seus oficiais, antes de serem retransmitidos a «outra ordem», indica bem a sua segunda intenção. Acontece que o papa Clemente V estava, tanto como o rei, interessado nos bens do Templo. É bastante contrariado que, finalmente, o rei se inclina perante a decisão do concílio e consente que esses bens sejam entregues aos Hospitalários. Entretanto, sem falar na venda dos bens imóveis, havia recolhido as rendas dos domínios dos Templários durante cinco ou seis anos. É possível que tivesse esperado receber mais. Assiste-se ao reaparecimento da má moeda em 1310-1311: um expediente foi, por conseguinte, necessário para tapar esse abismo que são as finanças reais, no tempo de Filipe, *o Belo.* Mas a boa moeda reaparece em 1313.

É depois desta data que começa a entrega dos bens do Templo aos Hospitalários, em condições que, por vezes, parecem difíceis e que parecem ter sido pouco satisfatórias. Podemos perguntar-nos se esses «tesouros do Templo» hipotéticos, que excitaram a cobiça do rei e, em seguida, a cobiça não menos aguçada do papa, não terão continuado a excitar as imaginações através dos tempos, proporcionando aos pesquisadores decepções que se podem comparar às que tiveram aqueles que beneficiaram com a abolição da Ordem.

Por outro lado, é evidente que a cobiça do rei não é a única razão que provocou a dissolução da Ordem. Parece não restarem dúvidas de que, ao destruir a Ordem do Templo, Filipe, *o Belo,* afirmava já essa tendência ao absolu-

tismo, ao poder «totalitário» que, antes dele, havia manifestado Frederico II, de Hohenstaufen. Era o primeiro passo dado no caminho que seguirão todos aqueles que, a seguir a ele, transformarão o poder real em poder monárquico: dominar o poder espiritual, segundo a linha que lhe traçavam os legistas conhecedores de direito romano e desse culto do Estado, tanto um como o outro estranhos à mentalidade feudal. Na sua essência, o gesto é o mesmo que teve Francisco I, atribuindo-se, pela concordata de 1516, a nomeação dos bispos e dos abades no reino; ou o que teve Luís XIV, revogando o édito de Nantes ou apontando para o bairro Farnèse, em Roma, as armas da soldadesca que servia de escolta ao seu embaixador, enquanto mandava tomar Avignon, a fim de intimidar o papa Inocêncio XI. Mais ainda — e, embora os métodos utilizados tenham sido bastante diferentes —, a supressão da Ordem do Templo é quase que o prelúdio da dos Jesuítas, nos fins do século XVIII. Vê-se, finalmente, que nenhum absolutismo, nenhum poder totalitário saberiam aceitar um poder espiritual através do qual lhes resista uma parte do homem, cuja importância não passa desapercebida na nossa época, que, para lhe responder, inventou os internamentos intermináveis e as lavagens ao cérebro.

http://alexandriacatolica.blogspot.com

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

A) *Fontes impressas*

ALBON (Marquis d'), *Cartulaire général de l'ordre du Temple,* 1913-1922, 2 vols., in-4.°

LÉONARD (E.-G.), *Introduction au Cartulaire manuscrit du Temple (1150-1317) constitué par le marquis d'Albon ... suivie d'un Tableau des maisons françaises du Temple et de leurs précepteurs,* 1930, in-8.°

CURZON (Henri de), *La règle du Temple,* Soc. de l'Hist. de France, 74, 1886, in-8.°

DELISLE (L.), *Mémoire sur les opérations financières des Templiers,* 1889, in-4.°

LIZERAND (G.), *Le dossier de l'affaire des Templiers,* Classiques de l'Hist. de France au Moyen Age, n.° 8, 1923, in-8.°

MICHELET (J.), *Le procès des Templiers,* 1841-1851, 2 vols., in-4.°

OURSEL (R.), *Le procès des Templiers,* 1955. Ver, do mesmo autor, os artigos insertos em *Archeologia,* 1966, 1969, etc.

E, entre as publicações de cartulários:

HIGOUNET (Ch.), *Cartulaire des Templiers de Montsaunès,* 1957, in-8.°

MAGNEN (E.) e GÉRARD (P.), *Cartulaire des Templiers de Douzens,* 1965, in-8.°

PETEL (A.), *Inventaire des biens de la commanderie de Payns,* 1910, in-8.°

Entre muitos outros: Bouffet, Cabié, Chassaing, Loisne, etc.

Principais cronistas: GUILLAUME DE TYR, e continuadores

(ESTOIRE D'ERACLES) em *Historiens occidentaux des Croisades;*

http://alexandriacatolica.blogspot.com

JACQUES DE VITRY, principalmente em *Analecta novissima spicilegii Solesmensis* de J.-B. PITRA, II, pp. 405-421.

B) *Bibliografias*

DESSUBRÉ (M.), *Bibliographie de l'ordre du Temple,* 1928, in-8.°
NEU (H.), *Bibliographie de l'ordre du Temple,* 1965, in-8.°
DAILLIEZ (L.), *Bibliographie du Temple,* 1972, in-8.°

C) *Principais obras*

COUSIN (P.), «Les débuts de l'ordre des Templiers et saint Bernard», em *Mélanges saint Bernard,* Dijon, 1953, pp. 41-52.
DURBEC (J.-A.), «Les Templiers en Provence. Formation des commanderies et répartition géographique de leurs biens», em *Provence historique,* VIII, Marselha, 1959, fasc. 35, pp. 3-37, e fasc. 37, pp. 97-132.
FAVIER (J.), *Enguerrand de Marigny,* Presses Universitaires de France, 1963, in-8.°
KING (G. G.), *A brief account of the military orders in Spain,* 1921, in-8.°
LAMBERT (E.), «L'architecture des Templiers», em *Bulletin monumental,* CXII, 1954, fasc. 1, pp. 7-60, e fasc. 2, pp. 129-166.
LÉVIS-MIREPOIX, *La tragédie des Templiers,* 1955, in-8.°
MELVILLE (Marion), *La vie des Templiers,* 1951, in-8.°, reed. 1974.
PIQUET (J.), *Des banquiers au Moyen Age: les Templiers,* 1939.

Algumas obras de divulgação:

BORDONOVE (G.), *Les Templiers,* 1963.
—— *La vie quotidienne des Templiers au XIII.e siècle,* 1975.
DAILLIEZ (L.), *Les Templiers, ces inconnus,* 1972.
OLLIVIER (A.), *Les Templiers,* 1958, reed. 1970.